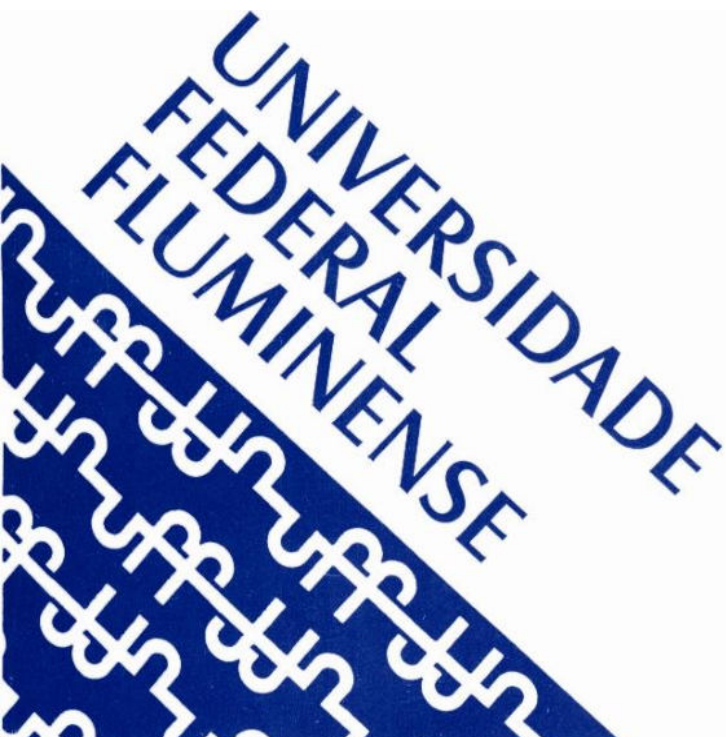


**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E  
TERRITORIALIDADES**

**NEIRETE ENCÂNIA JOSÉ PEIXOTE**

**VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DAS LÍNGUAS NACIONAIS  
E O PROCESSO HISTÓRICO DOS JORNALISTAS LINGUÍSTICOS DA  
TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA (TPA)**



**Niterói  
2022**

NEIRETE ENCÂNIA JOSÉ PEIXOTE

**VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DAS LÍNGUAS NACIONAIS  
E O PROCESSO HISTÓRICO DOS JORNALISTAS LINGUÍSTICOS DA  
TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA (TPA)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Orientador:

Prof. Dr. Denílson Araújo de Oliveira

Niterói

2022/2

Ficha catalográfica automática - SDC/BFD  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P377v Peixote, Neirete Encânia José.  
Verticalidade e horizontalidade das Línguas Nacionais e o  
processo histórico dos jornalistas linguísticos da  
Televisão Pública de Angola (TPA) / Neirete Encânia José  
Peixote. - 2022.  
119 f.: il.

Orientador: Denílson Araújo de Oliveira.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2022.

1. Línguas Nacionais. 2. Independência. 3. Angola. 4.  
Epistemicídio. 5. Produção intelectual. I. Oliveira,  
Denílson Araújo de, orientador. II. Universidade Federal  
Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III.  
Título.

CDD - XXX

NEIRETE ENCÂNIA JOSÉ PEIXOTE

**VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DAS LÍNGUAS NACIONAIS E O  
PROCESSO HISTÓRICO DOS JORNALISTAS LINGÜÍSTICOS DA TELEVISÃO  
PÚBLICA DE ANGOLA (TPA)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Aprovada em 10 de outubro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Denílson Araújo de Oliveira (Orientador)**

Universidade Federal Fluminense

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lucia Enne**

Universidade Federal Fluminense

---

**Prof. Dr. Rafahel Jean Parintins Lima**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**NITERÓI**

**2022**

Dedico a mim.

Mesmo tendo tido alguns momentos não muito bons, me fiz forte, continuei, cheguei até aqui e irei muito mais longe. Chegou a hora de olhar para mim com amor, com orgulho e reconhecer o grande trabalho que tenho feito em todas as áreas da minha vida e dizer sempre a mim mesma que sou capaz, sou grande, sou forte, eu irei alcançar todas as metas que tracei.

## AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer primeiramente à Deus pois sem as suas inúmeras provas de Seu amor nada disso seria possível e talvez nem aqui estivesse. Obrigada por sempre me mostrar a Sua presença em minha vida, o Seu amor e por sempre mandar pessoas que, no fundo, são e foram verdadeiros anjos da guarda. Obrigada por sempre me receber mesmo depois das inúmeras vezes que duvidei e me distanciei.

Agradeço à minha rainha, minha mãe, por, primeiramente, ser essa mãe maravilhosa, batalhadora e que faz tudo pelos seus filhos. Pela amiga que sempre é, com seus melhores conselhos, seus melhores puxões de orelhas e pelas lágrimas que limpou e, em muitos casos, chorou junto. Obrigada por nos cuidar, educar e sempre mostrar o caminho do bem, por sempre nos priorizar, pelo pouco que para nós sempre foi o suficiente. Obrigada, mamã, você é a melhor de todas e farei tudo para fazer valer todo esforço e confiança que depositou em mim. Sou sortuda por ser tua filha e pela educação que recebi.

Obrigada, mamã, por embarcar no meu sonho em me candidatar ao convênio e ir para o Brasil, mesmo sabendo que não teríamos sempre os 400\$ todo o mês para que pudesse pagar as minhas despesas. Obrigada por tirar do pouco que tínhamos em casa para mandar para mim.

Aos meus irmãos, Yara, Carlos e Carmen. Por serem quem são, pela demonstração de amor e confiança, pela admiração e pelo respeito. Por acreditarem nos meus sonhos e espelharem-se em mim como irmã mais velha. Obrigada meus *babys*, a mana os ama muito e muito. Estou orgulhosa do caminho que todos vocês trilharam e por todos os objetivos que alcançaram.

Ao meu namorado, Parson Calopa, o meu muito obrigada pelo suporte, mesmo estando a milhas de distância, por conseguir tirar sempre um sorriso nos momentos que mais precisei, por aturar minhas inconstância e instabilidades emocionais, por acreditar em mim e em nós sempre, e pela paciência incansável de esperar até o nosso encontro no tão bendito ano de 2022. E, sim, esse 2022 estou a gostar e como

você diz, “irei gostar ainda mais”. Obrigada Vida, te amo muito e sou uma mulher amada.

Às minhas amigas Lourena, Laura e Helga, pelo apoio e amor incondicional, que muitas vezes não sabiam nem o que estava fazendo ainda no Brasil. Por ouvirem as minhas lamentações e até suportarem a minha falta de atenção. Amo vocês, meninas.

Obrigada Calebe, mesmo não estando mais entre nós, foi alguém que sempre me apoiou, sempre torceu por mim e sempre me incentivou a continuar e ser melhor sempre, sempre me mostrou o caminho do bem e o caminho de Deus. Sempre foi um exemplo de caráter, educação, resiliência e perseverança. De onde estiveres, podes ter a certeza de que deixou um legado grande e forte.

Ao meu orientador, pela sua paciência, dedicação e força, que mesmo tendo passado por momentos difíceis nessa longa caminhada que foram esses 2, 3 anos, sempre esteve aí, disposto a ajudar e me incentivando a continuar. Tiveram meses em que não tive forças para escrever e ele respeitava o meu tempo. Obrigada por tudo Denilson, foste um verdadeiro educador, amigo e conselheiro.

Aos meus primos, tios, tias, avós e bisavó: obrigada por sempre torcerem para que eu concretize meus sonhos e me torne uma mulher realizada.

Obrigada aos meus entrevistadores, por me concederem a honra de ouvir mais sobre as suas histórias de vida e aprendizado, pela perseverança e força na continuação de seus trabalhos como linguistas.

Aos meus colegas do PPCULT, pelo apoio e presença mesmo virtualmente falando. Infelizmente eu não os conheci pessoalmente, mas os levarei no coração para sempre.

*Nothing is more your own than your Dreams.*

(Friedrich Nietzsche)



## RESUMO

A língua é um dos instrumentos de valorização da identidade, cultura, sistema de regra, fato social de uma sociedade. Trata-se de um acontecimento que contém práticas sociais, relações de poder, regras sociais e gramaticais, identidade social e pessoal, sem esquecer da ideia de quem fala, ouve e escreve. O presente trabalho aborda sobre a Verticalidade e Horizontalidade das Línguas Nacionais angolanas, seu processo durante e pós independência e o processo que foi até a sua implementação na Televisão Pública de Angola e tendo como objetivo central de analisar como as línguas nacionais criaram estratégias de sobrevivência e permanência através de programas televisivos, nos propomos a identificar qual estratégia usada pelos meios televisivos ao implementar as línguas nacionais, usando assim a metodologia quantitativa, pesquisas pela internet e entrevistas semiestruturadas. A colonização portuguesa foi um marco na construção das sociedades africanas, as lutas contra as políticas epistemicidas que culminaram com a dificuldade de estudos linguísticos dentro do continente. Angola como outros países africanos sofre até hoje influência linguística, e a falta de políticas corroboram com essas práticas. A implementação das línguas nacionais em um dispositivo televisivo dá voz e espaço para uma massa que era deixada de lado e descredibiliza a cultura, pois o aculturamento é o único caminho que o cidadão encontra para se apegar para que continue a existir.

**Palavras-chave:** Línguas Nacionais, Independência, Angola, Epistemicídio, verticalidade, Horizontalidade, TPA.

## ABSTRACT

Language is one of the instruments for valuing the identity, culture, rule system, social fact of a society. It is an event that contains social practices, power relations, social and grammatical rules, social and personal identity, without forgetting the idea of who speaks, listens and writes. The present work approaches the Verticality and Horizontality of the Angolan National Languages, its process during and after independence and the process that went until its implementation in the Public Television of Angola and having as main objective to analyze how the national languages created strategies of survival and survival through television programs, we propose to identify the strategy used by television media when implementing national languages, thus using quantitative methodology, internet research and semi-structured interviews. Portuguese colonization was a milestone in the construction of African societies, the struggles against epistemic policies that culminated in the difficulty of linguistic studies within the continent. Angola, like other African countries today, even suffers linguistic influence, and the lack of policies corroborate these practices. The implementation of national languages in a television device gives voice and space to a mass that was left aside and discredits culture, since acculturation is the only way that citizens find to cling to it so that it continues to exist.

**Keywords:** National Languages, Independence, Angola, Epistemicide, verticality, Horizontality, TPA.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa da realidade linguística complexa na África hoje.....	20
<b>Figura 2:</b> Mapa das divisões das línguas bantas.....	22
<b>Figura 3:</b> Mapa de Angola, dividido por províncias e suas capitais .....	24
<b>Figura 4:</b> Representantes dos partidos políticos angolanos .....	29
<b>Figura 5:</b> Discurso de empossamento do primeiro Presidente de Angola, Dr. Agostinho Neto.....	30
<b>Figura 6:</b> Livro de leitura 1 da 1ª classe em Kikongo.....	39
<b>Figura 7:</b> Livro de leitura 2 da 1ª classe em Kikongo.....	40
<b>Figura 8:</b> Livro de leitura 3 da 1ª classe em Kikongo.....	40
<b>Figura 9:</b> Livro de Alfabetização em Kikongo .....	41
<b>Figura 10:</b> Livro de leitura 1 da 1ª classe em Kimbundu.....	41
<b>Figura 11:</b> Livro de leitura 2 da 1ª classe em Kimbundu.....	42
<b>Figura 12:</b> Livro de leitura 1 da 1ª classe em Umbundu .....	42
<b>Figura 13:</b> Livro de leitura 3 da 1ª classe em Umbundu .....	43
<b>Figura 14:</b> Livro de leitura da 3ª classe em Umbundu .....	43
<b>Figura 15:</b> Livro de formação de frases em Umbundu.....	44
<b>Figura 16:</b> Livro de alfabetização em Umbundu .....	44
<b>Figura 17:</b> Livro de leitura da 1ª classe em Còkwe.....	45
<b>Figura 18:</b> Livro de leitura 1 da 1ª classe em Còkwe.....	45
<b>Figura 19:</b> Livro de leitura da 2ª classe em Còkwe.....	46
<b>Figura 20:</b> Livro de alfabetização em Còkwe.....	46
<b>Figura 21:</b> Livro de leitura da 1ª classe em Ngangela .....	47
<b>Figura 22:</b> Livro de leitura da 1ª classe em Ngangela .....	47
<b>Figura 23:</b> Livro de leitura da 2ª classe em Ngangela .....	48
<b>Figura 24:</b> Livro de orientação para o professor da 1 classe em língua Ngangela ...	48
<b>Figura 25:</b> Livro de leitura da 1ª classe em Oshikwanyama .....	49
<b>Figura 26:</b> Livro de leitura 1 da 1ª classe em Oshikwanyama .....	49
<b>Figura 27:</b> Livro de leitura da 3ª classe em Oshikwanyama.....	50
<b>Figura 28:</b> Livro de alfabetização em Oshiwambo.....	50
<b>Figura 29:</b> Mapa das culturas angolanas e suas respectivas línguas.....	63
<b>Figura 30:</b> A definição de espaços linguísticos de sete línguas nacionais .....	64
<b>Figura 31:</b> Alfabeto em língua Kikongo .....	65

<b>Figura 32:</b> Forma de escrita em língua Kikongo .....	65
<b>Figura 33:</b> Alfabeto em língua Kimbundu .....	66
<b>Figura 34:</b> Formas de escrita em língua Kimbundu .....	67
<b>Figura 35:</b> Alfabeto em língua Umbundo .....	68
<b>Figura 36:</b> Formas de escrita em Língua Umbundo .....	68
<b>Figura 37:</b> Alfabeto em língua Cokwe.....	69
<b>Figura 38:</b> Formas de escrita em Língua Cokwe .....	70
<b>Figura 39:</b> Alfabeto em língua Ganguela .....	71
<b>Figura 40:</b> Formas de escrita em Língua Ganguela .....	71
<b>Figura 41:</b> Formas de escrita em língua Nyaneka .....	72
<b>Figura 42:</b> Alfabeto em língua Ovambo .....	73
<b>Figura 43:</b> Formas de escrita em língua Ovambo.....	73
<b>Figura 44:</b> Formas de escrita em língua Herero .....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CEFOJOR</b>	Centro de Formação para Jornalistas Angolanos
<b>DR.</b>	Doutor
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FNLA</b>	Frente Nacional de Libertação de Angola
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INIDE</b>	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação
<b>JN</b>	Jornal Nacional
<b>LBA</b>	Línguas Bantas Angolanas
<b>LN</b>	Línguas Nacionais
<b>MPLA</b>	Movimento Popular de Libertação de Angola
<b>UNITA</b>	União para Independência Total de Angola
<b>UAN</b>	Universidade Agostinho Neto
<b>UNESCO</b>	Organizações das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>RCA</b>	República Centro-Africana
<b>RDA</b>	República Democrática Congo
<b>RNA</b>	Rádio Nacional de Angola
<b>SADC</b>	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
<b>TPA</b>	Televisão Pública de Angola
<b>TV</b>	Televisão
<b>PEC-G</b>	Programa de Estudante-Convênio de Graduação
<b>PPCULT</b>	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidade
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>ZML</b>	Zona Militar Leste

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O CONTEXTO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA</b> .....	19
1.1 Línguas Nacionais e a Proclamação da Independência .....	29
<b>2 VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DAS LÍNGUAS NACIONAIS</b> .....	52
<b>3 DIFERENÇA DOS GRUPOS ETNOLINGUÍSTICOS E SUAS CULTURAS</b> .....	60
3.1 Línguas Nacionais no pós independência .....	75
<b>4 Importância da implementação das Línguas Nacionais na TPA</b> .....	81
4.1 Estratégias políticas e comunicacionais .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>ANEXO 1</b> .....	99
Entrevista 1 .....	99
Sr. Albano (Kimbundo) – Zap .....	99
Entrevista 2 .....	103
Sr. Matos (Umbundo) – Zap .....	103
<b>ANEXO 2</b> .....	108
Música 1 .....	108
Música 2 .....	110
Música 3 .....	112
Música 4 .....	114

## INTRODUÇÃO

A comunicação e a convivência humana são medidas pela língua, e nela existem vários conceitos como língua materna, nacional, oficial, franca ou geral. A primeira trata-se da primeira língua que o indivíduo tem contato ou a que o faz um sujeito; a segunda é a de pertencimento a um determinado povo; terceira é a que rege as ações formais ou legais do Estado; já a quarta é a língua comum entre os falantes de várias línguas maternas.

Dentre os vários conceitos de língua, existem as perspectivas e essas são indispensáveis, uma vez que a língua é uma capacidade inata da humanidade, é identidade, é cultura, é sistema de regras, fato social, é uma forma de ação e interatividade. Trata-se de um acontecimento que contém práticas sociais, relações de poder, regras sociais e gramaticais, identidade social e pessoal, sem esquecer da ideia de quem fala, ouve e escreve.

A diversidade linguística e de comunicação em Angola deram espaço para que a Língua Portuguesa tornasse-se a língua oficial durante a luta pela independência para simplificação nos acordos nacionais e internacionais, tornando-se assim numa língua administrativa e burocrática, e, como diz Fonseca (2012, p. 16), “a língua portuguesa em conjunto com outras categorias, fatores e variáveis se traduz em um poderoso e violento mecanismo sociocultural e político-econômico de segregação da maioria da população nativa de Angola”.

A língua e a linguagem em Angola fazem referência a distintas formas de vida social e territorialidades que nos remetem a outras tradições, costumes, hábitos, regras constitutivas, histórias e geografias. A imposição do português como única língua nacional instaura dispositivos epistêmicos que promovem a privação, desqualificação e mecanismos de eliminação das outras línguas nacionais faladas em Angola. Os arranjos institucionais de afirmação do Estado Nacional angolano, além de suprimir a diversidade de outras línguas e saberes nacionais inerentes, instaura um colonialismo interno (GONZÁLEZ, 2006).

Hoje, a escassez de pesquisas concernente às línguas nacionais ainda é grande, principalmente na literatura angolana, visto que em diversos campos da sociedade o epistemicídio linguístico existe e é real (CARNEIRO, 2005). Ou seja, o asfixiamento, bloqueio, exclusão dos espaços educacionais e as tentativas de eliminação das línguas nacionais dos povos nativos faladas por milhares de pessoas

ainda hoje. Antes do processo de independência ocorrer, houve um afastamento forçado da população dos seus costumes, línguas, suas músicas. Os falantes das línguas nacionais eram vistos como inimigos que queriam se virar contra o colonizador, logo, eram obrigados a aprender a língua portuguesa para que pudessem se comunicar. Mas em contrapartida, a população criava músicas e produzia cultura que continham palavras em línguas nacionais para o passe de mensagens. A título de exemplos, temos em nosso “Anexo 2” músicas criadas em línguas maternas e outras línguas, como a língua portuguesa e até a língua inglesa.

Estratégias foram criadas tanto para a preservação das línguas nacionais quanto para a reprodução de novos falantes num claro enfrentamento aos projetos epistemicidas ainda vigente no contexto pós-colonial angolano. Por estratégia, será aqui entendido, inspirado em David Robert Sack (1986), como ações intencionais de grupos que visam afetar e influenciar a condução do Estado na definição das línguas nacionais oficiais.

A diversidade linguística se expressa em alguns programas de TV (televisão). Alguns canais além de transmitirem em português falado em Angola, traduzem programas nas línguas nacionais e colocam em questão as heranças coloniais vigentes na gestão do Estado na definição da língua oficial. O processo de aprendizagem dos jornalistas da TPA (Televisão Pública de Angola) é um dos pontos cruciais, e, por essa razão, usaremos algumas metodologias que possam ajudar-nos a chegar à conclusão esperada e um dos métodos utilizados será através de entrevistas semiestruturadas, permitindo que ao longo da entrevista possamos adicionar outras questões de acordo com a espontaneidade do entrevistado e assim dar uma resposta à nossa terceira pergunta específica. Essas entrevistas semiestruturadas foram feitas entre jornalistas de línguas nacionais da TPA e apresentará o processo vivido por eles até chegar à TV.

Os conceitos centrais da pesquisa são Epistemicídio, Estado Plurinacional, Língua, Nação e Estratégia de r-existência. Para isso, mobilizamos autores tanto angolanos quanto estudiosos latino-americanos envolvidos com a descolonização do saber e da língua.

O objetivo central deste trabalho é analisar como as línguas nacionais criaram estratégias de sobrevivência e permanência através de programas televisivos e identificar qual estratégia usada pelos meios televisivos ao implementar as línguas nacionais.



Tendo em vista o presente trabalho, tem como tema a Verticalidade e Horizontalidade das Línguas Nacionais e o processo histórico dos jornalistas linguísticos da Televisão Pública de Angola (TPA), contendo quatro capítulos e os subcapítulos.

A problemática no que tange o tema está ligada ao epistemicídio das Línguas Nacionais. O português será entendido como uma Verticalidade, isto é, vetores externos que buscam colonizar o território e destruir as línguas locais. Já a Horizontalidade é aqui compreendida como vetores internos gestados durante uma longa duração pelos grupos angolanos criando línguas nacionais que hoje tanto sofrem quanto reconfiguram a verticalidade, isto é, a língua portuguesa no Pós-independência. A pergunta central que permeia é: *A implementação das línguas nacionais na Televisão Pública de Angola se constitui como preservação das línguas nacionais?*

Para que possamos obter um entendimento contundente à questão acima citada, formulamos as seguintes questões específicas:

- 1) SERÁ QUE COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NA TPA TEM INFLUENCIADO O CIDADÃO NA PROCURA PELO APRENDIZADO?
- 2) TORNA-SE-ÃO AS LÍNGUAS NACIONAIS USUAIS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO TELEVISIVO?
- 3) SERÁ QUE A IMPLEMENTAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NA TPA AJUDA NA LUTA CONTRA A COLONIALIDADE LINGUÍSTICA E POLÍTICA?

O tema foi escolhido com o intuito de analisar qual a atual situação do país concernente às línguas nacionais e o quão isso está ligado ao poder político ou as políticas públicas implementadas.

Sou Neirete Peixote, angolana, nascida no contexto da guerra civil, que por sua vez teve fim no ano de 2002. Sou da província de Malanje, onde comecei os meus estudos e onde permaneci até o término do ensino médio. Nesse intervalo de 17 anos vivendo na província onde nasci tive pouco contato com a língua materna falada, pois cresci longe dos meus avós e de pessoas da família que poderiam ser uma ponte para o meu aprendizado. O meu ensino foi todo em língua portuguesa, meus colegas também não falavam a língua materna, com exceção daqueles que foram ensinados em casa, mas, infelizmente, por ninguém falar não sabíamos quem falava.

Depois do término do ensino médio, mudei para capital do país, Luanda, no final de 2011 e ingressei em uma universidade e, mesmo assim, não tive contato com a LN. Após cerca de dois e meio, me mudei para a República da Namíbia para estudar a língua Inglesa e, talvez, cursar o superior e, em meio a isso, eu ainda havia me candidatado a uma vaga no programa PEC-G<sup>1</sup> e seguia à espera do resultado.

Estando na Namíbia, notei o incentivo dos nativos ao falar as suas LN (Línguas Nacionais) com o inglês, era uma mistura entre as duas línguas que fazia com quem quem não fosse nativo se sentisse perdido ou buscasse compreensão.

Passei quase três meses na Namíbia a aprender a língua inglesa e minha volta para Angola se deu em razão de minha aprovação na Universidade de Roraima. Voltando para Luanda, dei início ao processo do visto e a preparação para a viagem para o Brasil ao final de 2014. Em 2015, no mês de fevereiro, viajo ao Brasil e aí começo a minha formação no curso de Direito, contudo, passei a desejar a mudança de cidade e curso e, após um ano, pedi a transferência para a Universidade de Brasília, para o curso de Ciência Política em 2016.

Foram três anos, pois estava com pressa para terminar, então decidi encurtar o tempo do curso. Em 2019, me mudei para o Rio de Janeiro com a ideia de ir embora para Angola, mas dei de cara com o Programa de Pós-Graduação em Cultural e Territorialidade (PPCULT) e me candidatei a vaga para estrangeiros. Não sabia qual seria o tema do meu projeto, mas pensei comigo: é sobre cultura, é sobre territorialidade, porque não falar sobre as línguas nacionais, uma vez que as sinto desvalorizada e acho que muitos jovens que não têm contato devem sentir o mesmo?

Desta feita, comecei a investigar mais sobre e, na altura, o meu tema foi um parecido ao que é hoje e depois de ser aprovada, eu e o meu orientador decidimos melhorá-lo. No meio de todo esse percurso, assuntos sobre as LN foram ganhando mais interesse da minha parte, sobre o carnaval como preservação cultural, sobre as políticas e sua implementação nas cadeias televisivas.

A verticalidade da língua portuguesa falada em Portugal e falada no Brasil era muito evidente, o português falado em Angola sobre influência de ambos, muito mais

---

<sup>1</sup> **PEC-G** - O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. Disponível em: <https://www.centroculturalbrasilangola.co.ao/pec-g>. Acesso em: 01 dez. 2022.

do português de Portugal, pois consumimos o dicionário português, o ensino é português, mas as novelas e programas brasileiros foram tomando conta da casa dos angolanos que não se tem muitas dificuldades com a língua quando os angolanos viajam até ao Brasil. Estando no Brasil, foi a época em que comecei a prestar atenção nas LN, principalmente em uma das minhas idas de férias para Angola e me deparei com o Jornal da Manhã em LN.

Tive muitos questionamentos na altura, desde quando as LN estavam na TPA, como é o aprendizado dos jornalistas linguísticos, como foi o processo para essa implementação... foram muitos e por esse motivo resolvi falar sobre.

A relevância do mesmo nos fará refletir e analisar como foi a evolução linguística pós-independência de 1975 até os dias de hoje, como as autoridades veem a questão linguística local e do país

A dissertação terá uma abordagem qualitativa, analisando, descobrindo e contextualizando o processo que as Línguas Nacionais vêm passando no pós-independência até o atual momento. Usamos entrevistas semiestruturadas e análise pela internet como formatos metodológicos, sem deixar de analisar e comparar os números de falantes depois dessa implementação. As análises pela internet serão na busca de pesquisas bibliográficas, documentais, sites ou portais de notícias e jornais, permitindo que se responda as duas primeiras perguntas específicas.

No primeiro capítulo será abordado sobre **o contexto das Língua Nacionais na Proclamação da Independência de Angola**, por Angola ser o país na qual vamos falar, então vimos a necessidade de descrever como foi o processo de descolonização, descreveremos também sobre a Proclamação da Independência e a guerra civil. Vimos que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade linguística, como Quijano (2000) afirma, com a implementação do português como língua oficial e a subalternização das outras línguas nacionais, viu-se a necessidade de começarmos por abordar sobre Angola para que se possa ter conhecimento dos processos que o país e as línguas nacionais foram passando até chegar a atualidade.

Sobre a **Verticalidade e Horizontalidade das Línguas Nacionais**, falaremos no segundo capítulo onde a descontinuidade, o passado, a estabilidade do processo de produção e homogeneização das línguas Nacionais foram cruciais no processo histórico angolano.

Já no terceiro capítulo abordaremos sobre **Divisão Territorial e Cultural dos Grupos Etnolinguísticos**. Neste capítulo será mostrado como estão divididos os

grupos etnolinguísticos angolanos e quais línguas e culturas predominam em cada grupo. O sentido de nação aqui apresentado ultrapassa a forma eurocêntrica que tenta apagar a pluralidade.

Temos como subcapítulos **Línguas Nacionais nos pós-independência** – a colonização foi um período difícil para o povo angolano, na qual os angolanos tiveram que lutar contra a colonização interna e externa e neste contexto, o capítulo em questão versará sobre como estão atualmente as Línguas Nacionais após a proclamação da Independência do país.

No quarto e último capítulo, **Importância da Implementação das Línguas Nacionais na TPA**, é de extrema importância a valorização das línguas, etnias e culturas angolanas e a implementação das Línguas Nacionais foi o meio usado para se enaltecer as LN, apontamos o subcapítulo **Estratégias Políticas e Comunicacionais e as nossas Considerações Finais**.

Colocamos as entrevistas em anexo, por ser parte importante da pesquisa e dos dados coletados. Encerramos o nosso trabalho com as **Referências Bibliográficas** utilizadas no trabalho.

## 1 O CONTEXTO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

A questão linguística se constituiu ao longo da história moderno-colonial como um dos temas centrais em várias nações africanas. Marcadas por línguas nacionais instituídas pelos colonizadores europeus como línguas oficiais, elas estão longe de revelar a complexa realidade da diversidade territorial africana.

A luta por reivindicação das línguas nacionais envolve o enfrentamento das políticas epistemicida que, mesmo com a independência, permanecem lógicas coloniais na forma de gestão dos territórios e reconhecimento da diversidade territorial.

Embora tenha uma densidade populacional inferior à do mundo tomado como um todo<sup>2</sup>, África possui um grau de complexidade linguística mais elevado do que qualquer outro continente<sup>3</sup>. Isso explica por que não existe, até o momento, um mapeamento linguístico detalhado do continente africano, apesar de tão necessário aos historiadores e outros estudiosos (DALBY, D. 2010. p. 337)

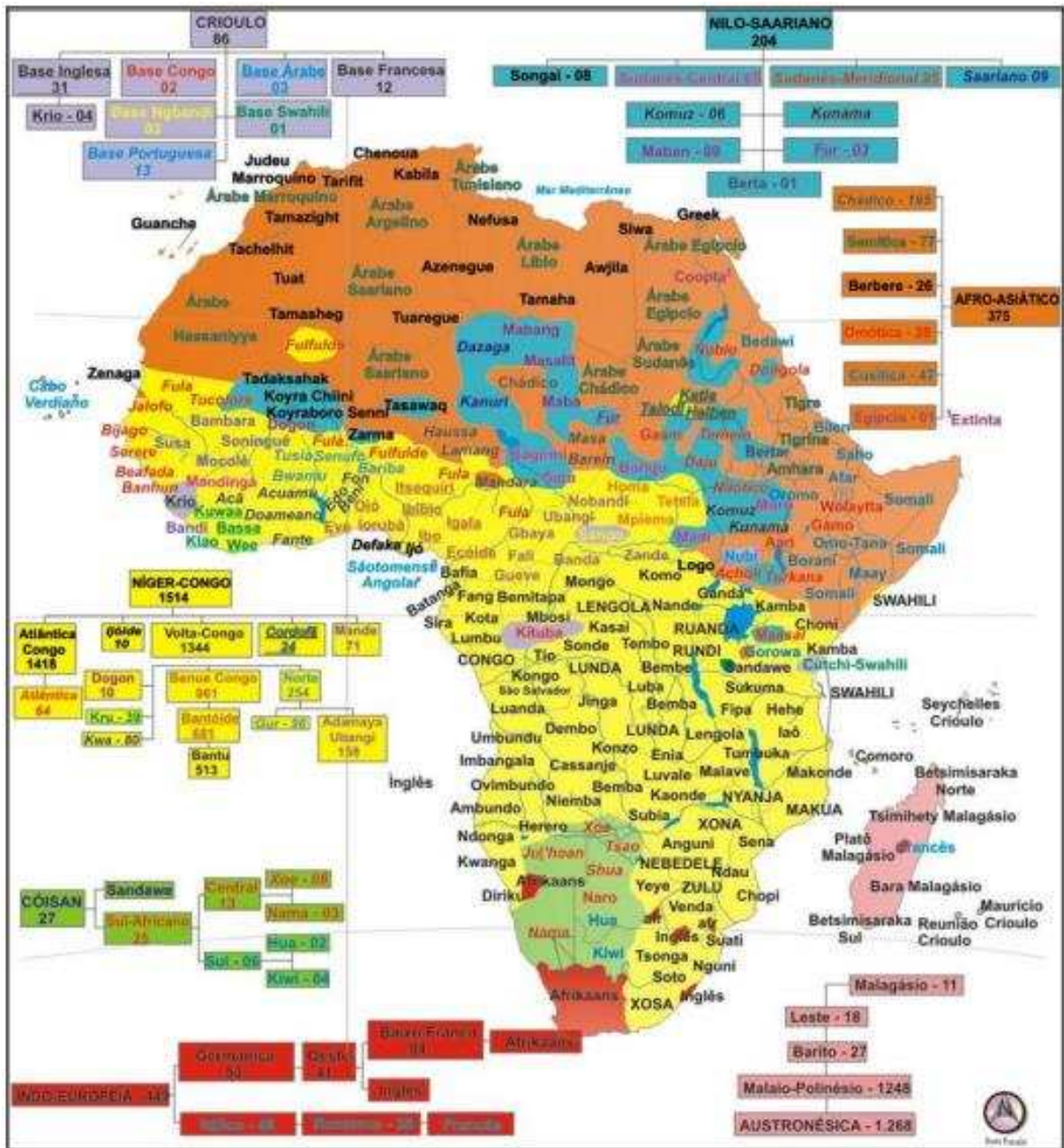
Dalby (Idem), no famoso livro *História da África* organizado por Joseph Ki-Zerbo, firma tanto a dificuldade para analisar os estudos linguísticos em África quanto a sua complexidade.

No caso de muitos grupos de formas de linguagem mais ou menos estreitamente aparentados, só se podem estabelecer distinções arbitrárias entre as “línguas” e os “dialetos” das “línguas”. Se se considera os grupos de formas de linguagem mais ou menos inteligíveis como “línguas” distintas, o total na África será da ordem de 1250. Se se considera cada uma das formas de linguagem como uma língua em si, onde aparece como tal para seus falantes e onde possui nome distinto, o total, então, aproxima -se de 2050. Se este último método fosse aplicado à Europa, deveria -se considerar o sueco, o norueguês e o dinamarquês como línguas distintas, mas, segundo o outro método, seriam consideradas como uma única língua. A fim de se obter uma “ordem de grandeza” para o número de línguas faladas na África, propõe -se que seja tirada a média destas duas avaliações, isto é, aproximadamente 1650 línguas, das quais 1100 (calculadas pelo mesmo processo) são faladas no interior da zona de fragmentação (Ibidem. p. 340).

<sup>2</sup> Ocupando aproximadamente 20% da superfície terrestre total do globo, a África representa pouco menos de 10% da população mundial.

<sup>3</sup> A Nova Guiné (pouco mais de um quarto da superfície total da África) possui um grau de complexidade linguística igual – ou até mesmo superior – ao do continente africano, mas em nenhuma outra parte do mundo existe uma zona de “fragmentação” linguística tão importante, por sua extensão geográfica, quanto à região da África situada ao sul do Saara.

Figura 1: Mapa da realidade língüística complexa na África hoje



Fonte: PACHECO, ANO.

O nosso foco será a realidade de um país africano, de nome Angola. República de Angola como é chamada, tem o surgimento do seu nome advindo da palavra N uma estirpe Ambundo, estirpe localizada no “médio-Kwanza” gola. Em seu texto, Grilo (2009, p. 04) afirma que “Os primeiros habitantes da região, que agora é designada por Angola, têm origem na tribo dos caçadores-colectores Pré-Bantos. O povo Banto chegou à região, vindo de Norte, no século XII, obrigando a uma migração dos Khoisan para Sul”.

Anjos (2005) afirma que um dos fenômenos mais fundamentais e importantes da historiografia africana foi a expansão do tronco linguístico banto saindo da África Ocidental em direção a África Austral a partir do início da Era Cristã.

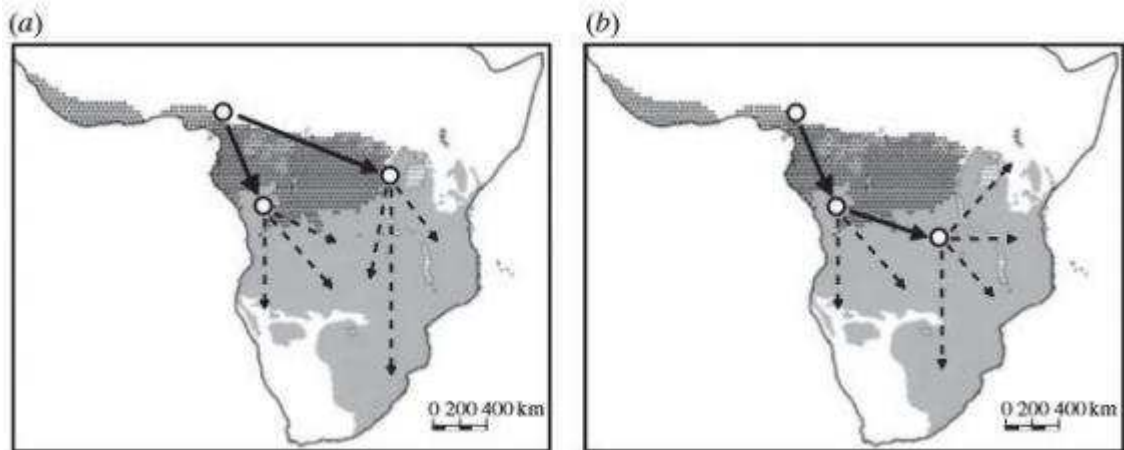
Os estudos apontam para o fato de que essa expansão demográfica estaria profundamente ligada a uma melhoria do nível alimentar, graças à introdução, na África, do inhame e da banana procedentes do sudeste asiático. A expansão das línguas banto estaria ligado à posse e o uso da técnica do ferro e à capacidade de organização social e política. (ANJOS, 2005, p. 21).

A expansão se inicia na região do planalto de Bauchi, localizado na atual fronteira da Nigéria e Camarões, e por volta dos séculos VII/VIII da Era Cristã, e chega à região dos Grandes Lagos (Idem). A partir deste momento, as ondas de expansão das línguas banto se multiplicaram e expandiram rapidamente (Ibidem).

A maior parte do território de Angola atualmente ainda é marcado pela influência da expansão deste grande tronco linguístico. A expansão banta gerou milhares de línguas faladas e escritas e outros milhares de dialetos por toda a África Central, Ocidental e Austral.

Os processos migratórios bantos puderam gerar alguns contrassensos sobre sua gênese a ponto de ser referenciado ora como expansão banta ora problema banto (BOSTOEN, 2004a; 2007). Antes de mais nada, vale dizer que o termo banto fora cunhado pelo missionário alemão Wilhelm Bleek, em 1851, momento em que submeteu sua tese de estudo comparativo entre as línguas da África do Sul (BOESTEN, 2007). [...] Todavia a expansão banta precisa ser considerada por avanços e regressos de mobilidades sociais em diferentes períodos e direções, descaracterizando o que seria um movimento contínuo e único de aprendizagens (cf. M'Bokolo, 2009). Por isso, prováveis hipóteses se sobrepõem pela atualização geográfica e genética dos dados que sustentam, ainda, uma provável cronologia dos avanços migratórios. Um dos motivos que produziria a primeira mobilidade de grupos pré-portobanto, conforme os argumentos de Vansina (1999) e Grollemund et al. (2015), consideram que devido a desertificação do Saara vários grupos se direcionaram para as regiões mais férteis ao sul. No caso dos grupos pré- proto-banto, eles teriam partido do Sudão para Camarões. Provavelmente circundando ao norte a região da floresta equatorial. Com efeito há dois pontos sobre a indicativa do contato com esses grupos: a) classificação geográfica das línguas bantas (GROLLEMUND et al., 2015; HOLDEN; GRAY, 2006) pelos estudos em léxico-estatística denominando de banto do oeste, central, do leste e do sudoeste; b) e, o ponto de partida do proto-banto em Camarões, onde são encontrados grupos bantos Nok, Kano, Gao e Kumbi Saleh (HOLDEN; GRAY, 2006).(SILVA, 2011: 86/87)

**Figura 2:** Mapa das divisões das línguas bantas



**Fonte:** DE FILIPPO *et al.*, 2012, p. 3257<sup>4</sup>.

Angola está delimitada a norte pelo Congo e uma parte pelo ex Zaire que hoje é designada por República Democrática do Congo, a leste pela outra metade da República Democrática do Congo e pela República da Zâmbia, República da Namíbia a sul e pelo Oceano Atlântico a oeste (ZAU, 2002, p. 32).

<sup>4</sup> “A parte em cinza corresponde à área de pelas línguas bantas e a parte mais escura a extensão da floresta equatorial. a) divisão inicial e b) divisão tardia” (DE FILIPPO *et al.*, 2012)



**Figura 3 - Mapa da localização de Angola no mapa mundial.**



Fonte: CARIZA, 20-<sup>5</sup>.

Angola está localizada na parte ocidental de África, precisamente na zona Austral. É um dos países mais vasto de África, com uma superfície de 1.247.000,00 km<sup>2</sup> e possui a costa marítima de norte a sul com 1.650 km, com 4.837 km de fronteira, e uma superfície de 1.246.700 km<sup>2</sup> e é “banhada pelo Oceano Atlântico (idem).

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/96793015/africa-politico>. Acesso em: 01 dez. 2022.

**Figura 3:** Mapa de Angola, dividido por províncias e suas capitais



**Fonte:** ANGOLA, 20--?<sup>6</sup>.

O país possui 18 províncias com uma enorme diversidade de grupos nacionais falantes de diferentes línguas. Elas são nomeadamente: Luanda, Malanje, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kuando-Kubango, Kunene, Huambo, Huíla, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Lunda Sul, Lunda Norte, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, tendo Luanda como capital e mais populosa cidade, Cabinda considerada a área administrativa e separada do resto do país, propriamente faz limite com a República Democrática do Congo e República Congo Brazzaville. Podemos dividir o país em 6 áreas “geomorfológicas”, como: “costeira, cadeia de montanhas marginal, o velho planalto,

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.consulatgeneralangola-paris.org/angola.php>. Acesso em: 01 dez. 2022.

a bacia do Zaire, a bacia do Zambézia e do Cubango” (ANGOLA, 20--?). Desta forma, a diversidade de grupos nacionais habita distintas paisagens.

Antes da ocupação portuguesa, Angola era organizada por reinos do Congo, Ndongo, Matamba, Benguela e os do Planalto Central. O reino do Congo era o que mais desenvolvido socioeconômico e politicamente estava, com o comércio obrigado a usar uma moeda transacional (zimbo) (PACHECO; COSTA; TAVARES, 2018, p. 86).

Os reinos surgiram com o enraizamento de aldeias e a concentração de poder monopolizado pelo chefe de uma linhagem, poder econômico e influências tidas dentro do seu povo. Esses reinos que foram surgindo, acabaram tornando-se “testemunhos de organização política das comunidades que se inseriram no território que integra Angola” (ZAU, 2002) mesmo que a tenham sido criadas em fases diferentes.

Para fomentar os conflitos, os portugueses foram gerando divergências étnicas e sociais com objetivo de ter maior alcance aos escravizados e abertura de caminhos no “território nacional”. Mas o povo angolano lutou contra o progresso dessas tropas coloniais, mas por elas estarem mais bem munidas com “arma de fogo material balístico e tecnologias, a guerra era injusta e desigual” (ALMEIDA, 2014, p. 12).

Sobre a resistência e ocupação colonial portuguesa, começa verdadeiramente em 1575, com a fundação de Luanda (GRILO, 2009, p. 4), teve como ponto forte a captura e a venda de escravizados, foi o negócio em que se envolveram os portugueses e também os africanos, em detrimento, muitas vezes, dos próprios africanos, da qual as suas terras não puderam passar a fornecer às populações os alimento e apoio econômico necessário, porque faltavam braços para cultivar a terra e uma certa estabilidade para governar. A conversa que se seguiu após a chegada de Paulo Dias de Novais ao reino do Ndongo tornou-se ineficaz. O rei Ngola-a-Kiluanje não teve entusiasmo pelas ofertas dos colonialistas e não aceitou a “missão” e a subalternização à coroa portuguesa (ZAU, 2002, p. 45).

“A obtenção de escrav[izad]os em Angola era feita através das guerras de Kwata-Kwata (agarra-agarra), da servidão por delitos como assassinatos e dívidas e ainda pelas aquisições em feiras controladas pelas autoridades locais” (PACHECO, COSTA, TAVARES, 2018, p. 89).

Na administração de Ngola Mbande (1617-1626), os confrontos militares diminuíram o poder do rei na região. Não obstante, foram retomadas por sua irmã,

Njinga Mbande, que entendia o que se passava e combateu por quase quatro décadas com objetivo evitar que a Coroa Portuguesa dominasse o seu reino. No entanto, Paulo Dias de Novais, alcançou em 1581 vitórias em Kissama onde ocorreu a morte de mais de 50 sobas até ao rio Lukala perto de 8 a 10 léguas da corte do Ngola e então a “vitória das tropas portuguesas no dia 25 de Agosto de 1585, na Ilamba” abrindo oportunidades para ações missionárias (ZAU, 2002, p. 45-46).

Novais foi firmar-se em arraiais de Massangano, entre o Lucala e o Kwanza, lugar facilmente sustentável e assim o fim do Reino do Ndongo. Seguiram-se outras batalhas mais para o sul do território. Com a fundação do reino de Benguela por Manuel Pereira em 1617, os sobas estariam dominados por uma nova chefia que seria o reino de Benguela a pequena administração colonial (ZAU, 2002, p. 46)

Os combates pelas terras africanas não envolviam apenas Portugal, mas também França, Inglaterra e a Alemanha, países que terminariam dividindo o continente conforme seus interesses. “Em 1836, dá-se a fusão dos territórios sob o domínio português, através do decreto de 7 de Dezembro: Os antigos reinos do Congo, de Angola e de Benguela passaram a constituir a unidade administrativa colonial com o estatuto de província” (ZAU, 2002, p. 47).

Na metade do séc. XVIII e início do XIX, mais de 642.000 escravizados foram levados de forma forçada de Angola para o Brasil. As lutas do planalto (1902), exibiam o poder das monarquias modernas no “Bailundo, Bié, Huambo e de todos os reinos independentes”. “Ekuikui II, Mutu Ya Kevela, Ndunduma, Mandume, seriam alguns dos nomes destacados por toda a resistência entre as últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX, quando, efetivamente, a repressão veio a se concretizar” (ZAU, 2002, p. 48).

Após da dominação do estado colonial, contra as forças levantadas no Bailundo, isso é, Humbe, Kongo, Solongos, a sul os Kuanhama (Idem) e muitas outras, Rocha (2006), em seu texto, afirma que:

[...] nenhuma outra parte da África tropical uma potência colonial teria de empenhar tantos homens durante tanto tempo, para vencer tão poucos adversários. Apesar de uma implantação morosa e difícil, o final do séc. XIX marcaria a organização de uma administração colonial na correspondência do espaço e dos homens a dominar. A estratégia adoptada no domínio da economia assentava basicamente na agricultura e na exportação de matérias primas que a colônia produzia. O comércio da borracha e do marfim, entre outros produtos, provocava grandes rendimentos para Lisboa, ainda acrescidos pelos impostos cobrados às populações. No início do séc. XX

outras reformas foram implementadas, alterando a política portuguesa em Angola<sup>7</sup>.

Com poucos meios das autoridades portuguesas, a única opção seria fazer crescer a colônia, mas com o desmoronamento do reino português e o favorecimento internacional, traria mudanças no controle “administrativo, educativo e agrário”.

Em 1576, Angola foi mencionada como “à província do Brasil”, por João de Barros, daí surge a expressão “províncias ultramarinas” em 1663. No século seguinte, as expressões foram empregues oficialmente, mesmo que na maior parte dos escritores preferiram o termo “colônias” em detrimento de “províncias ultramarinas”, que surgiu novamente na Constituição Republicana de 1911, mas o uso variou tão frequentemente quanto os regimes durante a República (ZAU, 2002, p. 50).

Em 1926, o termo “colônias” foi beneficiado, até 1951, onde crítica internacional, fizeram com que o Dr. António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho da República Portuguesa, insistisse em voltar ao uso da designação “províncias ultramarinas”, uma vez que, havia a “inseparabilidade” dos territórios portugueses, segundo o princípio definido pela primeira Constituição, em 1822. *A posteriori*, Angola e Moçambique passaram a ser consideradas “Estados” pelo então Professor Doutor Marcelo Caetano. Só com a Proclamação da Independência, em 11 de novembro de 1975, é que os conceitos de Estado e de Nação foram fixados (ZAU, 2002, p. 50-51). Esses conceitos foram marcados pelo projeto eurocêntrico que definia um *Estado territorial monocultor* (PORTO-GONÇALVES, 2008) angolano suprimindo toda a diferença territorial para afirmar distinções de direitos para os falantes e não falantes da língua portuguesa.

Assim nasce a designação República Popular de Angola, junto com a Constituição de 10 de novembro de 1975, que foi posteriormente revista em 1976, 1977, 1978, em setembro de 1980 e em março de 1991. O poder político caracteriza-se, hoje, como sendo uma democracia presidencial, na qual o Eng. José Eduardo dos Santos é, desde 20 de setembro de 1979, o Chefe de Estado, substituindo assim, o Dr. Agostinho Neto, o primeiro Presidente da República Popular de Angola.

José Eduardo dos Santos foi eleito em 29 de setembro de 1992, porém os resultados do escrutínio foram contestados pelo Dr. Jonas Savimbi, líder da UNITA.

---

<sup>7</sup> Chinho Rocha escreve no blog Povos e línguas de Angola, disponível em: <https://linguistica-de.blogspot.com/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

Quanto ao poder legislativo angolano, a Assembleia Nacional conta com 223 membros eleitos por voto direto para mandatos de 4 anos. Tendo em vista a situação de guerra civil, o Parlamento acabou por, inicialmente, votar uma primeira prorrogação, até ao ano 2004 (ZAU, 2002, p. 51).

A diversidade cultural e étnica do povo angolano é muito grande, quase na sua totalidade de origem bantu, esta designação é atribuída a metade ou quase a maioria da população que está fixada a sul do equador e designa também os povos do qual as línguas utilizam a raiz \*Ntu\* para definir o homem onde o plural é exatamente “BANTU” eram principalmente pastores e agricultores.

Calcula-se que a população Angolana corresponda hoje a um total de 12.780.000 habitantes, que estão distribuídos pelas 18 províncias, ressaltando que grande parte dos habitantes de Angola tiveram ou têm origem no cruzamento que desde cedo passou a existir, entre os diversos grupos que foram migrando para o território Angolano e posteriormente pela população europeia, principalmente a portuguesa durante o período colonial (ZAU, 2002, p. 55).

Só em 1993, depois que alguns estudos e segundo fontes das Nações Unidas informaram que a população Angolana era estimada em 11 milhões de habitantes, o que certamente conferia na altura uma densidade demográfica inferior a 9 hab./km, dos quais 37% viviam nas zonas urbanas e outros 63% nas zonas rurais. Nesta senda, o relatório do desenvolvimento Humano PNUD, informou, que dentre os 174 países de acordo com o seu índice de desenvolvimento Humano (IDH) Angola ocupava a posição 160<sup>º</sup>. De acordo com este relatório, se formos considerar a taxa de crescimento anual de 2,9%, a estimativa é de que o país venha a ter em 2015 o equivalente a 19,7 milhões de habitantes, com uma população urbana a rondar os 44,1%. Se observarmos a estrutura etária da população, chegamos à conclusão que a população angolana era na sua maioria jovem em 1997 e havia apenas 47,5% da população que tinha pouco menos de 15 anos. Sendo que apenas 2,9% apresentavam idades superiores a 65 anos, isto estabelece um potencial de mão de obra para o país, porém aumenta o nível de obediência da população economicamente ativa (ZAU, 2002, p. 56).

A taxa de crescimento da população mostra-se relativamente alta e coincide a 3,3% (1990-1997), tendo em conta o relatório de 1999 do (PNUD) em 2015, esta taxa deverá estabilizar em 2,9% na qual a taxa de fertilidade total é de 6,8% (1997) na qual a taxa de utilização de contraceptivos entre os anos de 1990 e 1998 foi apenas

de 8%, a população feminina Angolana em 1997 confere a 50,6% sendo a população urbana, ficando estimada em 32,3% no mesmo ano (1997), porém os índices da mortalidade infantil são ainda muito alta, sendo que a esperança média de vida da população é muito baixa. Por conseguinte, o país é qualificado como sendo subdesenvolvido economicamente e social, com uma população jovem, com várias dificuldades sociais com expectativa de vida entre “42,9 anos nos homens e 46,1 ano nas mulheres” (ZAU, 2002, p. 57-58).

Identifica-se a população angolana pelos seus distintos grupos etnolinguísticos e esses divididos por grupos e subgrupos, os grupos que representam e seguem suas crenças e costumes são cerca de 29% e 70,1% pertencem a religião católica ou protestante. Especificamente: Bakongo, Ambundo, Ovimbundo, Lunda Quioco, Ganguela, Nhaneka Humbe, Ovambo, Herero, Okavango, Khoisan (ZAU, 2002, p. 59-67).

### 1.1 LÍNGUAS NACIONAIS E A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Para a Proclamação da Independência, os movimentos de libertação: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União para a Independência Total de Angola (UNITA) (GRILO, 2009, p. 5)

**Figura 4:** Representantes dos partidos políticos angolanos



**Fonte:** RÁDIO ECCLESIA, 2012.

Foi preciso que esses três movimentos deixassem de lado a rivalidade para que pudessem vencer forças externas e, como consequência, conquistar a independência. Mas até isso acontecer, foram feitos muitos acordos, a título de exemplo, o acordo entre a UNITA e o “comando português da Zona Militar Leste (ZML)” em 1971 intitulada “Operação Madeira”, na qual, ajudaria as forças armadas portuguesas a combater os outros movimentos e essas submeter-se-iam a bases do exterior “Zaire e na Zâmbia”.

Em 1974, com a derrubada do governo português, começam assim as tréguas entre o governo português e os movimentos de libertação, mas pela continuidade das afrontas entre os movimentos e os cabindeses em separar-se de Angola, a conjuntura dos cerca de 500.000 portugueses torna-se complicada. Em 10 de Novembro de 1974, o anúncio da independência de Angola feito pelo Governo-Geral de Angola que a partir de 11 de novembro o país se torna independente (GRILO, 2009, p. 5-6).

**Figura 5:** Discurso de empossamento do primeiro Presidente de Angola, Dr. Agostinho Neto



**Fonte:** EFEMÉRIDES DO ÉFEMELLO, 2013.

Entretanto, após a derrubada do governo português em Angola, o país se vê no meio de uma disputa aberta entre os 3 movimentos de libertação para a liderança do país, principalmente da capital do país. Esses 3 movimentos detinham ajuda de forças estrangeiras: o MPLA pela União Soviética e Cuba, a FNLA pela África do Sul e China. Os Estados Unidos primeiro apoiaram a FNLA e depois a UNITA. Ou seja, a



chamada Guerra Fria gerou conflitos estridentes em Angola e em vários países africanos.

Com a morte de Agostinho Neto em 1979, substituído por José Eduardo dos Santos, o país vai para uma evolução do Estado de Democracia Popular, contando com acordos dos operários e camponeses. Com isso houve mudanças e lutas, como a emancipação da mulher angolana, a separação completa da Igreja do Estado respeitando assim as religiões, uma vez que a Igreja teve papel importante antes e no surgimento da luta pela independência.

Em um dos seus livros, Mingas (2001), fala sobre a alfabetização das mulheres desfavorecidas, tal como a mulher rural e para se ter êxito a autora propõe que essa alfabetização seja feita em LN, uma vez que essas mesmas mulheres já falam essas línguas e sendo a língua que frequentemente usam. O objetivo é levar ou transmitir o “conhecimento científico” e mostrar-lhe o caminho para o desenvolvimento (MINGAS, 2001, p. 1).

No quadro angolano, a desvalorização feminina vem desde os tempos remotos ou melhor a colonização é um dos exemplos. A desvalorização da mulher acontece também dentro do seio familiar, onde a mulher executa tarefas que podem ser executadas por todos os membros sem distinção entre homens e mulheres. Essa desvalorização ou exploração não acontece apenas no seio familiar, mas no social também existe, como exemplo temos os salários entre ambos os gêneros e nos cargos ocupados pelos mesmos.

Uma das soluções é a alfabetização das mulheres rurais e essa em LN como “porta de acesso”, mas como tudo, existem entraves,

[...] porque o número de letradas é diminuto, segundo porque não existe um forte movimento da sociedade civil que se dedique ao estudo da real situação da mulher na nossa sociedade. O atraso tecnológico advindo da situação de exclusão a que foi votada, impossibilita-a de criar condições objetivas para lutar pela dignidade, pelo respeito. (MINGAS, 2001, p. 2)

Existe uma necessidade de se encurtar as ligações entre o campo e a cidade, isto é, inserir as mulheres rurais ao mundo do desenvolvimento e assim fazer com que as mulheres se autovalorizem. A autora aponta ainda o fato das mulheres serem a maioria do povo e sendo a maioria falante das LN serve como apoio a “cultura pluriétnica e plurilinguística” (MINGAS, 2001) e facilitaria a aproximação das mulheres com a sociedade.

As primeiras eleições gerais tiveram abertura em 1992, e desde então a “democracia multipartidária governa Angola”. E, com as mudanças na Constituição, sucederam-se também as primeiras eleições multipartidárias na história de Angola como um país independente. Com isso, o governo implementou importantes políticas públicas para que se possa superar os feitos deixados pela guerra. Só em 2002 é que teve o fim da guerra civil, deixando assim registrados milhões de mortos e mutilados pelas minas espalhadas no país, dessa forma Angola apostou na exploração dos enormes recursos minerais que possui, nisso temos como exemplo o petróleo que vem aumentando a taxa de crescimento (ANGOLA, 20--?b)<sup>8</sup>.

É importante salientar que no processo de independência de Angola, existiam indivíduos que escreviam, pensavam e expressavam a sua insatisfação em português, sobre a conjuntura colonial ainda presente, mesmo sabendo que uma boa parte não sabia ler em português, pois apenas os “assimilados”<sup>9</sup>, indivíduos que residiam perto da costa atlântica.

Os líderes do partido MPLA na década de 1950, sendo esses guerreiros na luta pela independência do país, tiveram oportunidade de estudar em Portugal e pouco contato com as línguas nacionais, com a cultura, com a política e filosofia. Após a Proclamação da Independência a língua portuguesa tornou-se a língua de troca entre os angolanos e dos países como Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os líderes desses países africanos, acreditavam que a multiplicidade de línguas não seria ideal na criação de um Estado Unido politicamente e culturalmente, que tivesse uma comunicação tranquila com o resto do mundo e até com África.

É necessário que se crie oportunidades para que os indivíduos possam "Crescer, Pensar, Criar e, acima de tudo, Querer Viver em Conjunto" e para que sejam criadas, é necessário que essas oportunidades façam com que eles atravessem os problemas que lhes são apresentados diariamente. Os portugueses tentaram empenhar-se na melhoria na relação com os africanos, e para isso levaram alguns africanos para Portugal com o intuito de capacitá-los na língua árabe para facilitar a comunicação entre ambos (MINGAS, 2021, p. 2).

---

<sup>8</sup> Disponível em: [www.governo.gov.ao/](http://www.governo.gov.ao/). Acesso em: 27 ago. 2018.

<sup>9</sup> Assimilados - vem do verbo assimilar. O mesmo que: compreendido, incorporado, apropriado, apreendido, adquirido, entendido, comparado. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assimilado/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

As variedades de grupos linguísticos angolanos faz com que uma língua se impõe a apenas uma língua diferente e a escolha dessa língua dá-se de acordo a melhor conjuntura e que proporciona "o contato entre os distintos grupos em presença", por causa das "lutas de libertação", viu-se a evasão do campo para a cidade, de quem sentia-se "ameaçado" e com carência de "garantirem a sua presença na colônia", controlando quem incentivava a fala da língua portuguesa "sob o seu controlo", mas infelizmente o aprendizado das LN foi censurado contrário a língua portuguesa. Pela imposição da língua portuguesa sobre as línguas maternas os angolanos se reinventaram no modo de se comunicar "enriquecendo o seu falar com neologismos e novas sonoridades advindos das suas línguas maternas" e assim nascem novas formas que foi denominada "pretuguês". Para quem está no processo de aprendizagem das LN, a língua portuguesa vem como um prenúncio intimidador uma vez que, quando esse estudante pronunciasse mal as palavras seriam chamadas de "pretuguês" e isso fazia com que ele se reprimisse de falar a língua portuguesa. (MINGAS, 2021, p. 2-4)

Lélia (1988), diz que no processo "histórico-cultural do Brasil" o lado europeu e branco teve mais visibilidade e assim acentua a existência do racismo, pois até o nome sofreu alterações para que todo o brasileiro fosse considerado "ladinoamefricanos", dessa forma a autora considera que o indivíduo esteja em um processo de "denegação" da sua "ladinoamefricanidade" (GONZALEZ, 1988b, p. 69).

Denomina "pretuguês" a modificações feitas na língua portuguesa, ou seja, a sua "africanização", que não só houve com a língua portuguesa, mas com o latim, espanhol, francês e até o inglês, mas isso apenas acontecia em uma certa região onde habitavam negros, que por sua vez eliminavam algumas consoantes como "o / ou o p. Mas deixa aqui dizer que "o véu do branqueamento" desmerece a importância que os negros tiveram e têm na formação da "cultura popular". Além da língua, o corpo negro passou a ser visto como sendo um "objeto", principalmente a "bunda" que por sua vez vem da cultura kimbundu da cultura "mbunda", teria influenciado a fala, uma vez que um dos "maiores portos de exportação de escravizados para a América" era o porto de Luanda. Assim, é necessário dizer que por influência dessa exportação houve a criação de alguns "termos" no então "pretuguês" (GONZALEZ, 1988b, p. 70-71). Levando em conta elementos da sociabilização "a família, a escola e a igreja" (MINGAS, 2021), viram-se divididas em 2 grupos considerando-os como:

[...] o dos Assimilados que integrava os Africanos que conheciam bem a língua portuguesa assim como os hábitos dos Portugueses, e o dos Indígenas, que ou conheciam parcialmente ou desconheciam a língua portuguesa, não comiam à mesa, com garfo e faca, mas sentados numa esteira. (MINGAS, 2021, p. 4)

Com divisão da cidade de Luanda em quarteirões, os portugueses e assimilados ocupavam a beira-mar ou baixa da cidade que seria o primeiro quarteirão, eles comunicavam-se na língua portuguesa, os assimilados no segundo quarteirão que seria uma área intermédia e usavam tanto a língua portuguesa quanto o kimbundu, mas muito mais a língua portuguesa e, por fim, no terceiro quarteirão os africanos e indígenas que ocupavam o chamado "Museke" ou periférica nesse quarteirão também eram usadas duas línguas, é diferente da que antecede o kimbundu na maioria das vezes (MINGAS, 2021, p. 4).

Com a luta contra o tráfico de escravizados travada pelas "autoridades", viu-se a necessidade denominadas "províncias" e foram criadas leis no intuito de impedir que se use as línguas maternas em território angolano. Mas, o oposto a essas leis "estava a convicção, incutida a muitos Africanos, da inferioridade das suas línguas, relativamente à portuguesa" como resultado via-se o crescimento no uso da língua portuguesa (MINGAS, 2021, p. 4).

Em 1882 ocorreu a publicação do primeiro jornal feito pelos africanos, com o nome "O Futuro de Angola", escrito por Arsénio do Carpo que por sua vez incentivou novos jornais escritos em língua portuguesa e kimbundu tal como "o Farol do Povo" de Arantes Braga, o "Arauto Africano", de Carlos Silva, o "Muen'exi", de Castro Francina, o "Kamba ria N'gola", conforme Carmo Reis, (1987, p. 147).

Nesse período, as mulheres sempre estiveram presentes defendendo as "quitadeiras" e as LN, Mingas (2021), diz que "em meados do século XIX, a quitadeira é omnipresente no comércio ambulante" (MINGAS, 2021, p. 6).

O desencadear da Luta de Libertação Nacional fez com que houvesse um aumento significativo de falantes das línguas nacionais e os mesmos deixaram suas casas à procura de "proteção nas cidades costeiras do país". Dos muitos erros, tiveram como resultado "foi reforçado o modo específico do povo angolano estar e de recriar a língua portuguesa", ou seja, o povo angolano viu-se na obrigação de falar ou de aprender a língua portuguesa, mas em contrapartida foram criando novas formas verbais, na "morfossintática da frase" e muito mais, tudo isso na forma de falar essa nova língua que lhes foi imposta (MINGAS, 2021, p. 7).

O impedimento do uso das línguas maternas, causou uma ruptura na "estrutura organizacional existente" no contexto histórico e cultural. As línguas maternas nas "colônias" eram vistas como *sui generis* no passar de conhecimento e aprendizagem (MINGAS, 2021, p. 7).

Somos demonstrações da nossa linguagem habitual reconhecida, mas sem reflexão sobre o que somos no que diz respeito a "informatização do homem e da sua sociedade" (SCHERER, 2003, p. 119)

No processo histórico e simbólico da linguagem importa mais o indivíduo "na história, na relação de sentido, e de valor entre o sujeito e o saber". Esse processo só é possível quando se tem "experiência", experiência essa que "está centrada sobre o mundo da referência, referência a um social, referência em relação a um mundo manifestado em relação a si. Sempre haverá negociação de sentido em relação à referência. Se tem sujeito é porque tem sentido" (SCHERER, 2003, p. 121).

A diferença entre o português falado pelos europeus e o falado pelos angolanos é que os Angolanos não dizem "tenho fome, tenho sede", mas sim "estou com fome, estou com sede", essa forma diferenciada da forma de falar a língua portuguesa dá-se pela influência das línguas maternas, uma vez que existe aí o sentimento de propriedade no que diz respeito ao "verbo ter". Tal como o nosso entrevistado Sr. Albano (kimbundu) aponta, dizendo que:

agora estamos a rimar ou melhor estamos a melhorar como por exemplo escrever de uma forma organizada os pontos nos Is e os traços nos T's, anteriormente só falávamos não escrevíamos a todo tempo, mas agora estamos vinculados com a prática escrever as formas dos sons do alfabeto o que há uma diferença entre o alfabeto das línguas latinas e das línguas bantus de Angola entre os sons, as articulações, as combinações das vogais e das consoantes não soa como o Português.

A criação da identidade dos "grupos autóctones" de Angola precisa ser analisada apenas através da imposição da força e dominação, mas também a partir da "integração/desintegração" (MINGAS, 2021, p. 8-9).

Mingas ressalta que:

À diferença do pretuguês e do português em Angola, o português de Angola consolidará o processo de africanização da língua europeia no país. Queremos com isto dizer que ele constituirá uma fase da estabilização do português angolano, pois é a única das nossas línguas utilizada nas relações familiares de uma parte significativa dos Angolanos residindo nas cidades costeiras e ao nível das capitais provinciais, além de que ela foi não somente a língua primeira dos Angolanos nesses espaços mas também ela foi aí, percentualmente superior às africanas, como língua segunda. (MINGAS, 2021, p. 9)

Assim sendo, é notável o crescimento por intermédio da importância que as línguas maternas têm, mas aí a língua portuguesa também sofre influência das outras línguas europeias e até do inglês e francês, pelas fronteiras perto de Angola que usam essas línguas e até das línguas africanas na qual temos como exemplo o "lingala e o monokutuba" que são faladas na República do Congo e República Congo Democrático. Desta forma, o aprendizado da língua portuguesa em Angola apresenta características específicas pela interação com outras línguas (MINGAS, 2021, p. 9).

As línguas maternas foram vistas como restritivas quando o assunto é a troca de diálogo entre organizações internacionais. Posto isso:

A língua portuguesa foi apropriada pelos líderes independentistas angolanos como a língua oficial do novo Estado. (...) convive com as demais línguas nacionais e étnicas em nítida concorrência. (...), ela se afirma cotidianamente nos altos escalões do governo e da burocracia, mas também na literatura e na música, portanto no imaginário sociocultural e na realidade concreta como uma língua de prestígio e que hierarquiza grupos, segmentos e indivíduos, particularmente porque ela está associada ao mercado de bens materiais e simbólicos e que define o lugar que o indivíduo, grupo ou segmento social ocupa na estrutura e no cotidiano angolano. A língua portuguesa organiza e estrutura a vida administrativa e gerencial em Luanda e no restante do país, mas não é a língua que monopoliza o mercado das ruas, na medida em que não é a língua do candongueiro e das zungueiras. (FONSECA, 2012, p. 1)

O enaltecimento da língua portuguesa por quem lutou pela independência foi, uma tática para que "valores socioculturais ocidentais-europeus" fossem uma influência entre os indivíduos e assim que não se comunica em português seria visto e posto na estatística como analfabeto. "A língua do conquistador tornou-se por adesão e por necessidade um dos elementos de sobrevivência e de resistência que marcaram e reconstruíram a identidade sociocultural das populações residentes nas capitais coloniais africanas" (FONSECA, 2012). O contato constante entre o colonizador e colonizado teve como consequência o uso das "línguas europeias" na política, no comércio, na perda de identidade, uma vez que a língua é uma das propagações culturais, de sonhos, de conhecimento muito mais.

Raffestin (1993) diz que a língua é meio de identidade que um povo detém e que tem uma relevância na cultura, mas que pode dar início a confrontos, o autor define a língua como sendo "o conjunto de toda a informação não hereditária e dos meios para sua organização e sua conservação" (RAFFESTIN, 1993, p. 97).

A língua nacional x língua estrangeira; língua portuguesa x língua brasileira; língua segunda x língua materna; língua fonte x língua alvo; minha língua x língua do outro; língua francesa, língua inglesa, língua alemã, língua italiana,

o que é da língua e o que não é da língua: o espaço no sentido de território, ou o sujeito que fala essa língua? (SCHERER, 2003, p. 121)

Segundo Chicumbo (2019), apresenta as definições dos diferentes tipos de línguas (materna, nacional e oficial), define língua em primeiro lugar, como a classificação “gramatical” que cria palavras com objetivo de tornar possível o diálogo entre os homens, e é formada por sons, escrita e por gestos “comporta uma gramática e um léxico, constituindo desta forma um universo matricial expressivo do qual comungam os membros de uma mesma comunidade”.

A língua materna é aquela apresentada ao indivíduo desde a infância através da sua família, por ser o seu primeiro meio de “comunicação” em seu “país de origem”. Mesmo que a família em um contexto geral seja o pilar nesse aprendizado, é importante mencionar o papel da mãe, dado que a mãe é o elemento dentro do núcleo familiar que educa e abdica de seu tempo para os filhos, logo, pela disponibilidade de tempo que ela possui é normal que ela seja a maior fonte do indivíduo nessa fase (CHICUMBA, 2019, p. 74).

As línguas nacionais é um caso complexo, pois tem dividido opiniões nos diversos campos “científicos, linguísticos e da política de língua” onde diferencia a língua nacional da língua oficial.

As expressões que mais se utilizam variam de acordo com diferentes terminologias para se referir ao mesmo conjunto de línguas: línguas maternas, línguas africanas, línguas nativas, línguas bantu, línguas locais, línguas autóctones, línguas da nação angolana. (CHICUMBA, 2019, p. 74)

Quanto a Angola, por ser considerada “multilíngue”, a definição de língua nacional conforme a “Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais”, na qual definem como sendo temporais e utilizadas por indivíduos que residem no mesmo país, não importando quantos falam aquela língua pois é o portador e promotor do seu “desenvolvimento e difusão” (CHICUMBA, 2019, p. 75).

A terminologia língua oficial, o autor diz que é mais político e dá o exemplo do fato de Angola pertencer ao grupo dos “Países Africanos de Língua Oficial Português” assegura “a unidade nacional, e permite, de forma mais eficaz do que as línguas locais, a comunicação internacional e a transmissão do conhecimento científico”. Ao implementar a língua portuguesa como oficial, determina a “manutenção do estatuto das hierarquias culturais do poder” e assim a língua portuguesa ganha o posto de língua oficial e de poder.

A língua é a ferramenta principal quando se trata de poder, uma vez que nos é imposto o reconhecimento de algumas línguas e como exemplo temos o inglês que é de uso constante e abrangente em grandes espaços, fazendo com que as outras línguas se tornem restritas a espaços pequenos. Isso não se deve apenas a conflitos linguísticos, mas também a assuntos de poder, de suas relações e estruturas desse mesmo poder. Essa questão está ligada à forma de produção e consumo, na qual quem domina impõe o método de produção, linguagem, uma vez que língua é “trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 99).

A linguagem ou as linguagens são meios para mediatizar relações políticas, econômicas, sociais e/ou culturais num dado lugar e por uma duração específica. Ou melhor, toda mediação lingüística é subentendida por uma relação extralingüística na qual circula o poder consubstancial a toda relação. A linguagem, como sistema sêmico, não é o lugar do poder mas, ao contrário, manifesta um poder (RAFFESTIN, 1993, p. 100)

Existem hostilidades linguísticas, todavia, socialmente surgem outras hostilidades profundas, mas isso não desmerece a função e natureza da língua. A metrópole vai impor a “linguagem da moeda” e a “sua linguagem” no campo, para que o campo faça mais uso da “linguagem da cidade”, posto isso, o valor de troca do campo diminui e o de uso permanece (RAFFESTIN, 1993, p. 100-102). A essa imposição chamamos de verticalidade, um acontecer hierárquico (SANTOS, 2002).

A metrópole detém o fluxo dos bens e informações, isso no âmbito político, econômico, mas “estrutura permanecerá a mesma”. No campo continuará submisso economicamente e linguisticamente. “Diante do inglês” e da língua portuguesa vistas como línguas comerciais ou “língua da cidade”, muitas grandes línguas nacionais desempenham o papel de “língua do campo” (RAFFESTIN, 1993, p. 103-108).

É provável existir arbitrariedade linguística, isso se dá quando uma língua diferente da nativa é forçada a um grupo. “Uma língua determina um modelo de representação do “universo”, ou seja, ao preferir uma determinada língua, estamos de certa maneira a forçar a forma como ela é representada e a assemelhar o “sistema de informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 117).

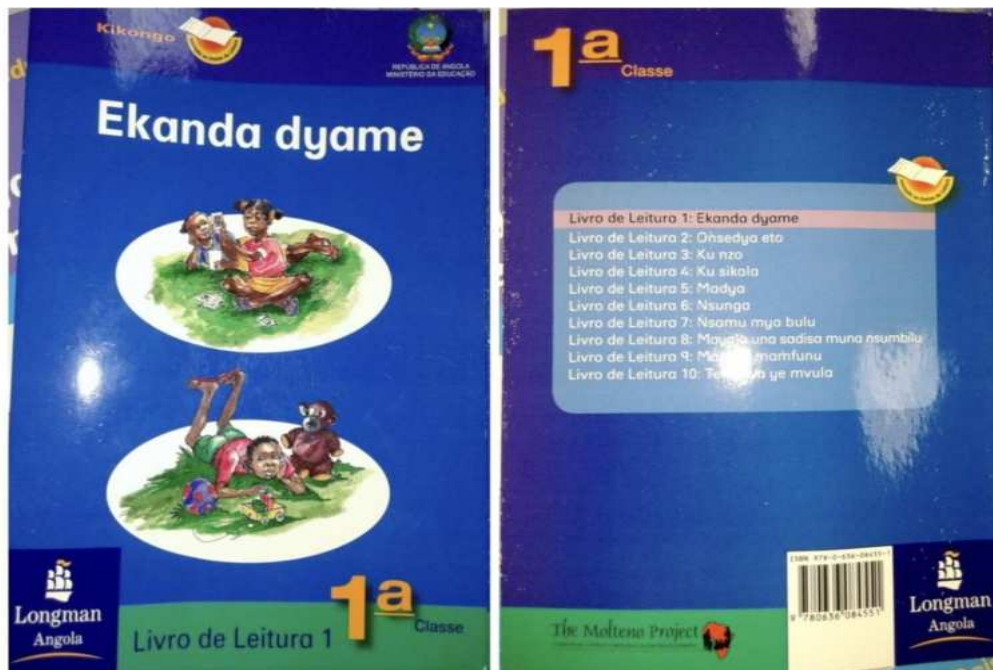
A resistência por meio da língua se coloca nos mesmos termos da religião, da etnia ou da raça. Toda tentativa de eliminação das diferenças está repleta de um poder opressor que procura realizar, no espaço e no tempo, um campo de ação para se manifestar. Todo poder que se estabelece unifica, centraliza, concentra, homogeneiza, comprime, esmaga de maneira a só trabalhar com uma massa isotrópica. (RAFFESTIN, 1993, p. 118)



Angola e outros países que sofreram por causa da colonização, têm obstáculos e um deles é a análise que proporciona a observação dos impasses diários, para que possam ser desenvolvidos planos com objetivo de ajudar a juventude e ao mesmo tempo a "preservação da identidade cultural angolanas". Ao reconhecermos que não importa se o emissor fala uma certa língua e que não a compreenda, deduz-se que "a capacidade de expressão de português de muitos dos locutores angolanos é, de longe, superior ao seu domínio e/ou nível de entendimento dessa língua" (MINGAS, 2021, p. 10-11).

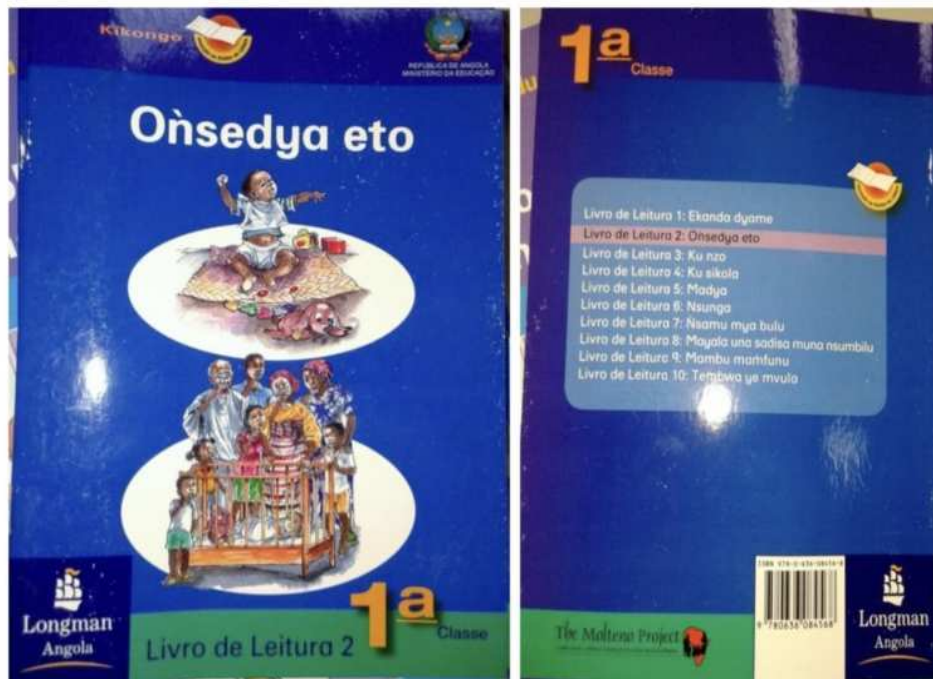
Já existiram manuais de ensino escritos em línguas maternas, com "objetivos didáticos programados e orientados para otimizar a aprendizagem, articulando, para isso, métodos, procedimentos e meios didáticos capazes de permitir ao aluno a evolução didática, a aprendizagem", imagens das capas e contracapas dos manuais de leitura e alfabetização da primária e nas línguas maternas nomeadamente: Kimbundu, Umbundu, Kikongo, Cômbe, Oshiwambo e Ngangela (CHICUMBA, 2019, p. 104).

**Figura 6:** Livro de leitura 1 da 1ª classe em Kikongo



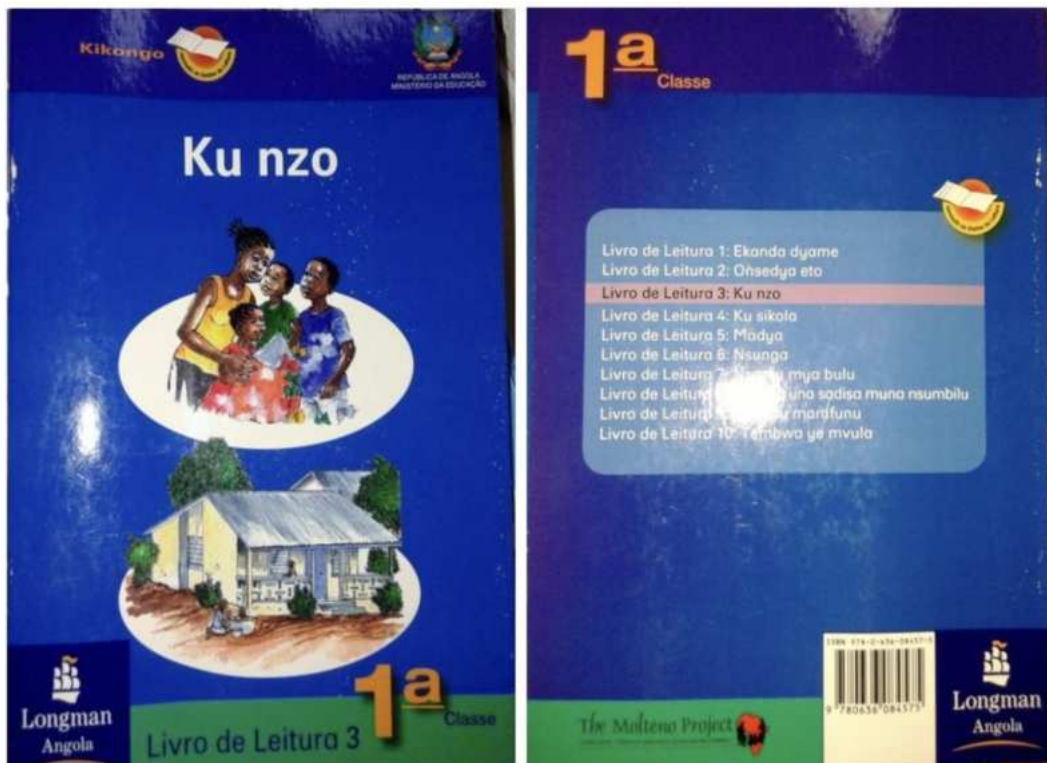
**Fonte:** CHICUMBA, 2019, p. 133.

Figura 7: Livro de leitura 2 da 1ª classe em Kikongo



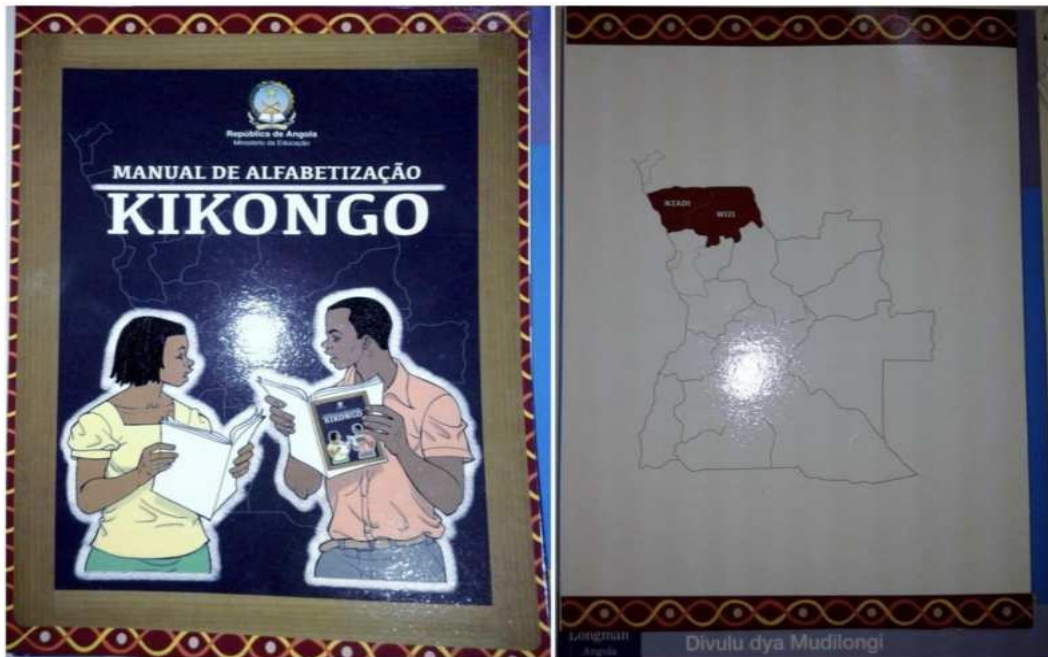
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 134.

Figura 8: Livro de leitura 3 da 1ª classe em Kikongo



Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 134.

**Figura 9:** Livro de Alfabetização em Kikongo



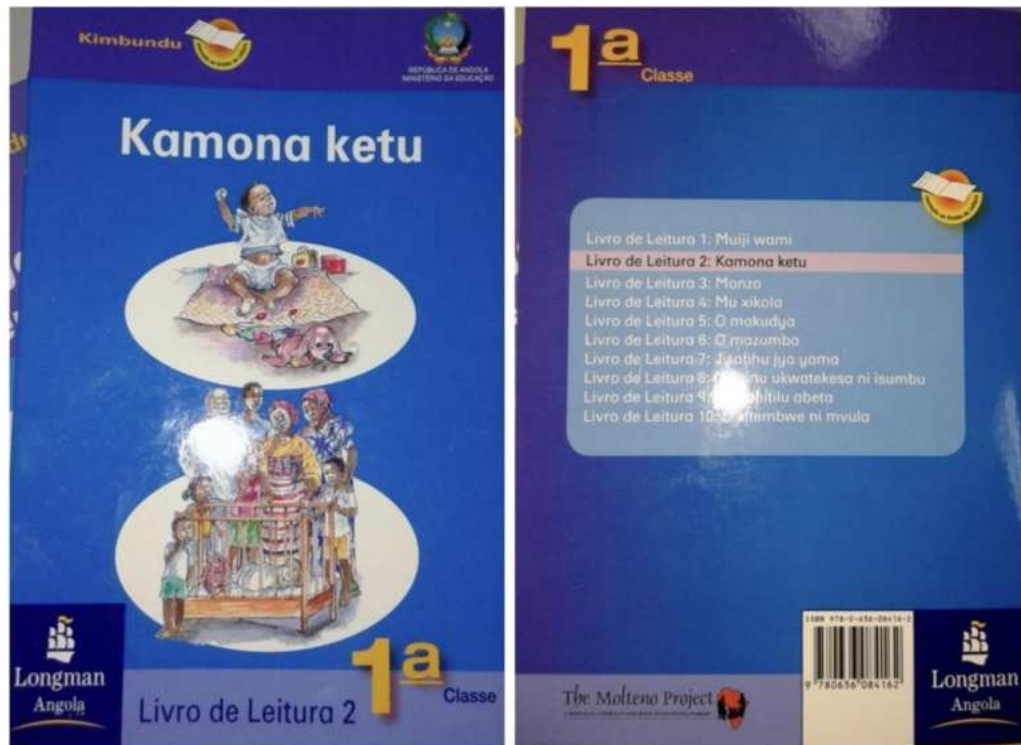
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 138.

**Figura 10:** Livro de leitura 1 da 1ª classe em Kimbundu



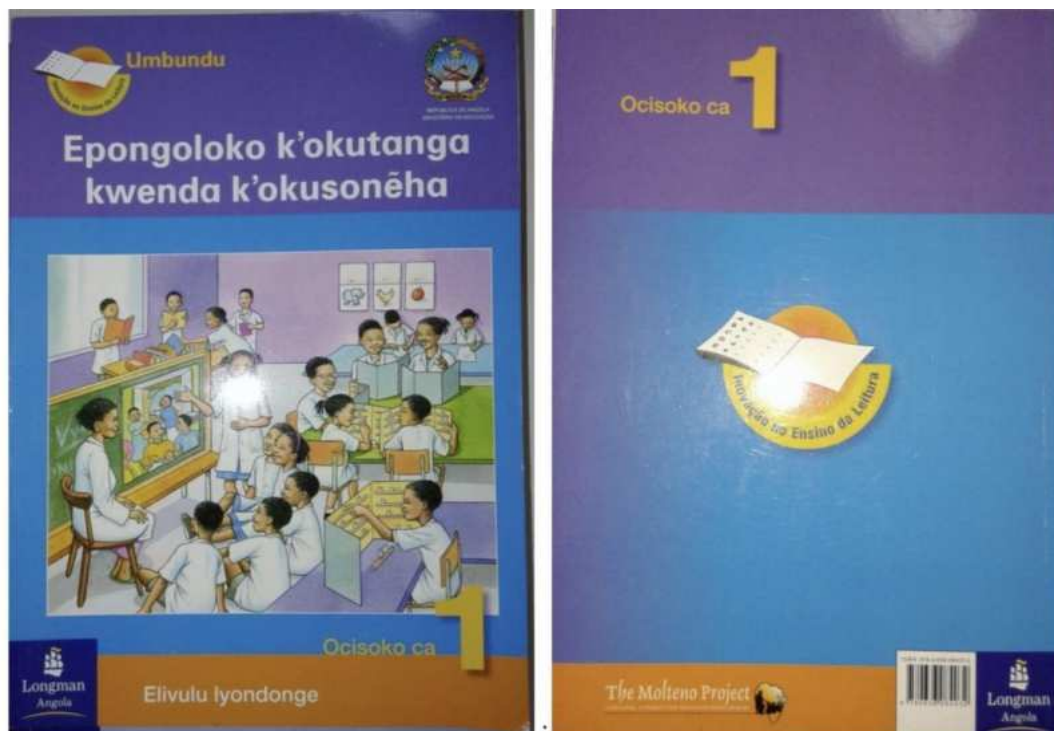
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 139.

**Figura 11:** Livro de leitura 2 da 1ª classe em Kimbundu



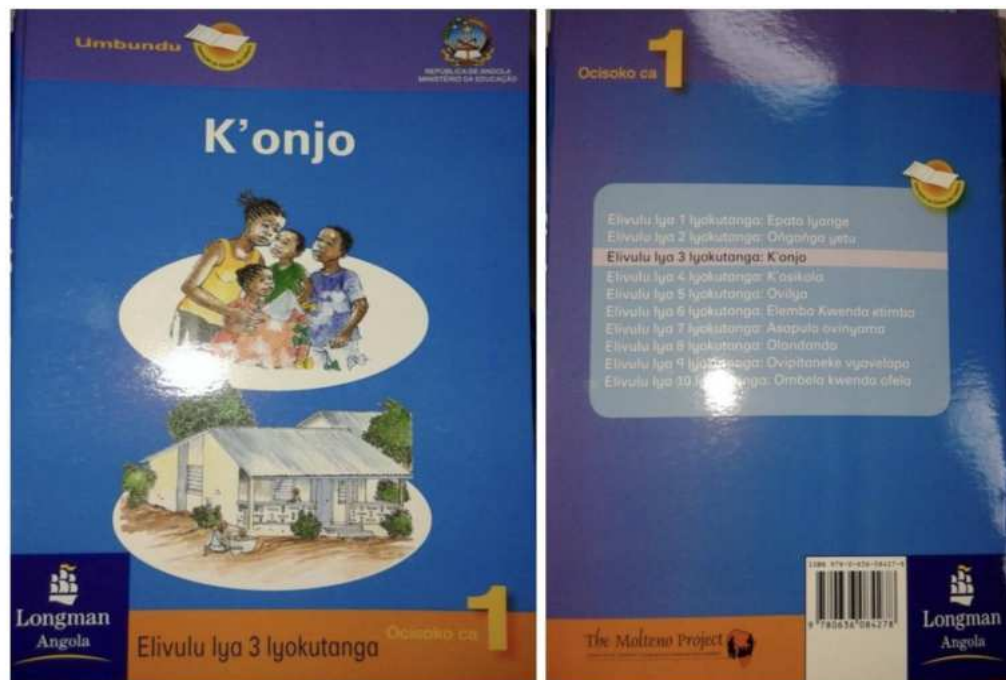
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 139.

**Figura 12:** Livro de leitura 1 da 1ª classe em Umbundu



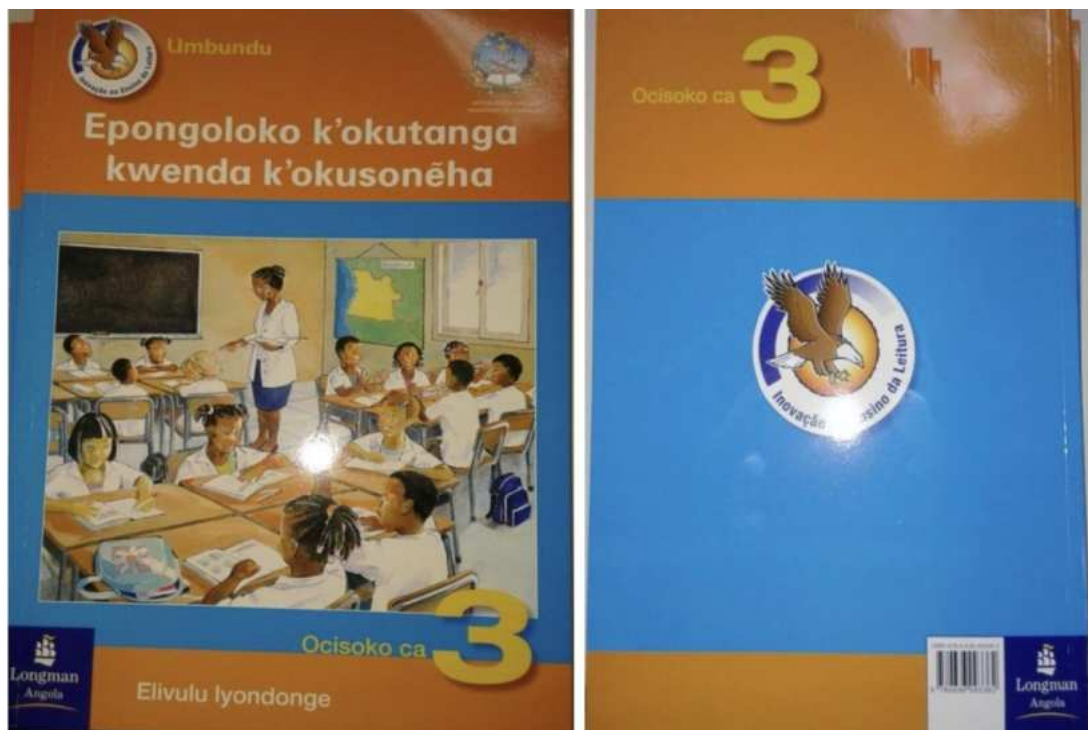
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 144.

Figura 13: Livro de leitura 3 da 1ª classe em Umbundu



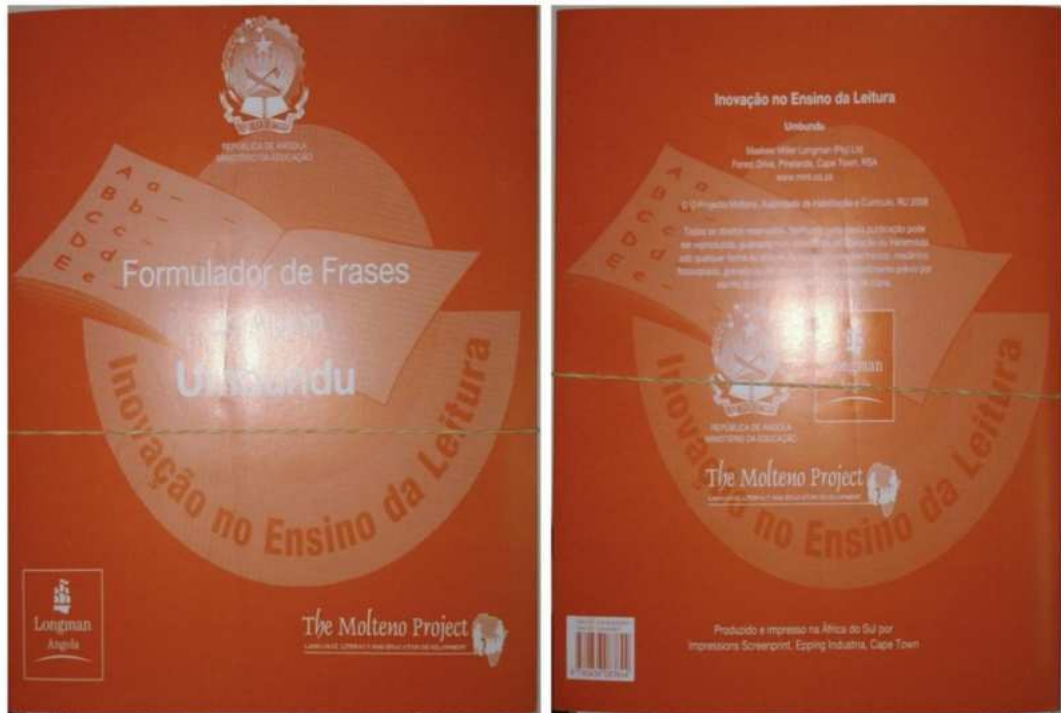
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 144.

Figura 14: Livro de leitura da 3ª classe em Umbundu



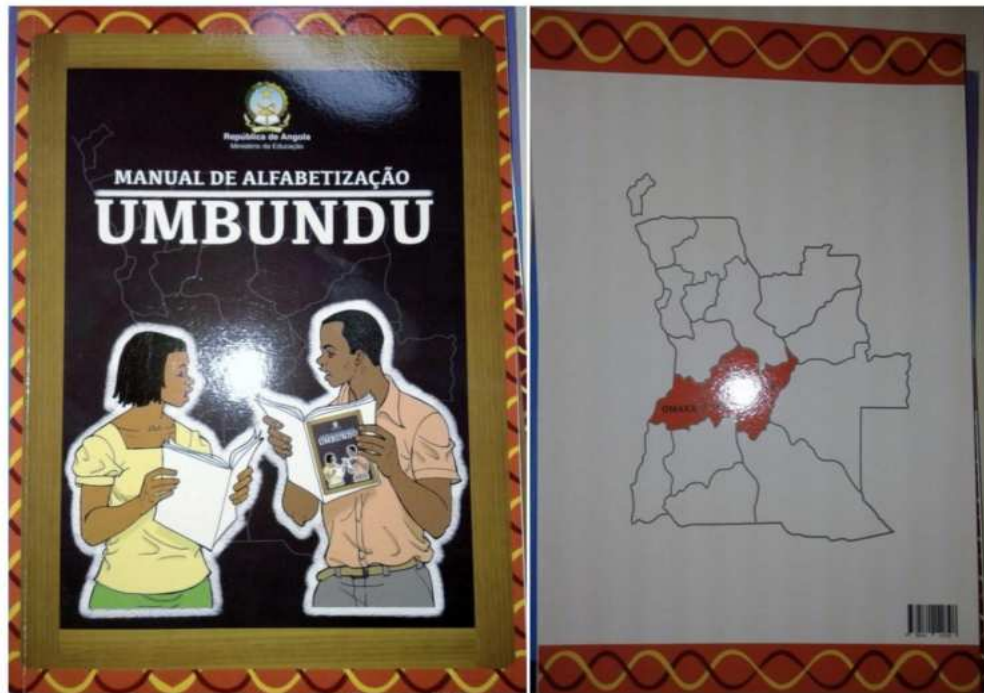
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 145.

**Figura 15:** Livro de formação de frases em Umbundu



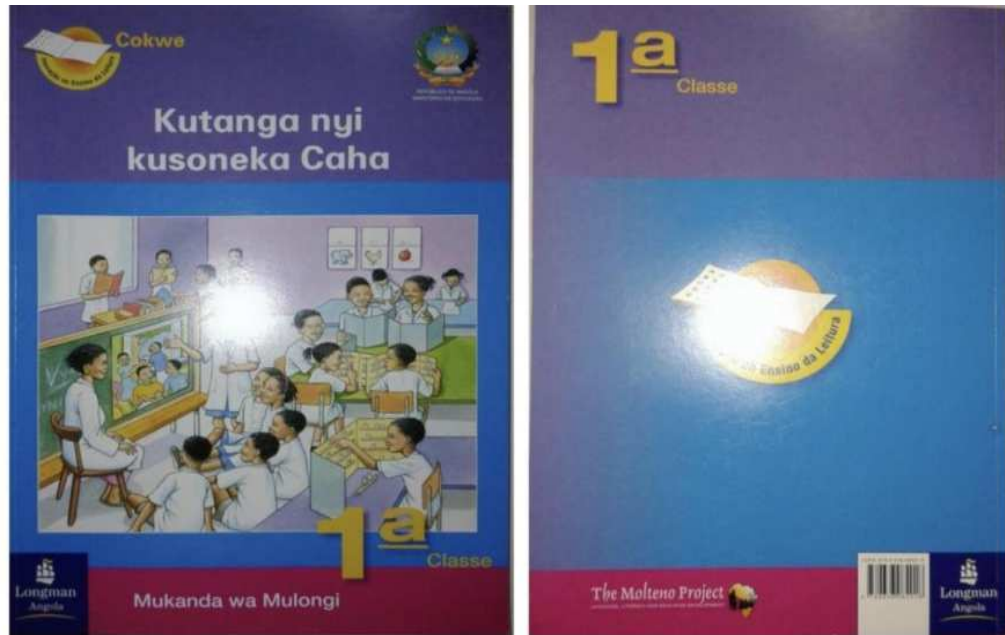
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 145.

**Figura 16:** Livro de alfabetização em Umbundu



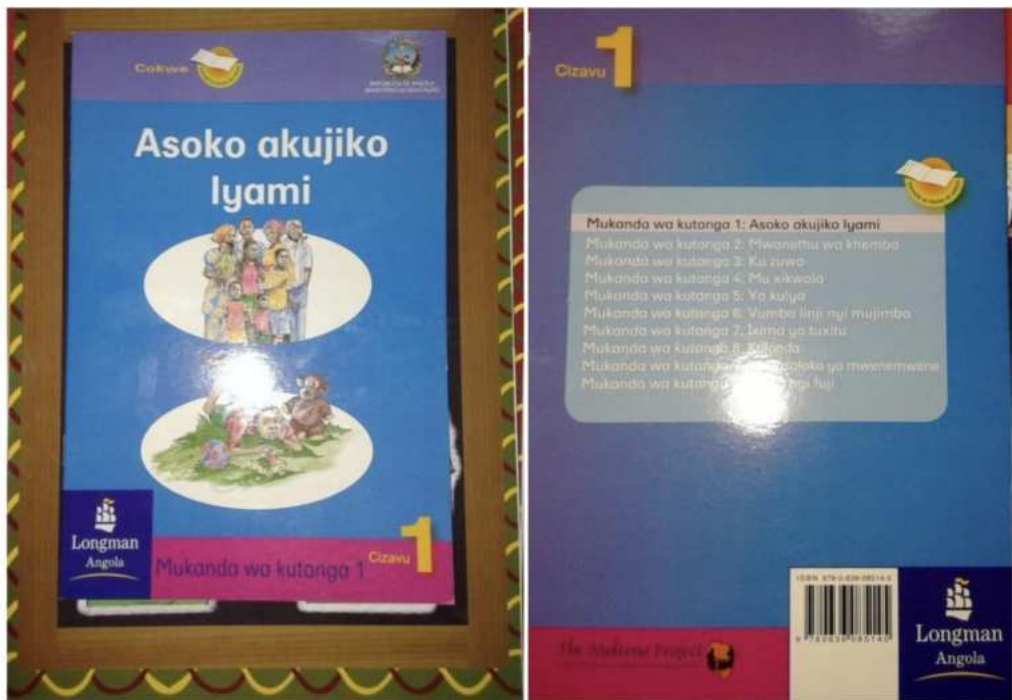
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 146.

Figura 17: Livro de leitura da 1ª classe em Còkwe



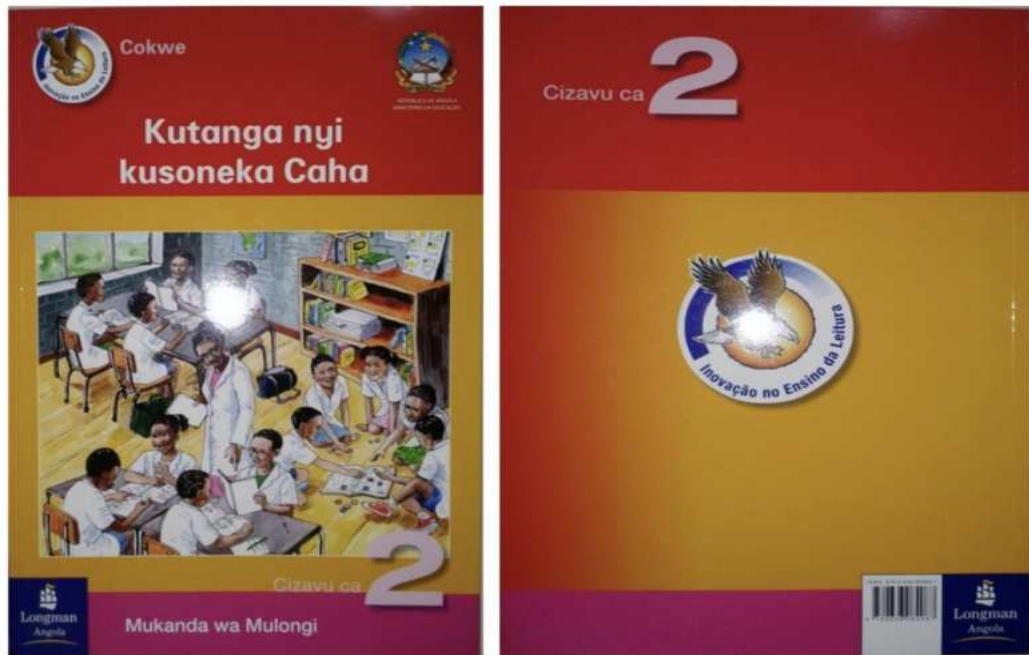
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 147.

Figura 18: Livro de leitura 1 da 1ª classe em Còkwe



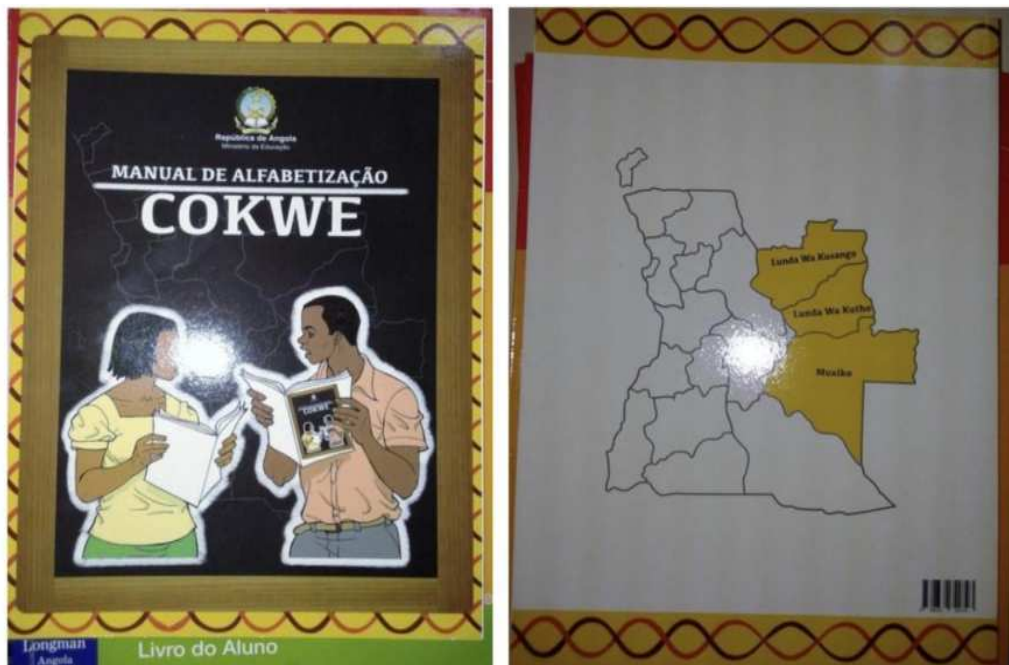
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 147.

**Figura 19:** Livro de leitura da 2ª classe em Còkwe



Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 148.

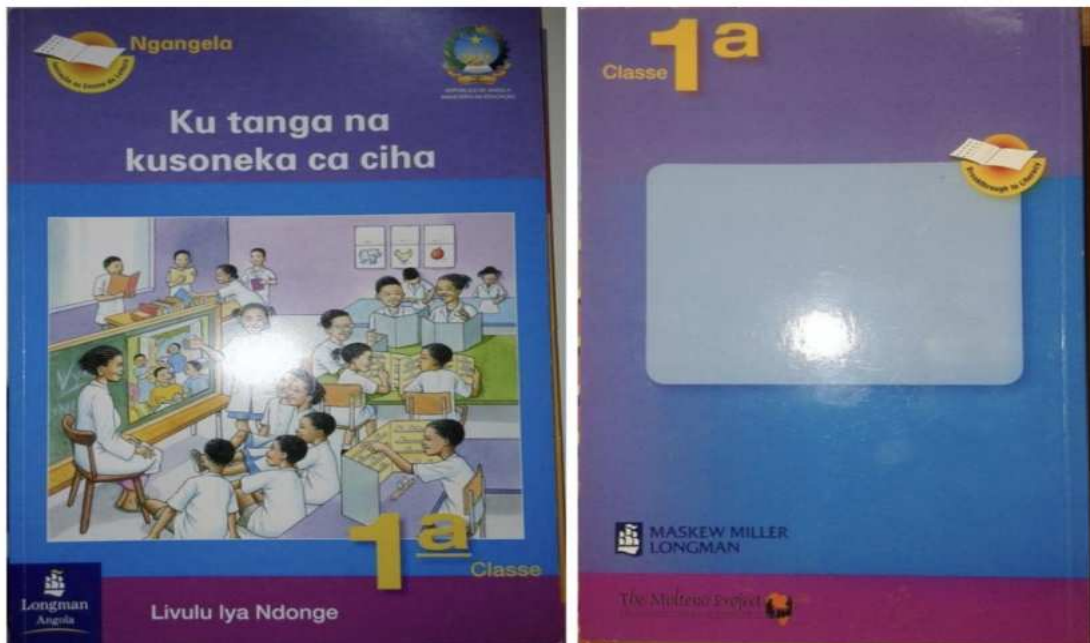
**Figura 20:** Livro de alfabetização em Còkwe



Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 148.

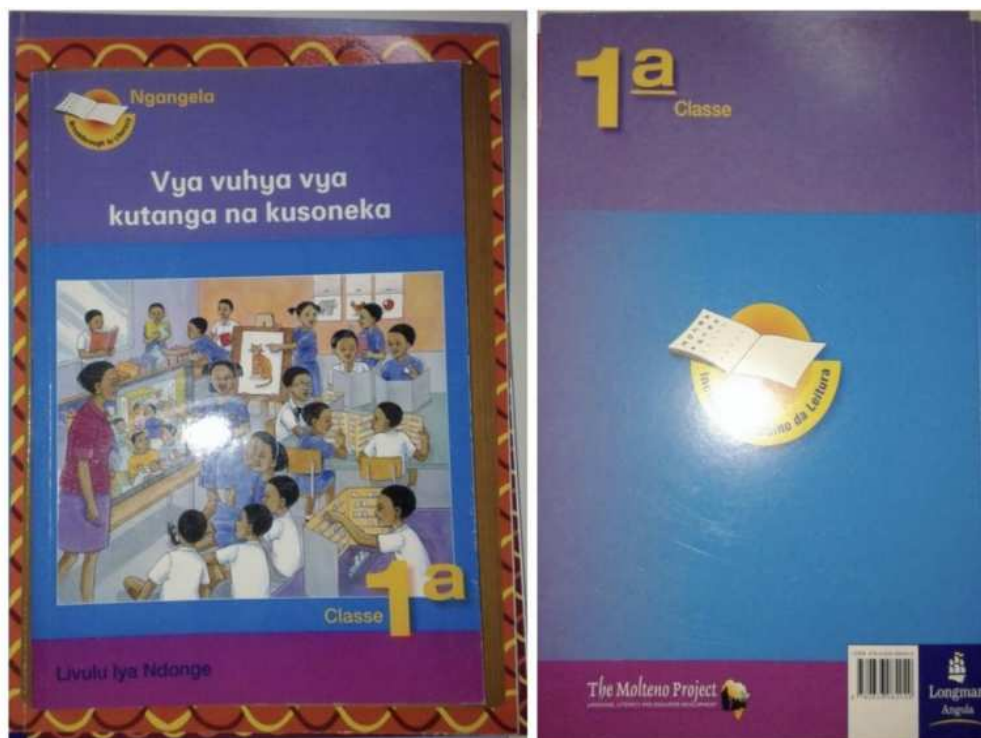


**Figura 21:** Livro de leitura da 1ª classe em Ngangela



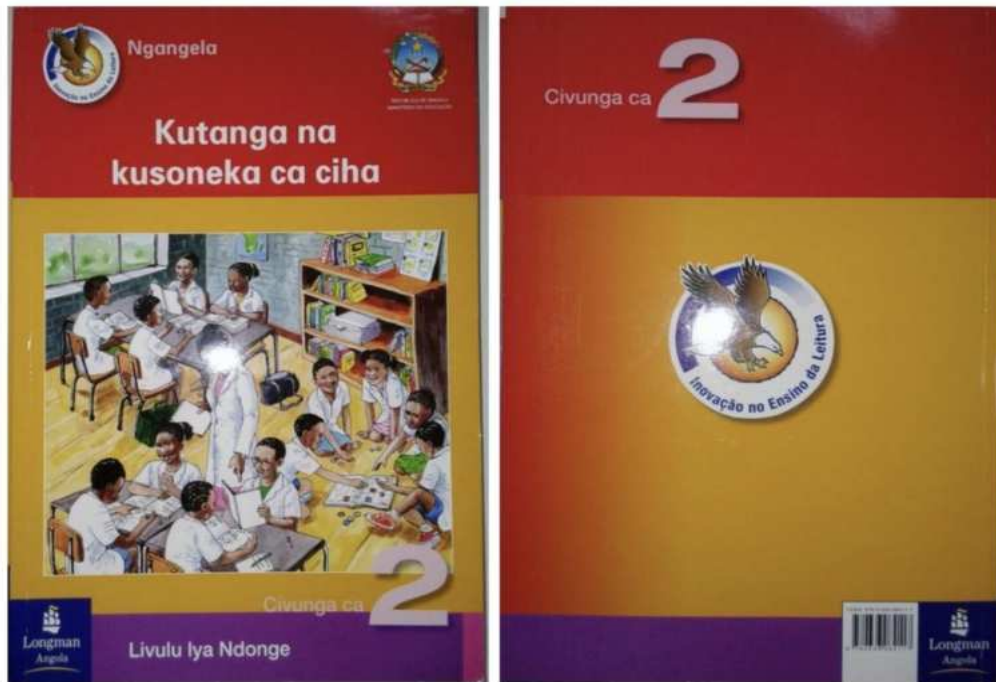
**Fonte:** CHICUMBA, 2019, p. 149.

**Figura 22:** Livro de leitura da 1ª classe em Ngangela



**Fonte:** CHICUMBA, 2019, p. 149

**Figura 23:** Livro de leitura da 2ª classe em Ngangela



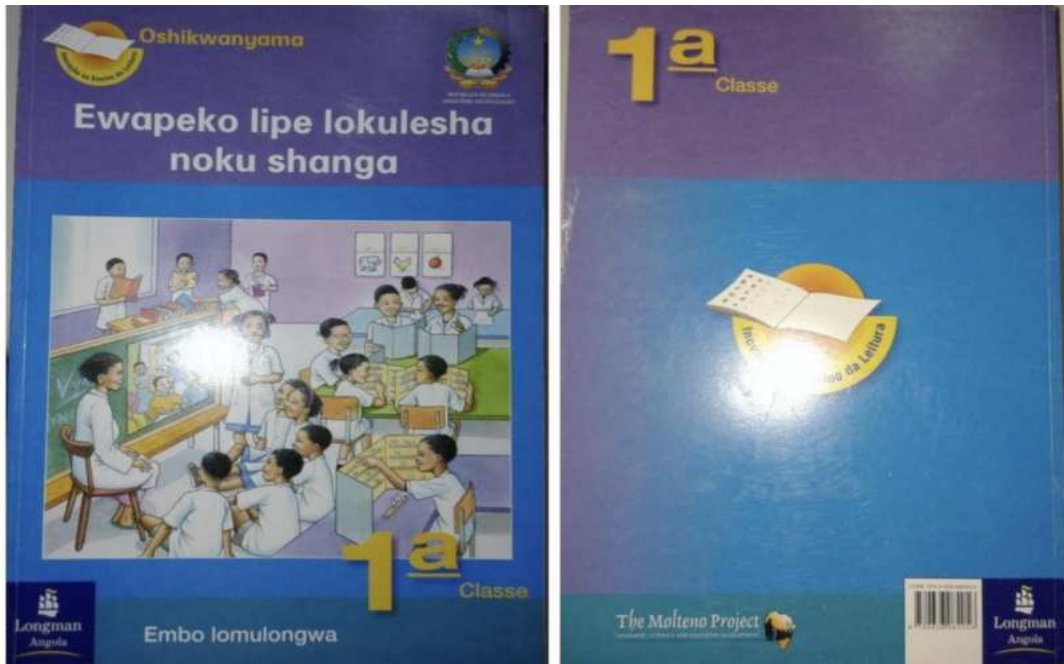
**Fonte:** CHICUMBA, 2019, p. 150.

**Figura 24:** Livro de orientação para o professor da 1 classe em língua Ngangela

<h2 style="text-align: center;">Índice</h2>	
Prefácio	v
Avaliação	vi
Capítulo 1 Apresentação do curso <i>Breakthrough to Literacy</i> (Inovação no Ensino de Leitura)	1
Capítulo 2 O curso e método <i>Breakthrough</i>	5
Capítulo 3 A sala de Aula no curso <i>Breakthrough</i>	22
Capítulo 4 Plano para o ano lectivo e visão geral das três fases	26
Capítulo 5 Visão geral das competências, conhecimento e valores na Fase 1	38
Capítulo 6 Visão geral das competências, conhecimento e valores na Fase 2	50
Capítulo 7 Visão geral das competências, conhecimento e valores na Fase 3	79
Apêndice A: Dicas especiais – ensinar a escrever	87
Apêndice B: Dicas especiais – utilizando os livros de leitura	94

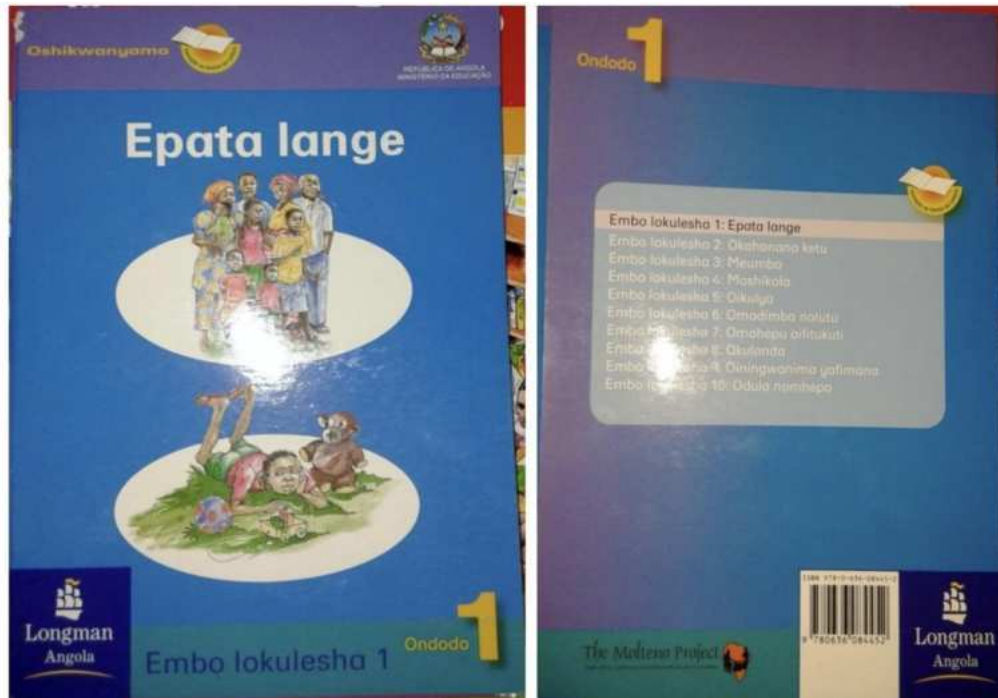
**Fonte:** CHICUMBA, 2019, p. 150.

Figura 25: Livro de leitura da 1ª classe em Oshikwanyama



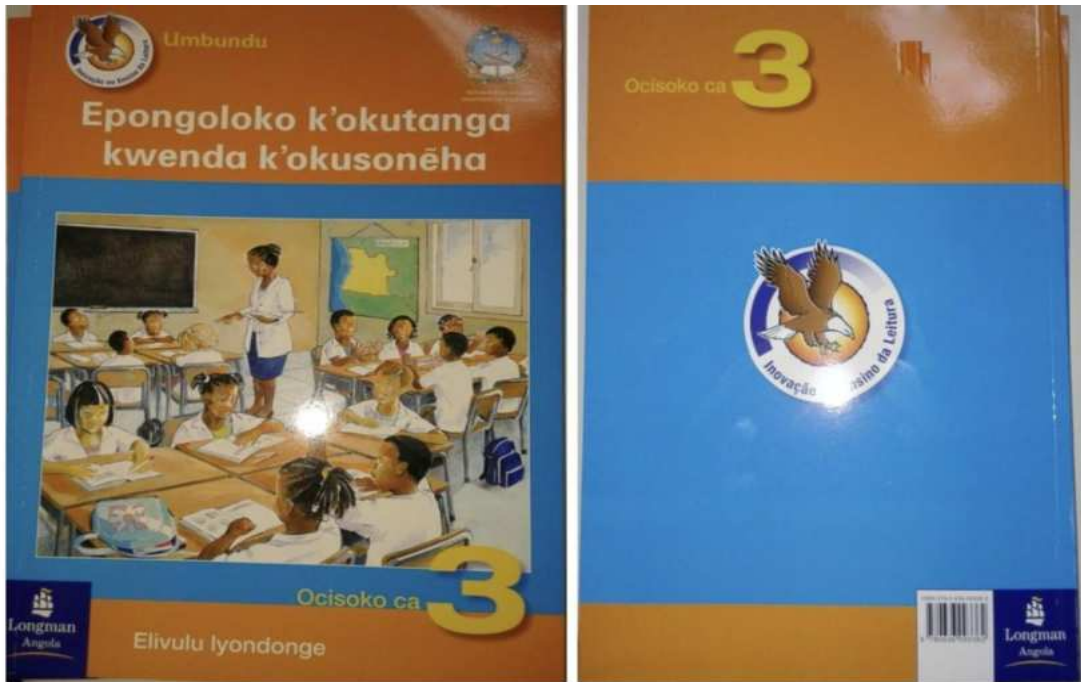
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 151.

Figura 26: Livro de leitura 1 da 1ª classe em Oshikwanyama



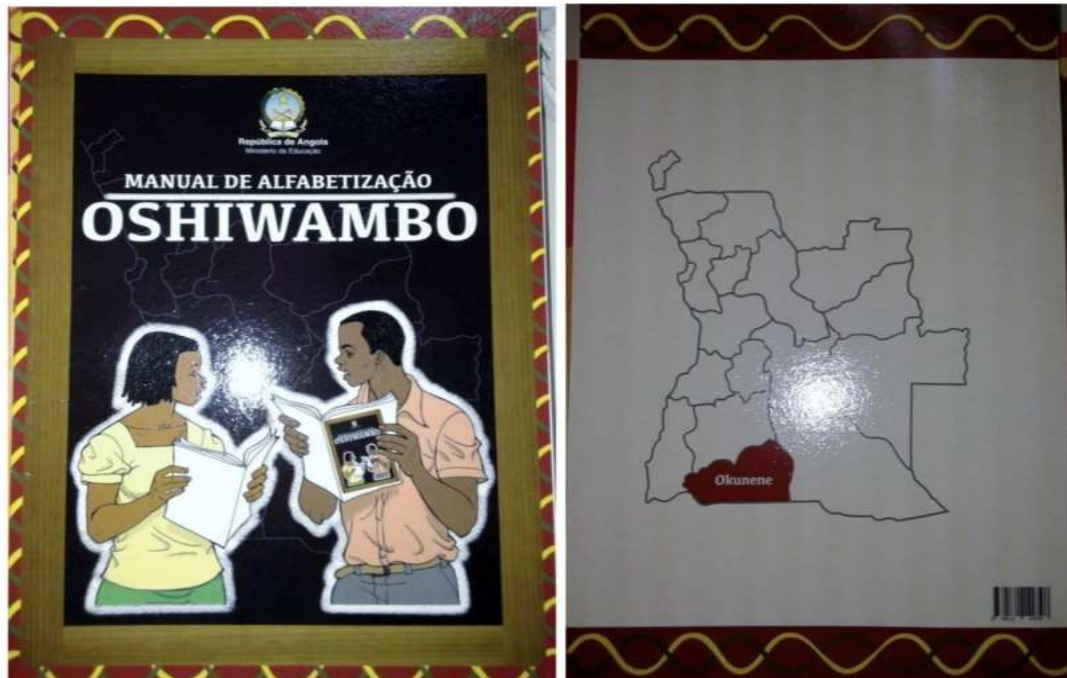
Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 151.

**Figura 27:** Livro de leitura da 3ª classe em Oshiwanyama



Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 152

**Figura 28:** Livro de alfabetização em Oshiwambo



Fonte: CHICUMBA, 2019, p. 152.

Esses livros escolares não constavam com apenas em um volume, tanto que existem livros de leitura 4, 5, 6... serviam de apoio à aprendizagem e “incluir

elementos para o desenvolvimento de atividades de aplicação e a avaliação da aprendizagem”. Mas é de salientar que infelizmente não existiam livros em todas as línguas nacionais, embora fosse necessário que todos tivessem em evidência, o fato de ao menos termos livros escritos em 5 a 6 línguas maternas já é de grande avanço para a valorização delas. Os livros acima mostrados, podem ser encontrados “Seção de Línguas Nacionais do INIDE, o nosso informante (A 36)”, os referidos livros e outros arquivos foram fornecidos pela “República da África do Sul” através de um acordo entre ambas as Repúblicas por intermédio “instituição sul-africana denominada *The Molteno Project (Language Literacy and Education Development, 2008)*” (CHICUMBA, 2019, p. 104-105). Infelizmente hoje esse material didático está fora de uso, apenas arquivado no endereço acima citado.

Posto isso, é importante salientar que a opressão da fala de uma língua é uma forma de separação das massas dentro da sociedade, e assim as elites dominam e estabelecem suas regras, políticas e língua.

## 2 VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DAS LÍNGUAS NACIONAIS

Falando sobre a verticalidade na comunicação, falamos sobre normas apoiadas no autoritarismo e vinculadas em preferências econômicas da publicidade. Já na horizontalidade, vincula-se na demonização informativa incluindo “as particularidades da regionalidade estabelecendo um canal aberto de participação cidadã”. Assim sendo, a “globalização” vem dando novos entendimentos e instigando os indivíduos, classes sociais e grupos (TREVISOL. BARROS. 2012, p. 135).

O autor Milton Santos (1996, p. 191) analisa a horizontalidade através da ligação do ser humano com o lugar por meio “das técnicas e da estrutura social” e a verticalidade analisa através da história, ou seja, a importância que o passado tem na vida atualmente é pela razão ou racionalidade.

A diferença entre a verticalidade e a horizontalidade é que na horizontalidade as ações se ligam sem divisão, já na verticalidade algumas ações se dividem e garantem a movimentação geral “da sociedade e da economia”. As horizontalidades são as criações e a colaboração limitada, ao contrário das verticalidades que têm o controle de todo o processo e criação e uma colaboração maior “econômica e politicamente, como geograficamente” ela cria correlação entre os lugares (SANTOS, 1996, p. 192).

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 1996, p. 193)

Para o autor, a horizontalidade é definida pela proximidade dos lugares e as verticalidades caracterizam-se pela atuação dos sujeitos em redes por tempo limitado, ao contrário da horizontalidade em que os sujeitos têm mais tempo e são conectados.

Antes, a comunicação limitava-se a uma determinada região, mas hoje, com a diversidade de entendimento e a expansão das tecnologias a partir da globalização, ultrapassa esse mesmo entendimento no “espaço regional”.

Existe neste sentido, uma compreensão global de informações que muitas vezes afasta a própria compreensão do espaço local do sujeito. Instaura-se neste aspecto, uma comunicação vertical imposta e implantada pela grande mídia. Por outro lado, uma comunicação horizontal democrática, participativa e crítica ficam muitas vezes impossibilitadas em decorrência das regras

mercadológicas das grandes corporações. Existe um processo de transformação na comunicação invertendo essa perspectiva de uma comunicação vertical para uma comunicação horizontal. (TREVISOL; BARROS, 2012, p. 135)

Atualmente, as “tecnologias comunicacionais” permitem que as notícias cheguem a qualquer parte do mundo em menos tempo, atingindo patamares sobre nacionalidade, regionalidade, mundialidade e localidade – e é na localidade que encontramos a definição de verticalidade, pois ela baixa a eficiência “informacional” que é salvaguardada pela horizontalidade (TREVISOL; BARROS, 2012, p. 136).

A democratização da informação na globalização é um dos grandes desafios atualmente, visto que é necessário que se selecione dentre as muitas informações passadas e se crie meios de comunicação eficazes capazes de tornar a comunicação o mais democrática possível, pois o acesso absoluto não salvaguarda a democratização da informação, visto que "esconde-se um modelo comunicacional autoritário mantido sobre os estigmas do mercado" (TREVISOL; BARROS, 2012, p. 136-137)

[...] a interação global contempla aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais que se refletem no campo da informação. Os grandes centros urbanos mais desenvolvidos interconectados a zonas interioranas ditam as regras na produção do conteúdo informacional, o que acarreta numa disparidade na transmissão evidenciando assuntos de regiões mais populosas e economicamente mais desenvolvidas. Neste caso, os pequenos locais, acabam por absorver e vivenciar aquilo que é praticado globalmente. Por isso, é fundamental para uma comunicação horizontal desenvolver um jornalismo regional capaz de fazer frente a essa esfera da informação globalizada. (TREVISOL; BARROS, 2012, p. 137)

Nesse sentido, a implementação das línguas nacionais na TPA torna-se um elo entre os falantes de línguas nacionais que não falam a língua portuguesa e têm acesso aos programas televisivos, já que, antes mesmo dessa implementação não entendiam as informações passadas e hoje já têm esse direito reconhecido, e assim, destrói-se a imposição da monocultura linguística que reduz o epistemicídio e acaba tornando a comunicação mais horizontal possível (TREVISOL; BARROS, 2012, p. 137).

Falando sobre a monocultura linguística, pensamos sobre a criação de um Estado Plurinacional na Bolívia que foi designada pela instabilidade das instituições estatais e pelo “modelo de Estado-nação republicano”, que se instituiu como “Estado monoétnico e monocultural” em cima de um povo constituído por várias “comunidades históricoculturais e linguístico” (OHHT, 2017, p. 10).

Muitos Estados podem ser considerados plurinacionais, na medida em que se reconhece a existência de mais de uma nação em seu território, como é o caso, por exemplo, da Espanha, ou do Reino Unido, que reconhecem e concedem relativa autonomia política às nações que compõem seus respectivos Estados. (OHHT, 2017, p. 10)

Na Bolívia, o projeto da formação do Estado plurinacional tem notoriedade a partir da década de 1990, com o avanço e crescimento dos “movimentos indígenas”. A definição desse Estado se fortalece por conflitos que estimulam o “indianismo, e indigenismo, a crítica acadêmica ao multiculturalismo e política ao nacionalismo”. (OHHT, 2017, p. 12)

Mesmo tendo suas contradições, as comunidades indígenas na Bolívia se unem fortalecendo as exigências para execução de uma “Assembleia Constituinte”. Para melhor compreendermos a conceituação de Estado plurinacional na constituição boliviana é indispensável que se faça um estudo da conformidade e desempenho político coletivo dessas organizações, com objetivo principal de formação de um Estado plurinacional como um item crucial entre os vários movimentos (OHHT, 2017, p. 14).

O ponto de partida para a análise do novo modelo de Estado que surge na Bolívia é a compreensão das particularidades históricas, sociais, culturais e políticas do país. Na Bolívia, as populações indígenas compõem uma parte importante da população total do território: no censo de 2012, 42% dos entrevistados declarou-se pertencente a alguma “nação ou povo indígena originário campesino” (Censo Nacional de Población y Vivienda, 2012). Segundo o censo de 2001, no país falam-se mais de trinta idiomas, “dos quais dois correspondem à língua materna de 37% da população (aimará e quéchua)”. (OHHT, 2017, p. 17)

Na construção do Estado Plurinacional e suas práticas democráticas, podem autorizar a superação das ideias “uniformizadoras e intolerantes do Estado nacional” na qual todos os grupos sociais são obrigados a conformar-se com os valores impostos na “constituição nacional” no direito de família, de propriedade e no sistema econômico, dentre outros pontos da vida social (MAGALHÃES, 2012, p. 38).

Sendo o Estado Plurinacional um Estado constitucional, democrático, participativo, a sua grande mudança é o rompimento das referências “teóricas e sociais do Estado nacional constitucional e democrático representativo... uniformizador de valores e logo radicalmente excludente”. No Estado plurinacional, há um reconhecimento da democracia participativa como fonte da democracia representativa e salvaguarda a presença das formas de concepção da família e da



economia de acordo com os princípios comuns dos grupos sociais existentes (MAGALHÃES, 2012, p. 38).

Outro fator significativo que é a “descentralização das normas eleitorais” em que a eleições dos povos indígenas são feitas de acordo as normas eleitorais de cada comunidade e a criação de um tribunal constitucional plurinacional antevê os membros nomeados por um “sistema ordinário e indígena” (MAGALHÃES, 2012, p. 39).

Na Bolívia,

A nova Constituição democrática transforma a organização territorial do país. O novo texto prevê a divisão em quatro níveis de autonomia: o departamental (equivalente aos Estados brasileiros), o regional, o municipal e o indígena. Pelo projeto, cada uma dessas regiões autônomas poderá promover eleições diretas de seus governantes e administrar seus recursos econômicos (MAGALHÃES, 2012, p. 39-40).

O progresso do projeto constitucional é na formação do Estado plurinacional com o fim da ligação entre a religião e o Estado, fazendo com que a Bolívia fosse um Estado laico (MAGALHÃES, 2012, p. 39-40).

Conforme o crescimento do Estado plurinacional, vão aparecendo novas formas de tratar as distinções culturais, e o pluralismo vem para que o diálogo se torne mais “aberto e inclusivo”, marcado pela reciprocidade de reconhecimento. “A manutenção de espaços permanentes de construção de consensos deve constituir-se em prática constante, sob o risco de desintegrar o engajamento e mobilização social e a participação no espaço político” (MAGALHÃES, 2012, p. 108-109).

Segundo a professora Maria Elena Attard Bellido (2020), quando se fala em um Estado Plurinacional fala-se em um conjunto de culturas que dialogam entre si ou melhor se complementam e nelas existem várias fontes de direito, processos de entendimento e tradições. Com isso houve a necessidade de criar o estado constitucional plurinacional de direitos (CONGRESSO INTERNACIONAL PRESERVAR E FORTALECER A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PANDEMIA, 2020).

A plurinacionalidade diz respeito a parte “dogmática da constituição” ou melhor, os direitos precisam ser criados pluralmente, mas sem esquecer a parte “orgânica ou desenho constitucional” que contém uma assembleia legislativa plurinacional e um tribunal constitucional plurinacional que por sua vez ambos têm uma composição plural (*Idem.*).

Existe um elemento crucial no estado plurinacional para a conceber a plurinacionalidade que é o pluralismo de tipo igualitário. Isso quer dizer que a lei não é a única fonte de direito, mas as normas e os procedimentos dos povos indígenas são também fontes diretas de direitos, assim sendo, o pluralismo igualitário evidencia inicialmente por meio de um sistema plural de jurisdição (*Idem.*).

Dentro do pluralismo jurídico igualitário do desenho constitucional boliviano existem 3 tipos de jurisdições: jurisdição ordinária, jurisdição agroambiental e jurisdição indígena originária campesina. Na igualdade hierárquica nenhuma cultura é superior a outra, todas se completam e a partir das construções plurais todas subjugam ao tribunal constitucional plurinacional (*Idem.*).

A autora pontua ainda que “a jurisprudência de um tribunal constitucional plurinacional/constituições plurais de direito também são fontes diretas de direito”. Diz também, que existem outras formas de direito e uma delas é a “ponderação intercultural”, na qual nenhuma cultura é superior a outra, elas complementam-se e dialogam entre si, por essa razão é que um estado plurinacional e um tribunal constitucional plurinacional precisam ter uma visão de “composição plural”, isso é ter a lógica de diálogo, complementaridade e verticalidade (*Idem.*).

Um estado plurinacional é visto como democrático e nisso, ele se estabelece de três formas: democracia direta, representação popular e comunitária. Por isso, a existência de um tribunal constitucional plurinacional que usa a ponderação intercultural por meio de métodos e diálogos inter jurisdicionais, uma vez que usos e costumes dão a ideia de ser um estado plurinacional subordinado, sendo que na plurinacionalidade é criada uma democracia igualitária e somente para os povos indígenas (*Idem.*).

No caso particular da Bolívia, foi feito o “pacto de unidade” onde uniu povos tanto de terras altas, médias e baixas, e assim o plano inicial se cria um tribunal constitucional plurinacional uma “composição paritária”, isto é, entre os membros de um tribunal constitucional metade deles deve vir da jurisdição ordinária e a outra da jurisdição indígena, sem essa última precisar ser advogado apenas ter experiência em jurisdição indígena para que possa facilitar o diálogo (*Idem.*).

Falando de Estado Plurinacional, teremos que conceituar também a colonialidade linguística que por sua vez, se inicia com a “conquista da América” até o atual momento e isso vem de igual modo com a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). A colonialidade linguística é um elemento que faz parte da “desumanização

das populações colonizadas-colonializadas através da racialização”. A problemática que a colonialidade linguagem apresenta é a ligação existe entre a raça e a linguagem, pois que, “racialização é inseparável da apropriação e redução eurocêntricas do universo das populações colonizadas” e inclui uma “política linguística” (VERONELLI, 2021, p. 81-91)

Desde seu interior, o imenso aparato epistêmico-ideológico da modernidade permite que a imaginação colonial pressuponha os colonizados-colonializados como seres menos que-humanos, expressiva e linguisticamente. A ideia eurocêntrica da linguagem conecta a língua, a gramática, a civilização e a escrita alfabética ao conhecimento, e naturaliza essas características e atributos como linguagem “em sentido pleno”. É indiscutível, dentro do paradigma moderno/ colonial, o fato de que os colonizadores-colonializadores têm linguagem, assim como, o de que os colonizados-colonializados carecem dela. (VERONELLI, 2021, p. 92)

Quintero (2018) define o colonialismo interno como ampliação do poder e “exploração” das diferentes classes sociais. Diferente do colonialismo interno, o colonialidade do poder define o modelo de poder que vai de acordo com a atualidade e o “sistema de dominação construído em um tecido de relações sociais intersubjetivas, baseadas na classificação social hierárquica da população mundial”, pois assim o processo de “exploração” que por sua vez vem da ocupação da mão de obra do indivíduo a partir da dominação no “capitalismo”, sendo assim, o colonialismo componente do modelo “capitalista”.

É importante dizer, que a linguagem como algo legítimo limita-se a qualquer coisa que tente dificultar a “heterogeneidade” dos usufruidores (VERONELLI, 2021, p. 92), e que a colonialidade linguística é examinada agora como sendo uma “produção” e não algo dado. Por esse motivo, é que se propôs o conceito de “monolinguajar” para que se denominasse “as práticas materiais e discursivas de racialização linguística desde a perspectiva da linguagem” (VERONELLI, 2021, p. 93).

Ao denominar as pessoas por “raças superiores e inferiores” foi a partir dos termos “superioridade e inferioridade”, na qual são classificados como seres que possuem uma língua “em sentido pleno” e os considerados “bestas, quase animais” que necessitam de uma língua, mas que acabam sendo ensinados para que possam entender os colonizadores e obedecê-los (VERONELLI, 2021, p. 94).

Logo,

O paradigma linguístico moderno/colonial informa a impressão que Colombo teve. Por um lado, ele nega o status da linguagem a aquilo que os nus, ignorantes, pobres, ingênuos, sem religião e dóceis nativos falavam, ao

anunciar que vão levar seis deles à Espanha para que aprendam a falar. Por outro, celebra a habilidade que os nativos têm de entender e responder com sinais e repetir tudo o que ele disse como algo de grande valor - tal como seus corpos bem formados - quando considera sua escravidão. Desta forma, sugiro que a interação entre Colombo e a população de Guhanahani naturaliza a dominação colonial, discursiva e dialogicamente. Ele não vê nem se comunica com eles como interlocutores, mas sim como escravizad[os]. (VERONELLI, 2021, p. 95-96)

Com isso, não existia uma comunicação entre escravizados e colonizador e sim uma "socialização" como denomina o autor quando conceitua "monolinguajar", que é, por sua vez, o silenciador da "linguagem comunitário" (VERONELLI, 2021, p. 96).

Ainda na senda da colonialidade linguística, é considerada uma "glotofaxia" ou linguicídio, um método político social na qual uma língua ou cultura é apagada por influência opressiva de outra, tal como suas relações de poder, sobrepondo a sua cultura e língua fazendo desaparecer assim a inferior ou com menos poder. Exemplo disso temos o Irlandês em detrimento do Inglês, as línguas autônomas do México sendo erradicadas a favor das línguas civilizadas (O COLONIALISMO... 2021). O colonialismo linguístico é aqui entendido como um novo formato da verticalidade sob as horizontalidades.

Esse método ou processo tem três pontos cruciais que são o econômico, jurídico e o ideológico. O primeiro retrata a migração, colonização do território dominado, já o segundo trata da legislação na qual todos os nacionais passam a ser estrangeiro no seu território, afastando a cultura através do Pacto Legislativo e por último o ideológico que é considerado um prejuízo linguístico cultural com objetivo de desestruturar as línguas consideradas inferiores, misturando as ideias de colonização e civilização e faz com que ambas sejam compreendidas como uma só, que haja homogeneização na criação de uma cultura estatal (HERR, 2021). Na escolha desse processo, significa erradicar os povos e muitos países modernos optam dando-se assim o linguicídio, que é a perda de falantes da língua dia após dia. A fim de se mudar esse processo, é necessário que busquemos conhecer e aprender melhor e mais sobre o passado, dando oportunidade para consigamos criar produtos que nos informem e falem sobre a técnicas usadas no processo em questão que nos permitam mostrar respeito por nossos antepassados discriminados e forçados a falar outra língua socialmente (O COLONIALISMO... 2021).

As experiências aqui relatadas fornecem elementos para analisarmos as táticas de lutas linguísticas criadas em Angola. E é importante salientar que essas lutas foram condicionadas:

[...] por fatores sócio-históricos diversos, foi-se formando uma sociedade híbrida, étnica, cultural e linguisticamente... a atual sociedade angolana é basicamente uma simbiose de realidades distintas, das quais se destaca a interação de diferentes elementos de matriz africana entre si e entre todas essas matrizes locais e elementos de matriz europeia (MIGUEL, 2019, p. 127)

Podemos assim dizer, que o conceito dos grupos étnicos diz respeito a uma ligação entre “língua, cultura, modalidade psíquica e território”, onde a língua é um componente essencial dos mesmos, uma vez que os grupos étnicos ou etnolinguísticos se constituem pelas diversidades linguísticas (MIGUEL, 2019, p. 128).

### 3 DIFERENÇA DOS GRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS E SUAS CULTURAS

Anderson (1989), diz não haver uma definição provável de nação cientificamente, mas que, mesmo assim, ainda existe nação (ANDERSON, 1989, p. 29).

Foram analisadas algumas definições de nação em seu texto:

(1) A Modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador versus sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas. (2) A universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural - no mundo moderno, todos podem, devem e hão de "ter" uma nacionalidade, assim como "têm" este ou aquele sexo - versus a particularidade irremediável das suas manifestações concretas, de modo que a nacionalidade "grega" é, por definição, *sui generis*. (3) O poder "político" dos nacionalismos versus a sua pobreza e até sua incoerência filosófica. Em outras palavras, o nacionalismo, ao contrário da maioria dos outros "ismos", nunca gerou grandes pensadores próprios: nenhum Hobbes, Tocqueville, Marx ou Weber. (ANDERSON, 1989, p. 31)

Para Anderson (1989), nação é definida como sendo "uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana", imaginada porque em nações menores, nem todos membros ouvem falar ou mesmo veem todos os seus integrantes, diz ser limitada porque por maior que seja a nação ela é determinada através de fronteiras e por maior que seja ela não será capaz abrigar toda a humanidade, por outro lado soberana porque surgiu no "Iluminismo" e por fim comunidade visto que em nações instáveis tem a convivência igualitária no que diz respeito à definição de nação (ANDERSON, 1989, p. 32-34).

Não tão diferente de Anderson, o autor Oliveira (2016) define a nação como um corpo social político, restrito e absoluto. O autor usa quatro expressões: "imaginada, limitada, soberana e comunidade". A primeira versa sobre as nações pequenas, que de certa forma não conhecerão ou saberão sobre o maior número dos seus consórcios. A segunda, sobre a existência de inúmeras nações e suas fronteiras. A terceira, do sonho de liberdade de muitas nações, e para salvaguardar tal liberdade é preciso o Estado Soberano. E, por último tendo diferenças, a nação é gerada como forte ligação.

Atualmente, Angola é composta por pessoas de duas origens como "africana (povos não bantos e povos bantos) e europeia (em consequência da colonização portuguesa)", assim sendo, são quatro grupos etnolinguísticos "Khoisan, Vatwa, Bantos e Europeu" (MIGUEL, 2019, p. 128).

O primeiro grupo etnolinguístico Khoisan caracterizado como “autóctones”, que estão subdivididos pelos: Khoi Khoi e os San, onde antes chamados de “Hontetote e Mukankala”, qualificados como “nômades”, pois eram estruturados por muitas tribos e dialogavam em apenas duas línguas: “o Khoi, dos Hontetotes, e o San, dos Mukankala”. “Globalmente, destacam-se no Khoisan as seguintes variedades: Kankala (Bosquimane), Hontetote, Kazama, Kasekele e Kwankala” (MIGUEL, 2019, p. 128-129).

O segundo grupo etnolinguístico, Vatwa, reside especialmente na “região semidesértica”, propriamente no Namibe cercado pelo “mar e a Serra da Chela”, contém dois subgrupos: “os Kwisi e os Kwepe”. Existem semelhanças entre este grupo e o grupo anterior, como:

[...] os Pigmeus (concentrados na RDC e Tanzânia), os Khoisan e os Vatwa constituem a população mais antiga do sul de África e os primeiros habitantes primitivos conhecidos no território que é hoje Angola, antes das migrações de povos bantos, razão por que são designados por “prebantos”. Também são designados globalmente de “não bantos”, porque se diferenciam da população de matriz banta, tanto no aspeto antropológico como na organização social. Hoje encontram-se apenas em cinco países: África do Sul, Angola, Botswana, Namíbia e Zimbabwe. Em Angola, em particular, encontram-se confinados no sul do país, concretamente nas províncias do Namibe e Cunene, partilhando espaço com populações bantas. Devido às guerras e a certas calamidades naturais, que foram afetando o seu habitat, muitos deles foram obrigados a refugiar-se também nas cidades ou em aldeias de outros povos. Este facto fez com que se aculturassem para se adaptar à nova realidade (MIGUEL, 2019, p. 128-129)

Com isso, constata-se uma diminuição dessa população e com ela os falantes dessas línguas tudo intervenção das línguas bantas e do português (MIGUEL, 2019, p. 129).

O terceiro grupo etnolinguístico, os Bantos ou “negroide”, localizado a sul do Equador, abrangendo até a Bacia do Congo perdurou até dois mil anos. O povo em questão dominava não apenas a caça, mas também “domesticação de animais, a agricultura, a arte de trabalhar o ferro e estava organizado em tribos”, uma vez que havia falta de meios que culminou com a determinação da população banta de dominar “novos territórios” e retirando os grupos nativos do Sul para zonas com menos capacidades agrícolas. O povo banto em Angola, “enquadra-se nessa lógica expansionista e de conquista territorial, cujos movimentos migratórios partem da região do Baixo Congo”, na qual iniciou no século XIII, com o possível término no século XIX segundo ordens e permanência de militares portugueses. Assim, os bantos

formam o grupo maior e mais importante dos angolanos distribuídos em todo o País e esses agrupados por “grupos etnolinguísticos distintos com os traços peculiares: características fisionómicas, línguas, hábitos, costumes e modo de vida próprios” (MIGUEL, 2019, p. 130).

Em território angolano os bantos estão subdivididos em 9 grupos étnicos e suas línguas:

(i) Grupo etnolinguístico Kikongo: língua Kikongo (kon); (ii) Grupo etnolinguístico Kimbundu: língua Kimbundu (kmb); (iii) Grupo etnolinguístico Cokwe: língua Cokwe ~ Tchokwe (cj, de Ciokwe, segundo o ISO 639), (iv) Grupo etnolinguístico Umbundu: língua Umbundu (umb); (v) Grupo etnolinguístico Ngangela: língua Ngangela (nba); (vi) Grupo etnolinguístico Nyaneka-Nkhumbé: língua Olunyaneka (nyk); (vii) Grupo etnolinguístico Ociherero: língua Ociherero ~ Otjiherero (her); (viii) Grupo etnolinguístico Ovambo: línguas Oshikwanyama ~ Kwanyama (kua) e Oshindonga (ndo); (ix) Grupo etnolinguístico Kavangu: línguas Thimbukushu (mhw) e Gciriku (diu). (MIGUEL, 2019, p. 130-131).

O quarto e último grupo são os chamados “descendentes de Europeus”, que é constituído por gerações de portugueses que são os brancos falantes da língua portuguesa e gerações da união dos portugueses e africanos que são os mestiços ou “euro-africanos” e “afro-europeus”, essa geração pode estar dividida entre a língua portuguesa e línguas bantas, quem fala português é porque possivelmente nasceu em uma cidade ou até vila e quem fala alguma língua banta nascem normalmente em “zonas rurais” e o português seria uma segunda língua (MIGUEL, 2019, p. 129).

Assim sendo, podemos dizer que Angola é um país “multilíngue”, pois além das LN, existe também o português. É de salientar que as LN são maioria, mas quanto aos falantes da língua portuguesa e das línguas nacionais, os falantes da língua portuguesa chegam a ser mais numerosos, pois os falantes das LN estão apenas em zonas distintas, “monofuncionais” ou “comunitária limitada”, desse modo;

[...] o português cobre a dimensão de todo o território nacional e é usado em várias esferas da sociedade, daí que detenha o estatuto plurifuncional, por servir de meio de comunicação em instituições públicas, no ensino, na religião, no comércio, etc., como se constata no quotidiano dos angolanos”. (MIGUEL, 2019, p. 132)

Miguel (2019), ressalta que as “línguas bantas de Angola (LBA)” compõem o grupo de mais ou menos 600 línguas africanas, essas mesmas línguas africanas estão ligadas à “subfamílias das línguas BenueCongo” da classe de “línguas Níger-Congo” pertencentes às “línguas africanas Congo-Cordofânia” (MIGUEL, 2019, p. 132).



As línguas bantas são faladas numa extensa zona da África subsariana, que vai do sul dos Camarões ao sul do continente, num conjunto de cerca de 22 países: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Camarões (sul), Comores, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Quênia, RCA, RDC, Ruanda, Suazilândia (atualmente, eSwatini), Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe (com algumas comunidades na Somália e Sudão). É, portanto, um dos grupos linguísticos mais numerosos, com cerca de 220 a 240 milhões de falantes... Foi Greenberg, primeiro, na década de 1950, e depois, em 1963, que estabeleceu a relação entre as línguas bantas e a família Níger-Congo (atualmente, Congo-Cordofânia), a partir da classificação genética das referidas línguas. Esta hipótese, à qual estão subjacentes os níveis subsequentes dessa afiliação, como descrito acima, é atualmente aceite por muitos bantuístas (MIGUEL, 2019, p. 132).

Quanto à questão do número exato de línguas bantas faladas em Angola é difícil dizer, pois vários autores apontam um número, mas podemos esclarecer na questão sobre a diferença entre a língua e suas diversidades uma vez que autores não diferenciam línguas e dialetos ou um “grupo de línguas” (MIGUEL, 2019, p. 132-133), o exemplo é o que Zau (2002) aponta em seu texto que diz que existem 11 grupos e 93 sub grupos etnolinguísticos existentes em Angola. Dos grupos temos: Conguês (Bakongo)- Kikongo, Gaguela- tchinganguela, Ambundo- kimbundo, Herero- Tchihelero, Nhaneca-humbe- Olunyanyeka, Lunda-Quioco- tchokwe, Luba- Tchiluba, Ovimbundo- Umbundo, Ambó- Tchikwanhama, Xindonga e os não Bantus (ZAU, 2002).

**Figura 29:** Mapa das culturas angolanas e suas respectivas línguas



**Fonte:** SEVERO, 202-?<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://kadila.net.br/linguas-de-angola/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

**Figura 30:** A definição de espaços linguísticos de sete línguas nacionais

Língua Nacional	Região de influência	Província
Fyote (Ybinda)	Norte	Cabinda
Kikongo	Norte	Uíge, Zaire
Kimbundu	Centro Norte	Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e Malange
Côkwe	Leste	Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico
Umbundu	Centro Sul	Benguela, Huambo, Bié
Oshikwanyama	Sul	Huíla, Namibe, Kunene
Ngangela	Sudoeste	Kuando-Kubango

Fonte: CHUMBUCO, 2013, p. 87.

**Os Kikongo ou Bakongos** tem por sua língua materna o Kikongo, e caracterizavam 25% da população total, viviam “na bacia do rio Zaire e nos territórios vizinhos do Congo-Kinshasa e Congo-Brasaville”. Esse grupo tem a sua capital cultural em “Mbanza Kongo”, que teve uma relevância política entre os sec. XV e XVI (ZAU, 2002 , p. 59).

A etnia Bakongo é constituída pelos grupos kongo do sul, kongo do sudoeste e kongo do oeste (que integra ybinda, fyote 7 /fiote/fiote, kiyombe e kiwoyo localizados especialmente em Cabinda), ndingy, mboka, kisikongo, kizombo, kindibu, kimanyanga, mbala e vungunya. Os pequenos grupos são constituídos por vily, yombe, kakongo, oyo, sorongo (ou solongo), muchikongo, sosso, kongo, zombo, yaka, suko, pombo, luango, guenze, paka, koje, bata e sundy (CHICUMBA, 2019, p. 13).

A inserção da língua Kikongo na “educação e alfabetização”, respeitou o regulamento e estruturação gramatical no seio dos falantes das “línguas bantu, isso no “fonológico, consonântico, vocálico e a respetiva alternância em casos específicos”, tal como a tabela abaixo nos mostra (CHICUMBA, 2019, p. 92).

**Figura 31:** Alfabeto em língua Kikongo

Letra	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
a	[a]	a	Mong	ver
b	[b]	bê	Baka	tomar
d	[d]	dê	Duka	ridicularizar
e	[e]	e	Minse	cana
f	[f]	fê	Finga	injuriar
i	[i]	i	Mika	pelos
k	[k]	kê	Mika	pelos
l	[l]	lê	Bulu	animal
m	[m]	mê	Moka	conversar
n	[n]	nê	Mona	ver
ng	[ŋg]	ngê	Finga	injuriar
o	[o]	o	Moka	conversar
p	[p]	pê	Peka	peneirar
s	[s]	sê	Sola	capinar
t	[t]	tê	Tadi	pedra
u	[u]	u	Bulu	animal
v	[v]	vê	Vila	perder
w	[w]	wê	Wuka	curar
y	[j]	yê	Ye	e
z	[z]	zê	Zola	amar

**Regras de transcrição**

- Uma vogal escreve-se geminada quando longa:  
Baka “tomar” mas baaka “rasgar”.
- Os /mp, mf, mb, mv, nt, nd, ns, nz, nk/ escrevem-se respetivamente “mp, mf, mb, mv, nt, nd, ns, nz, nk”.
- A nasal silábica escreve-se “m” ou “n” conforme os casos e deve manter-se no caso de ser seguida de uma sequência formada por uma nasal mais uma consoante pré-existentes: mbu “mar”, ñloonga “bicha”, mvu “ano”.

**Fonte:** CHICUMBA, 2019, p. 92.

**Figura 32:** Forma de escrita em língua Kikongo

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Conguês (Lingua = kikongo) (Bakongo-Kikongo)		
1 - Maiombes	Iombes	Bayombe
2 - Bavilis	Vilis	Bavili
3 - Bassundis	Sundis	Basundi
4 - Baluangos	Luangos	Balwango
5 - Balinges	Linges	Balinji
6 - Bacongos	Congos	Bakongo
7 - Bauoios	Uoios	Bawoyo
8 - Bassolongos	Solongos	Basolongo
9 - Baxicongos	Congos	Bachikongo
10 - Bazombos	Zombos	Bazombo
11 - Bacanos	Canos	Bakano
12 - Bassossos	Sossos	Basoso
13 - Maiacas	Iacas	Bayaka
14 - Mussucos	Sucos	Basuku

**Fonte:** ZAU, 2002, p. 59.

Esse grupo etnolinguístico, foi o primeiro a ter uma ligação com os portugueses, isso com a chegada de Diogo Cão na foz do Rio Zaire (ZAU, 2002, p. 59).

Os Ambundu ou Kimbundu- Mais conhecido como “Mbundu”, falado em “Luanda, Bengo, Malanje, Kuanza Norte e em parcelas de Kuanza Sul a norte e do Uíge a sudeste (CHICUMBA, 2019, p. 13).

A sua composição étnica é representada pelas comunidades njinga, mbamba, nbaka e ngola. E desdobra-se em subgrupos como ambundu, luanda, hungo, luango, ntemo, puna, dembo, ngola/jinga, bondo, bangala, holo, kary, chinje, minungo, songo, bambeiro, kissama, libolo, kibala, hako e sende (CHICUMBA, 2019, p. 13).

A língua falada por esse grupo é a Kimbundo e sendo eles os que tiveram a ligação mais forte com a Europa, “Calcula-se que os Ambundo sejam demograficamente o segundo maior grupo de Angola e andariam em 1960, à volta de um milhão de habitantes” (ZAU, 2002, p. 61)

**Figura 33:** Alfabeto em língua Kimbundu

Letra	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
a	[a]	a	<u>T</u> atu	três
b	[b]	bê	K <u>u</u> b <u>u</u> ta	ser baixo
d	[d]	dê	<u>D</u> ibhya	campo
e	[e]	e	<u>P</u> etu	almofada
f	[f]	fê	K <u>f</u> unda	julgar
h	[h]	he	<u>H</u> oje	leão
i	[i]	i	K <u>i</u> bha	pele
j	[ʒ]	je	<u>H</u> oje	leão
k	[k]	kê	<u>K</u> ibha	pele
l	[l]	lê	<u>Y</u> ala	unhas
m	[m]	mê	K <u>i</u> nama	perna
n	[n]	nê	K <u>i</u> nama	perna
ng	[ng]	ngê	<u>M</u> ungu	amanhã
o	[o]	o	<u>P</u> olo	cara
p	[p]	pê	<u>P</u> etu	almofada
s	[s]	u	<u>K</u> usanga	encontrar
t	[t]	sê	<u>T</u> atu	três
u	[u]	u	<u>K</u> uvunda	escurecer
v	[v]	vê	<u>K</u> uvunda	escurecer
w	[w]	wê	<u>W</u> alwa	garapa
x	[ʃ]	xê	<u>K</u> uxika	tocar
y	[j]	yê	<u>Y</u> ala	unhas
z	[z]	zê	<u>K</u> uzanga	estragar

**Regras de transcrição**

- Os fonemas /bh/ e /th/ escrevem-se respetivamente “bh” e “th”.
- O fonema /ny/ escreve-se “ny”.
- A nasal escreve-se “m” antes de “b” e “v”, e “n” antes das outras consoantes: mbiji “peixe”, mvula “chuva”, ndumba “gémeo”, Nzambi “Deus”.

**Fonte:** CHUMBUCO, 2013, p. 93.

**Figura 34:** Formas de escrita em língua Kimbundu

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Ambundo (Língua = quimbundo) ( <i>Ambundu-Kimbundu</i> )		
15 - Dembos	Dembos	<i>Jimdembo</i>
16 - Maungos	Hungos	<i>Bahungu</i>
17 - Calandulas	Landulas	<i>Balandula</i>
18 - Negolas	Ngolas	<i>Angola</i>
19 - Gingas	Gingas	<i>Ajinga</i>
20 - Holos	Holos	<i>Aholo</i>
21 - Bondos	Bondos	<i>Mbondó</i>
22 - Bângalas	Mbangálas	<i>Imbangala</i>
23 - Quissamas	Quissamas	<i>Kisama</i>
24 - Libolos	Lubolo	<i>Lubolo</i>
25 - Hacos	-----	-----
26 - Songos	Songos	<i>Asongo (Masongo)</i>
27 - Quibalas	Quibalas	<i>Ibala</i>
28 - Mussendes	Sendes	-----

Fonte: ZAU, 2002, p. 59.

**Os Ovimbundos ou Umbundo** - o grupo em questão tem como língua o Umbundo e o mais que contém mais falantes. Esteve dividido no século XIX e antes da invasão dos portugueses “estavam divididos numa dúzia de tribos ou sobados como são chamados em Angola, sendo o maior deles o Bailundo. Mas, por outro lado, nunca estiveram profundamente divididos, nem linguística nem politicamente” (ZAU, 2002, p. 62).

Esta comunidade predomina fundamentalmente na região centro-sul, espaço geográfico do chamado planalto central do país. São habitantes das províncias de Benguela, Huambo, Bié e parcelas de Kwanza-Sul, Huíla e Namibe. Engloba as etnias de mbanlundu, ngoongo e yaka e subdividem-se em pequenos grupos como viyé, mbanlundu, sele, sumbe (ou npinda), mbuy, kissanje, lumbu, ndombe, hanha, nganda, wambu, sambo, kakonda, chikuma, kyaka e ngalange (CHICUMBA, 2019, p. 14).

Este grupo foi o mais ligado à área económica e social no país, e com isso criaram uma base no progresso de Angola. No quadro abaixo encontramos o alfabeto e significados em português.

**Figura 35:** Alfabeto em língua Umbundo

Letra	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
a	[a]	a	Okala	esteira
c	[c]	tchê	Okala	esteira
e	[e]	e	Elemba	cheiro
f	[f]	fê	Ofeka	país
h	[h]	hê	Ohanga	galinha do mato
i	[i]	i	Ilimba	mulemeiras
k	[k]	kê	Okulu	perna
l	[l]	lê	Okulu	perna
m	[m]	mê	Omoma	gibóia
mb	[mb]	mbê	Ongamba	criado
n	[n]	nê	Ona	piolho
nd	[nd]	ndê	Ondala	serpente
ng	[ŋg]	ngê	Ongamba	criado
ñg	[ŋ]	ñgê	Ongoma	batuque
nj	[nj]	njê	Onjala	fome
o	[o]	o	Opeka	planta
p	[p]	pê	Opeka	planta
s	[s]	sê	Osanjo	vômito
t	[t]	tê	Okutala	olhar
u	[u]	u	Elundu	montanha
v	[v]	vê	Oyeta!	bater!
w	[w]	wê	Owima	azar
y	[y]	yê	Yila!	fecha!

**Regras de transcrição**

1. A nasalização assinala-se com um til sobre a primeira vogal nasalizada de uma palavra, exemplo: okutôla “crescer”.
2. O fonema /ny/ escreve-se “ny”, exemplo: onya “inveja”.

**Fonte:** CHUMBUCO, 2013, p. 94.

**Figura 36:** Formas de escrita em Língua Umbundo

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Ovimbundo (Língua = umbundo) (Ovimbundu-Umbundu)		
38 - Amboins	Mboins	Vambui
39 - Pindas (Mupindas)	Pindas	Vapinda
40 - Seles	Seles	Vasele
41 - Sanjis	Sanjis	Ovisanji
42 - Bailundos	Bailundos	Vambalundu
43 - Dombes	Dombes	Vandombe
44 - Quiacas	Quiacas	Vatchyaka
45 - Huambos	Huambos	Vauambo
46 - Bienes	Vienos	Vavyie
47 - Hanhas	Hanhas	Vaanya
48 - Cacondas	Cacondas	Vakakonda
49 - Galangues	Galangues	Vangalangi
50 - Sambos	Sambos	Vasambo
51 - Gandas	Gandas	Vanganda

**Fonte:** ZAU, 2002, p. 59.

Os Lunda- Quioco ou Cômwe - a língua predominante deste grupo é o tchokwe/Cokwe no nordeste do país. Fixaram-se nas “províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico no fim do século XIX. Estendem-se no entanto para dentro da província da Huíla e para fora das fronteiras de Angola.”. Os Lunda-Quioco são caçadores, apesar de que vivem da agricultura.

“Este grupo é representado pelas etnias minungo, ulanda, ukhongo, lunda, luvale e subdivide-se em pequenos grupos como lunda, lunda-lua-chinde, lunda-ndembo, cômwe, mataba, kakongo (ou badinga) e may”. (CHICUMBA, 2019, p. 13-14)

**Figura 37:** Alfabeto em língua Cokwe

Letra	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
a	[a]	a	<u>C</u> ala	unha
c	[c]	tchê	<u>C</u> ala	unha
e	[e]	e	T <u>e</u> mo	enxada
f	[f]	fê	M <u>f</u> u	morto
h	[h]	hê	<u>K</u> uhunga	abandar
i	[i]	i	J <u>i</u> mba	inflamação
j	[j]	jê	J <u>i</u> mba	inflamação
k	[k]	kê	<u>K</u> uvupa	estragar
l	[l]	lê	<u>L</u> amba	sofrimento
m	[m]	mê	<u>M</u> utu	peessoa
mb	[mb]	mbê	<u>M</u> bambo	parafuso
n	[n]	nê	<u>K</u> u <u>n</u> uka	coser
nd	[nd]	ndê	<u>N</u> daka	estrangeiro
ng	[ŋg]	ngê	<u>N</u> gulu	porco
o	[o]	o	<u>O</u> nga	mentira
p	[p]	pê	<u>P</u> ambo	peito
s	[s]	sê	<u>K</u> u <u>s</u> ula	evitar
t	[t]	tê	<u>M</u> u <u>t</u> u	peessoa
u	[u]	u	<u>U</u> nga	farinha
v	[v]	vê	<u>K</u> u <u>v</u> eta	fugir
w	[w]	wê	<u>W</u> anda	algodão
x	[ʃ]	xê	<u>X</u> ima	funji
y	[j]	yê	<u>Y</u> anda	caspa
z	[z]	zê	<u>K</u> u <u>z</u> ula	tirar a roupa

**Regras de transcrição**

1. Uma vogal escreve-se geminada quando longa: Kuzala “encher” mas kuzaala “vestir”.
2. As consoantes aspiradas escrevem-se acrescentando um “h” a uma consoante simples. Exemplos: /ph/ phanga “ovelha”, /th/ themba “peixe”, /kh/ khakha “avó”.
3. O fonema /t/ escreve-se sempre “t”, mesmo quando pronunciado [t<sup>f</sup>] ou [t<sup>v</sup>] antes de /u/.
4. O fonema /nd/ escreve-se sempre “nd”, mesmo quando pronunciado [nd<sup>v</sup>] antes de /u/.
5. O fonema /nj/ escreve-se “nj”.
6. O fonema /ny/ escreve-se “ny”. Exemplo: kunyika “mover”.

**Fonte:** CHUMBUCO, 2013, p. 95

**Figura 38:** Formas de escrita em Língua Cokwe

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Lunda-Quioco (Línguas = lunda e quioca) (Lunda-Tchokwe)		
29 - Lundas	Lundas	<i>Tulunda</i>
30 - Quiocos	Quiocos	<i>Tutchokwe</i>
34 - Cacongós	Congos	<i>Tukongo</i>
35 - Camatapas	Matapas	<i>Tumatapa</i>
36 - Xinjes	Xinjes	<i>Maxinji (Tuxinji)</i>
37 - Minungos	Minungos	<i>Tuminungu</i>

**Fonte:** ZAU, 2002, p. 59.

Segundo matéria publicada no Jornal de Angola, escrita por Sapalo (2022) diz que na área da Luanda-Norte não existe apenas uma língua, mas que cada etnia existente nesta zona tem uma língua, mas pela diversidade linguística na zona eles acabaram adotando o Cokwe pela maioria ter o domínio e tornam a relação entre as tribos tranquila. Continuou “não existem línguas superiores, nem inferiores, embora do ponto de vista sociolinguístico algumas tenham maior predominância em termos de número de falantes”, mesmo que a língua portuguesa tenha sido a língua primária da maioria dos que vive hoje na Lunda-Norte, anteriormente era o oposto de acordo a “política de planificação linguística do Estado, cada cidadão consegue ter noção da importância de se comunicar em português”.

Os Ganguelas ou Ngangela - este é o grupos mais diversificado, tem como língua nacional o Tchinganguela, dividido em “dois hemisférios, devido à penetração dos Lunda-Quioco através da Angola Central... fixaram-se nas províncias do Moxico, Huíla e Kuando Kubango” (ZAU, 2002, p. 64-65).

Encontram-se também núcleos em províncias de Huíla, Moxico, Bié. A etnia nganguela é constituída pelos grupos lukazy, luyana, kwandy, mbowe, mdundulu, ymilangu, mishulundu, mashy, kwandu do norte, kwandu do sul, mbangala, yongo, ngandyera, kwamby, nkumby e nkumby-mulondo. Integra igualmente os subgrupos luimby, luena, luvale, lutchaz, bunda, ngangela, ambuela, ambuela-mambumba, engonjeilo, ngonielo, mbande, kangala, yahuma, gengista (ou luyo), ngoia, camachy, ndungo, nhengo, nhemba e aviko (CHICUMBA, 2019, p. 14)



**Figura 39:** Alfabeto em língua Ganguela

Letra	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
a	[a]	a	<u>A</u> uge	eu
c	[c]	cê	<u>C</u> unda	curral
e	[e]	ê	<u>E</u> tu	nós
h	[h]	hê	<u>Ku</u> handeka	falar
i	[i]	î	<u>I</u> ndyio	casa
k	[k]	kê	<u>K</u> akeke	bebê
l	[l]	lê	<u>Ku</u> lomba	pedir
m	[m]	mê	<u>M</u> ema	água
mb	[mb]	mbê	<u>Mb</u> imba	gafanhoto
n	[n]	nê	<u>N</u> emana	está de pé
nd	[nd]	ndê	<u>Nd</u> emba	galo
ng	[ng]	ngê	<u>Ng</u> endzi	hospede
o	[o]	o	<u>L</u> elo	hoje
p	[p]	pê	<u>Ku</u> pupa	bater
s	[s]	sê	<u>S</u> api	chave
t	[t]	tê	<u>Ka</u> tali	cão
u	[u]	u	<u>Ku</u> wa	cair
v	[v]	vê	<u>V</u> amapweyo	mulheres
w	[w]	wê	<u>W</u> angu	capim
y	[y]	yê	<u>Ku</u> yeya	babar
z	[z]	zê	<u>Ku</u> zima	apagar

**Regras de transcrição**

1. O fonema /ny/ escreve-se “ny”.
2. O fonema /nj/ escreve-se “nj”.
3. O fonema /f/ escreve-se “F” antes de todas as vogais, apesar de ser pronunciado [fw]. Exemplo: cifoyo “lata”.

**Fonte:** CHUMBUCO, 2013, p. 96.

**Figura 40:** Formas de escrita em Língua Ganguela

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Ganguela (Língua = tchinganguela) (Ngangela-Tchingangela)		
52 - Luimbés	Luimbés	<i>Maluimbi (Valuimbi)</i>
53 - Gongueiros	Gongueiros	<i>Vangongelo</i>
54 - Nhembás	Nhembás	<i>Vanyemba</i>
55 - Ganguelas	Nganguelas	<i>Vangangela</i>
56 - Ambuełas	Mbuełas	<i>Vambwela</i>
57 - Luenas	Luenas	<i>Malwena (Tulwena ou Baluvale)</i>
58 - Luchazes	Luchazes	<i>Balutchazi</i>
59 - Bundas	Bundas	<i>Balunda</i>
60 - Bacangalas	Cangalas	<i>Vakangala</i>
61 - Camaches	Maches	<i>Vamachi (Akwakwando)</i>
62 - Vaiauma	Iaumas	<i>Vayauma</i>
63 - Valuios	Luios	<i>Valuyo</i>

**Fonte:** ZAU, 2002, p. 59.

**Os Nyaneka-Humbe ou Olunyayeka** - é o grupo mais tradicionalista, fechado, com a nyaneka e oshikwanyama como línguas faladas. Agricultores e criadores de gado e de cultura flexível / ajustável entre os grupos.

[...] habitam principalmente nas margens do rio Kunene, províncias de Huíla, Namibe, Kunene e Kwando-Kubango. Estes grupos são constituídos pelas seguintes etnias: nyaneka, humbe, mwila, ngambwe, handa, chipungu, chilengue, oshiwambo, kwamby e nbandja. Repartem-se em pequenos grupos como os gambo, humbe, donguena, hinga, kuankua, handa (mupa), handa (kipungo), kipungo, kilengue-humbe e kilengue-muso. (CHICUMBA, 2019, p. 14)

**Figura 41:** Formas de escrita em língua Nyaneka

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Nhaneca-Humbe (Língua = olunianeca) ( <i>Nyanyeka-Olunyanyeka</i> )		
70 - Mumuilas	Muilas	<i>Ovamwila</i>
71 - Gambos	Ngambos	<i>Ovangambwe</i>
72 - Humbes	Humbes	<i>Ovankhumbi</i>
73 - Dongoernas	Ndongoernas	<i>Ovandongwena</i>
74 - Hingas	Hingas	<i>Ovahinga</i>
75 - Cuâncuas	Cuâncuas	<i>Onkhwankhwa</i>
76 - Handas da Mupa	Handas da Mupa	<i>Ovahanda</i>
77 - Handas do Quipungo	Handas do Quipungo	<i>Ovahanda</i>
78 - Quipungos	Quipungos	<i>Ovatchipungu</i>
79 - Quilengues-Humbes	Quilengues-Humbes	<i>Ovatchilenge-Humbi</i>
80 - Quilengues-Musós	Quilengues-Musós	<i>Ovatchilenge-Muso</i>

Fonte: ZAU, 2002, p. 59.

**Os Ovambos ou Tchikwanyama** - tem a língua Cuanhama como materna e até o ano de 1916 resistiram fortemente contra a ocupação dos portugueses quando quem estava no comando era o então rei Mandume. A sua cidade administrativa é Cunene.

**Figura 42:** Alfabeto em língua Ovambo

Letra	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
a	[a]	a	<u>A</u> me	eu
c	[c]	tchê	<u>C</u> etu	obrigado
e	[e]	e	<u>E</u> me	eu
f	[f]	fê	<u>F</u> êta	paga
h	[h]	hê	<u>H</u> ono	hoje
i	[i]	i	<u>I</u> ta	pede
k	[kê]	kê	<u>K</u> eulu	no céu
l	[l]	lê	Oku <u>l</u> ekela	despedir
m	[m]	mê	<u>M</u> epya	no campo
mb	[mb]	mbê	<u>Omb</u> embwa	liberdade
n	[n]	nê	Oku <u>n</u> ana	puxar
nd	[nd]	ndê	<u>Ond</u> anda	papo
ng	[ng]	ngê	<u>Ong</u> adjo	cerco
ñg	[ŋ]	ñg	<u>Oñg</u> ana	é assim
ndj	[nd]	ndjê	<u>Ndj</u> amene	defenda-me
o	[o]	o	<u>O</u> lye?	quem é?
p	[p]	pê	<u>P</u> opya	fala
s	[s]	sê	Oku <u>s</u> eta	demorar
t	[t]	tê	Oku <u>t</u> eta	cortar
u	[u]	u	<u>O</u> uta	arma
v	[v]	vê	<u>Ov</u> ilya	cereais
w	[w]	wê	<u>W</u> aeta	trouxe
y	[y]	yê	<u>Y</u> etu	nosso/nossa

**Regras de transcrição**

1. O fonema /ny/ escreve-se “ny”.
2. O fonema /mp/ escreve-se “mp”.
3. O fonema /nt/ escreve-se “nt”.
4. O fonema /nk/ escreve-se “nk”.
5. O fonema /nc/ escreve-se “nc”.

**Fonte:** CHUMBUCO, 2013, p. 97.

**Figura 43:** Formas de escrita em língua Ovambo

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Ambó (Língua = tchicuanhama) (Ambo-Tchikwanyama)		
81 - Evals	Vales	<i>Ovavale</i>
82 - Cafimas	Cafimas	<i>Ovakafima</i>
83 - Cuanhamas	Cuanhamas	<i>Ovankwanyama</i>
84 - Cuamatos	Cuamatos	<i>Ovakwamatwi</i>
85 - Dombondolas	Dombondolas	<i>Ovadombondola</i>

**Fonte:** ZAU, 2002, p. 59.

**Os Herero** - estão localizados a sudoeste de Angola, principalmente no Namibe, são nómadas com a língua materna Tchielelo.

**Figura 44:** Formas de escrita em língua Herero

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Herero (Língua = tchihelelo) (Helelo-Tchihelelo)		
64 - Dimbas	Ndimbas	<i>Ovandimba</i>
65 - Chimbas	Himbas	<i>Ovahimba</i>
66 - Chavicuas	Chavicuas	<i>Ovatchyavikwa</i>
67 - Cuanhocas	Cuanhocas	<i>Ovakwanyoka</i>
68 - Mucubais	Cuvalas	<i>Ovakuvale</i>
69 - Guendelengos	Guendelengos	<i>Ovanguendelengo</i>

**Fonte:** ZAU, 2002, p. 5.

**Os Okavango** - também localizados a sudoeste do país, são agricultores e pescadores. Infelizmente o grupo em questão não tem muitas informações sobre suas formas de escrita e alfabeto “só circunstancialmente interferem na história angolana”. (ZAU, 2002, p. 67)

**Os Khoisan** - são considerados não bantu, localizados a sul do país. É o menor grupo étnico e tem como característica a “entoação de um clique, que segundo J. Greenberg “Todas as línguas khoisan possuem cliques entre as consoantes e a maioria de seus falantes pertence ao tipo san fisicamente característico” (CHICUMBA, 2019, p. 14-15). Tal como o grupo anterior os Khoisan também não possuem muitas informações “escapam à história contemporânea” (ZAU, 2002, p. 67).

É de realçar que muitos autores identificam as LBA usando o método “geográfico-genealógico” e catalogam por “letras maiúsculas e agrupadas em zonas, consoante o grau de afinidade linguística (genealógica) e a proximidade ou distanciamento geográfico” (MIGUEL, 2019, p. 135), esse agrupamento em zonas é determinado por conjunto de línguas com semelhança linguística, mas sem precisar ser “mutuamente inteligíveis” e divididas em três “zonas linguísticas” geograficamente:

- (i) Zona H: Kikongo e Kimbundu – ocupa as regiões norte e noroeste do país, concretamente as províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Luanda e Malange;
- (ii) Zona K: Cokwe, Ngangela (grupo Lunda-Cokwe) e as chamadas “línguas do rio Cubango: Kwangali, Gciriku e Thimbukusu – corresponde essencialmente às regiões leste e sudeste, nas províncias do Bié, Cuando Cubango, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico;
- (iii) Zona R: Umbundu, Olunyianeka-nkhumbi, Ociherero, Oshikwnayama e Oshindonga – compreende a extensa região centro-sul de Angola, concretamente as províncias do Bié, Benguela, Cuando Cubango, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla Namibe. (MIGUEL, 2019, p.136)

Exemplo disso temos a tabela abaixo ilustrando a divisão geográfica das zonas das LBA, que nos ajudam a identificar cada língua através da zona.

**Tabela 16 - Línguas Nacionais e suas variedades morfológica e fonológica**

LÍNGUAS										
	Kikongo (zona H)	Kimbundu (zona H)	Cokwe (zona K)	Ngangela (zona K)	Umbundu (zona R)	Olunyaneka- Nkhumbé (zona R)	Ociherero ~ Otjherero (zona R)	Oshikwiny- ma (zona R)	Oshindonga (zona R)	Línguas do rio Cubango (zona K)
V A R I E D A D E S	Kilinjí	Holo	Badinga	Kamaxe	Ambwi	Olumwila	Ocicavikwa	Evale	Oshikwami	Kwangali
	Kikoci	Ndongo	Bakete	Lucazi	Kacisanje	Olungambwe	Osimba	Kwamato	Oshimbandjera	Gcirikue
	Kikwakongo	Kambondo	Kafula	Lwimbi	Kakonda	Oluhinga	Ocikuvalé	Ombadja Efima		Thimbukusu
	Kimboma	Sama	Lunda	Mbande	Mbalundu	Olunkakhwa	Ocikwanyoka			
	Kihungu	Mbangala	Lunda-ndembu	Mbunda	Mwanya	Olundongwena	Ocingedelengo			
	Kinsoso	Bolo	Mai	Mbwela	Ndombe	Olukamba				
	Kipombo	Ndembu	Mataba	Ngangela	Nganda	Oluciteve				
	Kisikongo	Ngola/Jinga	Xinji	Ngondzelo	Sambu	Olumulondo				
	Kisolongo	Ngoya	Minungu	Nyemba	Sele	Oluhanda				
	Kisuku	Nkari		Yahuma	Sumbi	Olucipungu				
	Kisundi	Songo			Viye	Ocilenge				
	Kivili				Cikuma	Ocilenge musó				
	Kiwoyo				Wambu					
	Kiyaka									
	Kiyombe									
	Kizombo									

Fonte: MIGUEL, 2019.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016, p. 51), o percentual dos falantes das LN e Língua Portuguesa é que o português é falado por 71% da população, umbundu, a segunda língua mais falada do país, apresenta 23%, kimbundu, língua falada na capital do país, detém 7,8%, kikongo 8,2%, cõkwe 6,5%, nhaneka 3,4%, ngangela 3,1 %, fyote 2,4%, oshikwanyama 2,3%, muhumbi 2,1 %, luvale 1,0% e outras línguas 4,1 %. (CHICUMBA, 2019, p. 108). Um território marcado por múltiplas territorialidades nacionais.

### 3.1 LÍNGUAS NACIONAIS NO PÓS INDEPENDÊNCIA

Na implementação da Língua portuguesa em Angola é necessário lembrarmos de três pontos indispensáveis: (1) “as políticas de gratuidade, obrigatoriedade e massificação de ensino” esse ponto tornou-se concretizado logo após a independência do país, pois foi houve o ingresso ao ensino e assim a língua portuguesa vai tomando o país deixando as LN em segundo plano; (2) “a

intensificação das guerras pós independência e pós-eleitoral” à população das “zonas rurais” foi atraída para a cidade para melhor “segurança” e assim o aprendizado da língua portuguesa; e (3) “o serviço militar obrigatório, que também ajudou a expandir e reforçar a presença do português em todo o território nacional” ao enviar cidadãos angolanos de todos os grupos culturais para todos o país, a língua portuguesa era usada para se comunicar facilitando assim a sua expansão pelo país (MIGUEL, 2019, p. 141-142).

A questão de adoção oficial do português tem grande simbolismo. Integra-se num processo comum à grande maioria dos países africanos que mantiveram as línguas dos antigos colonizadores para essa função. Marcando a nacionalização formal dessa língua, essa adoção resulta da opção livre do Estado angolano, por razões históricas, políticas, linguísticas, económicas e diplomáticas, como enfatizado por muitos autores. Face a esse cenário e independentemente das circunstâncias em que ocorreu esse processo, o português encontrou bases políticas e jurídicas para se tornar a língua de todos os angolanos. Com esse estatuto, foi-lhe também garantido o apoio institucional e científico, para a sua promoção e desenvolvimento, fomentando-se o seu ensino e aprendizagem, e também a investigação científica. (MIGUEL, 2019, p. 142)

A língua portuguesa passou a ser considerada como língua angolana tal como as LBA, ou melhor, a única língua oficial e assim uma “língua plurifuncional, usada em quase em todos os domínios da vida sociopolítica, económica e cultural” uma vez que facilita o diálogo entre os “grupos etnolinguísticos” (MIGUEL, 2019, p. 142).

O progresso dos falantes da língua portuguesa dá-se pela conjuntura dela interferir na comunicação entre os grupos etnolinguísticos e por ser a “língua oficial” pois é a partir da juventude que se viu a expansão e impulsionamento da língua portuguesa “de identidades diferentes e heterogêneas que partilham espaços públicos comuns” (CHICUMBA, 2019, p. 109).

Após a Proclamação da Independência, a partir do acordo entre os três movimentos de libertação nomeadamente MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) cogitou-se a criação de uma nova cultura. A insatisfação dos angolanos fez com que fossem as igrejas a influenciar na educação do país, e nisso entra o epistemicídio das línguas nacionais. Mas com a criação de uma nova cultura vem a perda de identidade do povo angolano e como diz o nosso entrevistado Sr. Albano (Kimbundu):

[...] língua materna é fator de identidade cultural, ao virar a cara à Luta quem não falar a sua língua e quem não tiver uma língua não tem identidade, isso

é cultura, então a Língua kimbundu tem grande importância na luta pela independência nacional. Primeiro é que o colono quando ouvia desconfiava que todo o indivíduo estivesse a falar mal contra eles ou que estivesse a planificar algo contra, é por isso que logo de primeira baniu que muitos angolanos falassem a língua materna pelo conceito do colonialismo e caso falassem tinha que ser presos... a única forma de comunicação e manter unidos em prol a luta armada. Exemplo era a escrita de uma carta em português, era fácil de descodificar. As canções eram cantadas em línguas nacionais de uma forma denotativa e também conotativa para que o colonizador não pudesse compreender. Então em algumas canções são cantadas em kimbundu com algumas partes em português para embelezar e também porque as partes chaves dessas mesmas canções eles não entendiam. Ainda que prendessem a pessoa só falava kimbundu e dessa forma não tinham como exigir-lo porque não sabia o português e às vezes fingia para poder escapar. (Albano, 2019)

Vemos no depoimento acima que as línguas nacionais se constituíram como instrumento de resistência ao colonialismo. Rede discursiva foram estabelecidas para estabelecer formas de organização fora do alcance dos colonizadores que só dominavam a língua portuguesa.

Carneiro (2014), começa por apontar a perspectiva de Boaventura Sousa Santos na qual epistemicídio serve como dispositivo no domínio “ética/racial” na recusa pela aceitabilidade “das formas de conhecimento”, formas essas executadas pelos subordinados. Pela forma de “conhecimento estranho” de certos povos, foram suprimidos fazendo com que esses mesmos conhecimentos não se propagam. O epistemicídio pode ser confundido com o genocídio, mas o epistemicídio é mais amplo, pois dá-se sempre quando a questão é inferiorizar e segregar padrões e “grupos sociais” que atrapalham o aumento da economia.

A autora, o epistemicídio vai além disso:

[...] o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/ normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações.

Pós Proclamação da Independência, a questão linguística transformou-se um obstáculo no olhar “nacionalista”, sobretudo na escolha da língua que se tornaria a mais ou a única a ser usada. A autora cita Fardon e Furniss, que discorrem sobre o multilinguismo, dizendo se tornar um problema comparando com o modelo nacional. O modelo escolhido por Angola foi o “monolíngue europeu” ou melhor a “língua

portuguesa” como ponte de ligação do país, pela sua diversidade “multiétnica e multilíngue” (OLIVEIRA, 2016, p. 233).

A língua única, por meio de sua normatização, ajudou a configurar, desse modo, um patrimônio imaterial extremamente necessário na vinculação das ideias do nacionalismo, principalmente quando mobilizada por discursos, pelo ensino e pela literatura (OLIVEIRA, 2016, p. 230).

O nacionalismo traz “um valor simbólico totalizante” com função impulsionadora, que se tornou “resistência contra um império exterior de ocupação” das populações dispõem de história, religião e língua comum. Mas “o nacionalismo permaneceu como uma iniciativa extremamente problemática”. O aprendizado central do nacionalismo é a inevitabilidade de uma “base ideológica” abrangente nunca vista (OLIVEIRA, 2016, p. 222-231).

A preferência ou escolha de uma língua nacional para ser considerada esta como a língua oficial foi nula, pois havia motivos políticos por trás da determinação de documentos políticos que obrigatoriamente devem em apenas uma língua. Assim sendo, a escolha de uma língua em detrimento de outra língua traria muitos conflitos, tal como os conflitos já existentes antes da Proclamação da Independência. Essa questão leva-nos a pensar que a escolha pela língua portuguesa foi de caráter político (OLIVEIRA, 2016, p. 233).

De acordo com o nosso entrevistado, senhor Matos (Umbundu):

Após a libertação da África continuamos com aquele pensamento do colonialismo pois eles fizeram-nos perder a identidade cultural. Todos os países africanos que foram libertos do colonialismo não conseguiram enquadrar-se automaticamente, foi preciso implementar as línguas para se reencontrar, no caso de Angola ficamos atrasados quase 40 anos para pensarmos em nos reencontrar. Nessa altura se os órgãos televisivos, principalmente televisivos pensam introdução das línguas nacionais nas escolas, tv e rádios estão a pensar super bem porque vamos rebuscar as nossas culturas, ancestrais para podermos nos enquadrar naquilo que somos nós mesmo, porque continuar com aquilo que herdamos, o português que é nossa língua veicular “um povo só é povo quando sabe respeitar a sua cultura” estou empenhado para dar o meu melhor para transmitir com verdade a língua e tenho a do dicionário, tanto mais que a palavra que não consigo vou buscar o dicionário para passar com verdade para que a pessoa que esteja a ouvir ou a que sabe lhe faça lembrar.

O depoimento acima relata o papel das línguas no enfrentamento ao imaginário colonial ainda presente após a independência. É de salientar que antes da Proclamação da Independência, as línguas e culturas que hoje consideramos eram “dialetos e subculturas da língua e cultura portuguesa” (MINGAS, 2012) e hoje cabe



aos estudiosos e investigadores angolanos fazer com que conheçamos melhor a nossa cultura a partir do quão críveis serão às informações publicadas e vistas como imprescindíveis já que a cultura é “um dos primeiros elos de ligação, se bem utilizada, converter-se-á em motor de um renascimento cultural e identitário, tendo como base o Saber plural” (MINGAS, 2012, p. 11).

Foi criado também o curso de “tradução e interpretação” dentro da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (UAN), isso se dá na intenção de dar mais ênfase as LN e na cultura existentes e salvaguardá-las como “memória coletiva” e assim organizar uma enumeração onde possamos recorrer sempre que necessário e assim cultivar e proteger o “património linguístico e cultural angolano” aumentando os “valores do País” (MINGAS, 2012, p. 11-12).

Infelizmente, as LN são faladas ou usadas em lugares e situações específicas, como por exemplo eventos culturais, entre família..., apesar de que o “Kimbundu, o Kikongo e o Umbundo”, vão se espalhando além das localidades onde são faladas para a capital do País a assim são criadas locais para cada uma delas levando a outras pessoas a aprenderem a língua daquele local. Os outros meios de comunicação como rádio e televisão também têm feito seu papel quando o assunto é propagação das LN mediante programas radiofônicos, programas televisivos, jornais publicados em LN, é:

[...] realizada pela Rádio Ngola Yetu (o termo que significa, ‘Nossa Angola’, em muitas LBA), um canal pertencente à Rádio Nacional de Angola (RNA), a emissora oficial do país, que, com 20 horas de emissão diária, apresenta informações diversas; e pela Televisão Pública de Angola (TPA), que, através do seu programa “Jornal Nacional” (também conhecido por “Noticiário em Línguas Nacionais”), emite noticiários e outros programas diários (Songa e Dias 2015:6). O Kimbundu é a única LN que ainda beneficia de um programa radiofónico diário matinal, o “Balumuka” (de Kimbundu, ‘acordar, despertar’), na Rádio Luanda (a rádio oficial da cidade, também designada por “Rádio Kianda131”), por ser a língua local, etnolinguisticamente. (MIGUEL, 2019, p. 156-157)

A LN mais falada na capital do País (Luanda) é o Kimbundu. Essa LN e sua cultura Kimbundu enquanto a cidade foi evoluindo, serviram como “meio de interação, veículo de cultura e elemento de socialização dos luandenses”, tudo porque no ano de 1575 essa LN foi a mais usada pela população de Luanda. (MIGUEL, 2019, p. 157-158).

O pós-independência, é o momento de reflexão, de tomada de decisões, de procurar soluções para os déficits linguísticos, criar políticas que regem e asseguram a identidade cultural.

#### 4 IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NA TPA

Segundo Baptista (2019), a imposição de uma língua pode significar "mecanismos de invisibilização e de diferenciação" da língua materna e transformando-se no impositor. Existem dois pontos "o de domar e o de domesticar", o primeiro, reprimir o rebelde, ou seja, fazer com ele não seja um problema, já o segundo era tornar o indivíduo subalterno ao outro e a língua usada pelo outros ou melhor, "a ação coercitiva se constrói e se legitima na prática escolar, aspecto que merece ser salientado, pois torna explícito como a tradição escolar tem lidado com as subjetividades e como os processos identitários são geridos nesse entorno" (BAPTISTA, 2019, p. 134-135)

Quando falamos em opressão do indivíduo, a língua tem um grande peso visto que o uso da língua nos debates de poder valida e impõe a fala dos opressores. A classificação das línguas implica dizer a fixação de "um projeto colonizador das línguas", nessa perspectiva, ao definir os lugares e o papel de cada língua obtém-se um certo destaque e assim automaticamente "orienta quem tem direito à voz e quem deve ser silenciado", mas não nos esqueçamos que com o destaque de algumas línguas, outras são postas de lado ou mesmo apagadas, assim sendo, a autora sublinha que a "colonialidade da linguagem opera dando suporte à colonialidade do poder/saber" (BAPTISTA, 2019, p. 135).

A autora cita Anzaldúa, quando toca na vertente do monolinguismo e "terrorismo linguístico", diz que por mais que o indivíduo possa falar várias línguas e não saiba falar a língua mãe, ela é considerada como sendo da cultura a que pertence a língua mãe, ele dá o exemplo da "chicana" para poder explicar melhor (BAPTISTA, 2019, p. 137).

Continuando com Anzaldúa:

a relação dos sujeitos com a língua é constitutiva de suas subjetividades, haja vista que, de forma reiterada, se reivindica o direito de falar outras línguas e se evidencia a relação de subalternidade a que são submetidas as chicanas. Dessa forma, a luta pela legitimidade dessas muitas línguas, como se refere Anzaldúa, consiste na luta pela identidade mestiça, pela identidade étnica. A identidade da mestiça é híbrida e múltipla tal como o são as sua(s) língua(s); portanto, se fusionam identidade étnica e identidade linguística, já que "nunca mais me vão sentir vergonha por existir. Terei minha própria voz: índia, espanhola, branca. Terei minha língua de serpenteminha voz de mulher, minha voz sexual, mi voz de poeta -. Vencerei a tradição do silêncio". (BAPTISTA, 2019, p. 139/140)

Há alguns anos, o Centro de Formação para Jornalistas angolanos (Cefojor) focava no aprendizado da língua portuguesa, tendo assim como foco, o conhecimento total da língua por parte dos jornalistas. As várias linguísticas até do próprio português, são consequências histórias que Angola foi passando, pois o país sofreu várias influências de outras línguas e por essa razão a TPA viu a necessidade da criação de um jornal especificamente em línguas nacionais (JN) (SONGA; DIAS, 2015, p. 2).

A transmissão de 8 línguas nacionais no Jornal de Línguas Nacionais (JN) é diária e é feita nos dois canais da TPA (1 e 2) até em outros veículos televisivos. As línguas mais faladas e transmitidas no JN são “Fyote, Cocwe, Nganguela, Kikongu, Kimbundu, Umbundu, Kwanyama e Nhanheka Humbe”.

A criação do JN é capaz de ser a representação de um dispositivo importante na produção da “comunidade social” dependente dos “interesses do público e aos princípios da responsabilidade social”. Mas, não vamos esquecer que a implementação da língua portuguesa como oficial fez com que muitas transmissões fossem passadas em língua portuguesa (SONGA; DIAS, 2015, p. 3).

Em 1961, foi o lançamento da primeira transmissão radiofônica com “músicas nacionais, angolana e locução bilíngue, em português e Umbundu”. Esse foi um meio usado pelos partidos, por seu alcance ser maior, viu-se nele a chance de “resistência ao governo colonialista português” e inclusão dos povos para o conhecimento dos seus “ideais políticos” (SONGA; DIAS, p. 3).

O primeiro jornal em língua nacional no formato papel foi publicado nos Estados Unidos da América (EUA) em fevereiro 1896, foi intitulado “Kamba dia Ngola” que é português significa “Amigo de Angola”. Esse jornal teve apenas duas edições e em Kimbundu. Este exemplo demonstra a busca de solidariedade política em outras nações para afirmação das línguas nacionais angolanas. Vemos aí que a mídia se constitui como um papel importante para a afirmação das línguas nacionais abrangendo a escala de todo o território angolano. O analfabetismo no país fez com que os jornais que foram surgindo passassem apenas pela capital do país e para uma pequena elite e sendo estes bem economicamente para comprar (SONGA; DIAS, 2015, p. 4-5).

As transmissões em rádio de programas e/ou músicas nas línguas nacionais tornaram-se importantes elementos para manter algumas línguas. Contudo, esse tema será alvo de outros trabalhos. Entre a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a mídia radiofônica foi a que esteve na frente, isso desde o ano

de 1933. Nos dias de hoje a Rádio Nacional de Angola (RNA) expandiu e introduziu “uma estação emissora em cada 18 províncias de Angola”. Na capital do país a RNA tem outras estações como:

o Canal A (a emissão nacional); o Canal N'Gola Yetu (emissão em línguas nacionais); o Canal C (música erudita); a Rádio Luanda (a rádio local FM para a capital); a Rádio 5 (o canal desportivo). A rádio do Estado emprega 1853 trabalhadores (Outubro de 1999), entre os quais 566 jornalistas, tornando-a o maior complexo informativo do país (MATEUS, 2001).

A RNA é uma emissora do estado, mas existem outras seis emissoras privadas, rádios essas situadas em Luanda, Lubango, Cabinda e Benguela, o equipamento usado pelas mesmas foram comprados de uma obtenção do estado.

A implementação das línguas nacionais na televisão ocorreu apenas 8 anos depois da “libertação do povo de Angola” com a criação de um “noticiário em línguas nacionais”. Na TPA isso ocorreu em 1983, com o partido então partido no poder MPLA com o objetivo de levar a informação e “aproximar o povo de sua realidade e construções identitárias” (SONGA; DIAS, 2015, p. 6)

Atualmente, a Rádio Nacional de Angola (RNA), por meio do canal Ngola yetu, literalmente traduzido como “Nossa Angola”, emite a maior parte de sua programação em Línguas nacionais. “Com 20 horas de emissão diária, apresenta informações sobre esporte, saúde, cultura, abrangendo 12 idiomas nacionais” ... Como já foi dito, a TPA, por sua vez, possui o Jornal Nacional, também conhecido por Noticiário em Línguas Nacionais. As oito Línguas nacionais veiculadas pela TV são emitidas por intermédio de jornalistas angolanos profissionalizados. (SONGA; DIAS, 2015, p. 6).

O objetivo do jornalismo é dar informações aos cidadãos, informações essas fundamentais para a sua liberdade e “autogovernança”. O jornal de línguas nacionais (JN), veio criar espaços e produzir outros sentidos” e emancipar os indivíduos. O jornalismo dá espaço ao diálogo entre os pares (SONGA; DIAS, 2015, p. 7-9).

O Jornal Nacional vem como uma das formas de combate a dominação dos “canais estrangeiros” e “canais nacionais”, fazendo com que haja uma:

[...] busca pela identidade e liberdade jornalística, aquilo que profissionais da comunicação chamam de *angolanização da informação* – um fazer jornalístico propriamente angolano... no âmbito da utilidade de aspectos culturais, que no presente caso é a língua, vem constituindo a identidade da televisão e, em especial, da nação angolana, embora não se possa negar a presença dos processos de inclusão, exclusão, diferenciação, hierarquização e de poder entre os diferentes povos. (SONGA, DIAS, 2015, p. 11)

Vemos que o tensionamento entre horizontalidades como acontecer homólogo e verticalidade como acontecer hierárquico (SANTOS, 2002). A utilização das LN na criação jornalística, estabelece e assegura o que a história construiu e dinamiza às alteridades, identidades, “valorização dos valores linguísticos e sua preservação” para que possam continuar vivas. Com a criação do JN, a TPA destaca as nações, etnias e culturas, sendo que hoje com a persistência dos povos, vê-se a continuidade não só da linguística mas também cultural, uma vez que essas línguas acabam por chegar a lugares onde antes não chegavam. (SONGA; DIAS, 2015, p. 11-12).

#### 4.1 ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E COMUNICACIONAIS

Na criação do Estado-nação na época colonial, especificamente “a partir do século XX”, as políticas linguísticas tiveram grande impacto principalmente no que concerne a identidade e principalmente as características “etnolinguísticos”. Essas políticas vêm mostrar a necessidade que os países africanos têm de “representar graficamente os territórios” por intermédio de relações “político-econômicas” resultante na criação dos reinos. A ideia de que um povo deve ter uma língua, está explícito na hipótese trazida pelo “colonialismo” na preocupação de estruturação de “África e outras partes do mundo de acordo com seus interesses econômicos e consequentes impérios” que acabou por criar a conhecida “teoria linguística moderna” (QUINTERO, 2018, p. 34-35).

Essa ideia:

implementada a partir da política assimilacionista da sociedade, tendo como fundamento básico obrigar, de forma generalizada, as populações nativas a utilizarem o português como única língua de comunicação em toda a extensão territorial, como se pode constatar pela leitura do Decreto nº 7714, de 1921<sup>11</sup> (QUINTERO, 2018, p. 35).

A imposição da língua portuguesa como oficial por intermédio de “política de coação linguística”, resulta em fazer desaparecer as “línguas locais” ou línguas

---

<sup>11</sup> Decreto nº 77, de 1921, aprovado por José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Altocomissário do Governo da Província de Angola, publicado em Boletim Oficial da Província de Angola nº 50, I Série, de 9 de dezembro de 1921 – Promulga a proibição das igrejas Católica e Protestante de ensinar as línguas indígenas nas escolas missionárias para africanos.

maternas, assim sendo, se legaliza essa política sendo que as línguas maternas não faziam parte do Estado nessa época (QUINTERO, 2018, p. 35).

A língua é um recurso que resulta da atuação de todos os cidadãos pertencentes a sociedade e que se seguem as políticas nela implementadas. Em Angola existem muitas "línguas étnicas", dessa feita, as instituições políticas como o Estado decidem pela utilização de apenas uma língua que se torna língua administrativa e a escolha foi a língua portuguesa (ZAU, 2011, p. 117).

Hoje com os países africanos independentes, principalmente Angola, é indispensável que se faça um estudo para saber quais as dificuldades apresentadas no dia a dia da população angolana e assim elaborar estratégias para prevenção da identidade cultural e línguas angolanas. Mas, se para nós aceitarmos que a comunicação seja feita apenas por uma língua, não garante que quem emite a mensagem compreenda e “domine” a língua, uma vez que pela sua habilidade com o português pode afetar e ser melhor do que a compreensão de uma língua nacional (MINGAS, 2021, p. 10-11).

Mingas enfatiza que:

[...] considerando a diversidade linguística do país, temos de reconhecer e salientar o quanto é necessário e urgente equacionar o regime jurídico que rege a coexistência das línguas endógenas e da língua portuguesa no mesmo espaço, porque maternas da maioria dos seus locutores, garante do desenvolvimento do processo e modo de elaboração de conceito e propiciadoras de aptidões comunicativas criativas, mas de igual modo, potenciadoras de relações de identificação e de identificação linguísticas e culturais. Em suma, o binómio língua/cultura constitui um componente indispensável à defesa e promoção da unidade de qualquer País e à possibilidade da sua cooperação com outras comunidades. (MINGAS, 2021, p. 11)

Apesar de que Angola mostra ter um número considerável de falantes das LN, línguas essas Umbundu, Kimbundu, Kikongo e Cokwe, faladas em muitas “províncias do país”, a autora sugere cinco passos a serem levados em consideração, para o aprendizado das LN em Angola:

1. Que o executivo angolano defina o estatuto das línguas endógenas, condição necessária para a sua credibilidade e defesa; 2. Uma vez que: O Umbundu falado no Huambo, é igualmente falado nas províncias de Benguela, Bié, Lubango e Namibe; O Kimbundu, falado em Luanda, está igualmente presente nas províncias de Malanje, Kwanza Norte e Kwanza Sul; O Kikongo, falado no Uíge, é também falado nas províncias do Zaire, Cabinda; e O Cokwe falado nas duas Lundas e no Bié, essas línguas poderiam, deveriam ser ensinadas a nível nacional e as demais ensinadas a nível regional; 3. Que seja introduzida nos centros de formação de professores, a especialidade em línguas africanas, pois apenas existe nas

línguas portuguesa, inglesa e francesa. 4. Que o executivo reveja a remuneração e enquadramento dos professores de línguas africanas, na medida em que muitos deles, após a sua formação, vão dar aulas de português. 5. Que se criem condições para que especialistas na área das línguas africanas, possam elaborar material credível para o ensino das mesmas em Angola (MINGAS, 2021, p. 12).

Percebemos, na citação acima, o papel da escola e os meios de comunicação, como um instrumento político de enfrentamento ao epistemicídio e o colonialismo interno. O direito de existência passa pela garantia de reprodução do seu modo de vida, das suas formas de conhecimento e das suas línguas.

A criação de políticas linguísticas em Angola torna-se complexa, uma vez que o crescimento das “políticas de planejamento linguístico” em parte estão sendo elaboradas, acabando por dificultar pois o tamanho do “Estado-nação” vai do seu “tamanho, recursos e grau de estabilidade política”, assim sendo, em Angola no que diz respeito às políticas linguísticas isso no processo de independência menos de 30% falava a língua portuguesa e hoje podemos dizer que o “multilinguismo” existe sim “embora o discurso oficial encapsulado no termo lusofonia surgirá que as políticas linguísticas sejam primariamente monolíngues” (OLIVEIRA, 2016, p. 235).

[...] “países de língua oficial portuguesa”, apesar de não esconder o estatuto de oficialidade da língua, acaba-se por sugerir a não oficialidade de outras línguas. Além disso, as línguas “nativas” mudaram sob o impacto do cristianismo, pois palavras velhas assumiram significados novos devido à tendência de as traduções cristãs usarem palavras já existentes para descrever conceitos cristãos, em vez de optar por neologismos. (OLIVEIRA, 2016, p. 235)

No caso de Angola, o fato de fazer parte dos países de língua portuguesa torna o fator “multilíngue e multiétnica” silenciado, já que, a utopia para o ponto de vista estrangeiro é de que o país é “monolíngue. Sabendo disso, Oliveira afirma que

a existência de uma língua só é reconhecida nas práticas locais de interações, e toda política linguística deve ser antes de tudo uma política que garanta a existência de diferentes formas de expressão linguística e cultural dos diferentes grupos étnicos numa dada sociedade. (OLIVEIRA, 2016, p. 237)

De certa forma o colonizador ao implementar a língua portuguesa tinha como objetivo matar as línguas maternas, mas é impossível que isso aconteça pois “os encontros linguístico-discursivos possibilitam a hibridização da língua portuguesa com as línguas nacionais num processo de apropriação” mostrando a crise da diversidade da língua portuguesa existente no país (*Idem.*).



Quanto à diversidade da língua portuguesa em Angola, a língua sofre a interferência das línguas maternas principalmente pelo Kimbundu uma vez que o Kimbundu e a língua portuguesa dialogam entre si a mais tempo que as outras línguas maternas especialmente em Luanda (capital do país) e faz com que o Kimbundu seja a língua materna com maior manifestação no “centro demográfico”. Com o passar do tempo, “desenvolveu-se um nível de linguagem de caráter expressivo próprio que o distinguiu/distingue das variações do português europeu, do Brasil e de outros países africanos” (CHICUMBA, 2019, p. 51), o vocabulário do português angolano tem a adição de várias “palavras de língua estrangeiras” e nessas línguas estrangeiras o Francês por ser “morfofossintáticas e aspetos fonológicos das LN”.

[...] independentemente das interferências linguísticas constituírem uma fonte enriquecedora na formação do português angolano e contribuirão de certa maneira para a dinâmica sociolinguística a que a vasta literatura angolana dá corpo, a sua origem está implicitamente conotada com a linguagem coloquial – linguagem da prática social quotidiana – usada por falantes de determinadas camadas sociais. (CHICUMBA, 2019, p. 52)

Nesse contexto, outros autores que tratam sobre a temática, dizem que nenhuma língua imutável que não possa ser alterada ou que não tenha sido influenciada por outra. A língua vai sendo modificada constantemente (CHICUMBA, 2019, p. 52)

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) ou Declaração de Barcelona assinada por ONGs e a UNESCO, com o fim de assegurar o “direito linguístico” que, no artigo 35 desta declaração, concede ao cidadão de receber e até mesmo passar as informações sem discriminação de língua e étnica (SONGA; DIAS, 2015, p. 10). Na qual diz que:

Todas as comunidades linguísticas têm o direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua nos meios de comunicação do seu território, tanto nos locais e tradicionais, como nos de maior difusão e de tecnologia mais avançada, independentemente do sistema de difusão ou de transmissão utilizado. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, 1996, p. 13)

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, baseou-se na Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos que foi aprovada também em Barcelona em 1990, onde a mesma reitera que todo e qualquer povo tem direito a cultura e essa crescer, tem direito a língua e seu regulamento e para isso é crucial que favoreçam de “estruturas políticas, educativas, de comunicação e de administração pública

próprias, em quadros políticos diferentes” dado que, as línguas em perigo no mundo fazem parte de “comunidades não soberanas” tendo falta de “autogoverno e a política de Estado que impõem a sua estrutura política-administrativa e a sua língua” como sendo uma vantagem para que essas mesmas línguas sofram um “processo de substituição” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, 1996, p. 2).

Segundo Mingas,

Toda a língua é produto de uma comunidade social específica e, enquanto veículo viabilizando as interações comunicacionais entre os membros dessa comunidade, é com ela e, através dela, que as sociedades não só partilham conhecimentos, sentimentos e ambições comuns, como também, conformam um Saber geral endógeno, através de textos orais e escritos (MINGAS, 2012, p. 3).

Assim sendo, é a partir da fala que o povo angolano teve expressão “cultural” a partir de “textos orais e textos escritos” que por sua vez os textos orais usavam as LN e os textos escritos usavam a língua portuguesa. Com a publicação de “decretos e leis” o impedimento do uso das LN foi uma das lutas vencidas, não apenas ela fala, mas também do uso na “educação formal”, mas ainda assim, houve um certo preconceito de alguns angolanos e principalmente na capital do país no uso da “sua língua materna” (MINGAS, 2012, p. 3- 4)

Em seguida a independência do país, houve a necessidade da criação de uma “instituição” com objetivo de auxiliar os estudiosos que estivessem ligados a alfabetização das LN e em 1987 provisoriamente foram escolhidas seis dessas línguas: “umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, oxikwanyama e mbunda”, anos após a criação dessa instituição, criou-se a “Rádio Ngola Yetu” que apenas usava as LN e suas transmissões com o foco de passar todas as LN. E para ajudar nessa batalha de criação e aprovação de leis e políticas linguísticas, a Universidade Agostinho Neto (UAN) em 2016 criou o “curso de Línguas e Literaturas Africanas” para que se pudesse formar “formadores” e “investigadores” (MINGAS, 2012).

O curso de Língua e Literatura da UAN tem como objetivo fortalecer o estudo sobre a “linguística e da literatura”, ou seja, “Línguas Angolanas”. Para cursar os estudantes terão de passar por um exame de admissão e para a obtenção do grau só é possível depois de ter passado por todas as cadeiras e ter defendido o trabalho final do curso. O Curso tem a duração de quatro anos com cadeiras semestrais e anuais tais como: Fonética e Fonologia das Línguas Angolanas, História de Angola,

Introdução aos Estudos Linguísticos, Introdução à Linguística Bantu, Prática das Línguas Angolanas I, II e III, Literatura Angolana, Literaturas Orais Africanas, Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, Etnolinguística e muito mais (UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO, 20--?<sup>12</sup>).

É de extrema importância reconhecer o que já foi escrito em LN e sem esquecer da mulher angolana que teve a incumbência de fazer com que as tradições não morram e assim as mesmas sem escolaridade, apenas falavam as LN (MINGAS, 2012, p. 6)

Em 2011, o Projeto de Lei sobre o Estatuto das LN, reconhece o Estatuto das LN e o define como sendo um recurso com o desígnio de “promover a inclusão social e fortalecer a unidade na diversidade, o pluralismo cultural e linguístico”. As LN são de extrema importância, pois elas são as propagadoras de cultura, aparelho comunicacional, ensino, político, econômico e de “relações sociais”. As Nações Unidas e Organizações de Unidade Africana da Carta Cultural Africana legitimam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual dá pleno poder ao cidadão angolano no uso da língua nacional no dia a dia, isso, significa que tal como os cidadãos de outras nações têm o direito, às LN também têm esse mesmo direito de serem usadas “igualdade de todas as línguas do mundo” (ANGOLA, 2011. p. 2).

Foi o Ministério da Cultura quem deu o primeiro passo para este Projeto de Lei fosse elaborado e analisado por “grupos técnicos, pelos funcionários do Gabinete Jurídico do Ministério da Cultura e os técnicos do Instituto de Línguas Nacionais” e nos encontros que ocorreram nas províncias “do Huambo e Uíge” o projeto foi um dos focos principais e não apenas nos encontros, mas também de “auscultação pública” ocorrida em 2005, onde foram feitos ajustes. Passados 5 anos, exatamente no dia 26 de Agosto de 2010, o diploma foi analisado novamente pelo Ministério da Cultura por “técnicos do Gabinete Jurídico do Ministério proponente, do Instituto de Línguas Nacionais e do Ministério da Educação, representado pelo INIDE”, após tal análise, houve modificações significativas e assim foi aprovado o Projeto de Lei e suas emendas aos 13 de Setembro de 2010 em “Conselho de Direção do Ministério da Cultura” ainda com algumas alterações que precisavam ser feitas. Só em 16 de setembro do mesmo ano é que foi aprovada a versão com as alterações aprovadas anteriormente (ANGOLA, 2011. p. 4-5).

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://uan.ao/curso/linguas-e-literaturas-africanas/>. Acesso: 14 nov. 2022.

Aconteceu nos dias 18 à 21 de Outubro de 2011 na província do Uíge o "IV Encontro sobre as Línguas Nacionais" com objetivo de ouvir peritos e intermediários no âmbito linguístico para "enquadrar constitucional, política e linguisticamente, do Estatuto, cujas recomendações foram acolhidas e incorporadas no diploma". O diploma em questão, antes de ser submetido para avaliação e "aprovação do Chefe do Executivo", passou pelo "Regimento do Conselho de Ministro, na qual constam os Ministérios:

a. Ministério das Finanças; b. Ministério da Justiça; c. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; d. Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social; e. Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação; f. Ministério da Família e Promoção da Mulher; 7 g. Ministério da Assistência e Reinserção Social; h. Ministério da Educação. (ANGOLA, 2011. p. 6-7)

De acordo com o art. 6.º no 1 ponto que fala sobre a qualificação, diz que apenas são apontadas como LN 12 línguas, nomeadamente "a. Cokwe; b. Khoi; c. Kikongo; d. Kimbundu; e. Ngangela; f. Oxiwambo; g. Olunyaneka; h. Umbundu; i. Vátwa. j. Helelo; k. Luvala; l. Mbunda." Mas sem desmerecer as outras LN, desde que sejam utilizadas pela população do território nacional "histórica e secularmente" e sejam portadores comunicacionais e que façam parte do "património linguístico das comunidades locais em causa", cumprindo com os requisitos impostos (ANGOLA, 2011. p. 11).

Segundo o Art. 8.º do mesmo Diploma, cabe a "Administração Pública" a tarefa de ajudar a proteger, divulgação e enobrecimento as LN, tudo isso, a partir de premissas criadas para os cidadãos independentemente da LN que ele fale, uma vez que tem a obrigação de traduzir qualquer que seja documento estatal, e as instituições de ensino dever de ajudar no desenvolvimento das LN ou "lexicológica" "sem prejuízo das competências específicas dos órgãos e serviços afins da Administração Pública". Quanto ao uso e incumbência na comunicação das LN, cabe ao art. 9.º dizer que representam "a. Meio de Ensino; b. Veículo Cultural; c. Língua de Comunicação Interna e Externa; d. Instrumento de Relações Comerciais." Sem esquecer de que o seu uso deve ser por "todo território nacional" tanto na vida pública quanto na vida social também (ANGOLA, 2011. p. 12-13).

1. Os órgãos de soberania podem, nos seus actos, utilizar as línguas nacionais, sem que no desempenho das suas funções, sejam preteridos os princípios da igualdade e pluralismo linguístico, como meios de dignificação e unificação do povo angolano. 2. Todas as línguas nacionais podem ser

utilizadas nos debates da Assembleia Nacional, actos da Presidência da República ou audiências dos Tribunais, sempre que existam condições técnicas e administrativas para que se realizem traduções em simultâneo. 3. À Constituição da República, ao Hino Nacional e a todas as disposições de grande referência jurídico-social devem ser criadas condições para a sua tradução em todas as línguas nacionais. 4. As leis aprovadas e demais instrumentos jurídicos relevantes para as comunidades devem ser divulgadas em todas as línguas nacionais. (ANGOLA, 2011. p. 13)

Quanto à "Comunicação Social", o Art. 18 dispõe que cabe ao Executivo estabelecer políticas de "comunicação social" para a propagação das LN, nos seus dispositivos como "rádio, televisão, jornais e demais meios multimédia" e até "publicidade comercial" produzidas nas LN mas usadas entre os angolanos e os veículos editoriais (ANGOLA, 2011. p. 16).

É considerado discriminação, segundo o Art. 19, a restrição por motivos linguísticos a lugares públicos e particulares. O cidadão tem o direito de usufruir de seus direitos, sem ferir os direitos de outrem e isso inclui a língua, é obrigação que se conceba melhores cenários para o seu cumprimento e quem não o cumprisse o Art. 20 responsabiliza criminalmente pelo não cumprimento (ANGOLA, 2011. p. 17),

Segundo a constituição de Angola em seu artigo 87, diz que todo indivíduo tem direito ao reconhecimento, identidade cultural, artística e linguística. Já o artigo 21, em suas alíneas C e N, declara que é dever do Estado "Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos" e "Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação" (ANGOLA, 2010).

A desvalorização das LN por parte dos cidadãos é vista como desvalorização da sua origem e continuidade da dominação colonial. É importante destacar que a cultura angolana precisa instigar no modo de governação, pois a questão do acultramento e "neocolonialismo" possa fortalecer uma "democracia" que tenha apoio em "raízes puramente africanas" (PEREZ, 2017, p. 10)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reconhecermos as limitações de pesquisas, principalmente nessa fase que o mundo passou (COVID), e principalmente pela temática escolhida e pela mesma ser atual e sensível, mas que se torna desse modo em um campo aberto para contribuições. É importante pensarmos sobre o processo que o país passou para a construção de uma nação que valorizasse as várias etnias linguísticas existentes e a relevância que a língua tem, principalmente as línguas nacionais.

Ao final da nossa pesquisa percebemos os caminhos que fizemos. A pandemia provocou inúmeras dificuldades no transcorrer dessa trajetória. Dúvidas foram diversas em quais melhores itinerários deveríamos percorrer.

A nossa questão central foi compreender como a implementação das línguas nacionais na Televisão Pública de Angola se constitui como preservação das línguas nacionais. Ao final da pesquisa entendemos que os meios de comunicação têm, sim, se constituído como dispositivos para preservação e reprodução das línguas nacionais. Contudo, o papel dos falantes das línguas nacionais em pautar a tradução, se constitui como um papel preponderante.

Nosso propósito inicial era buscar compreender o papel da TPA na reprodução das línguas nacionais. Percebemos que não conseguimos comprovar se está ocorrendo um aumento de falante das línguas nacionais. Esse pode se constituir como um tema para pesquisas futuras.

Buscamos comprovar que o colonialismo teve fim, mas a colonialidade (QUIJANO, 2005) linguística ainda não. As disputas por afirmação das línguas nacionais revelam o enfrentamento a estruturas de poder que reafirmam o colonialismo interno e o epistemicídio. Muitas línguas não são alvos de tradução nos programas da televisão pública e, ao mesmo tempo, permanecem em estruturas escolares que continuam promovendo o extermínio das línguas nacionais. Apontamos vários exemplos que têm acontecido, sobretudo na América Latina, de afirmação de um pluralismo linguístico disputado por políticas de reconhecimento e representação política dentro do Estado.

Ao longo da nossa pesquisa, percebemos a importância do rádio como dispositivo usado para reprodução das línguas nacionais. Por se constituir como um dispositivo barato e de longo alcance ele foi muito usado pelos falantes das línguas nacionais em várias partes do território angolano. Principalmente em zonas rurais, o

uso do rádio é alto, uma vez que essas zonas carecem de eletricidade, sinal de TV e muito mais, logo, o rádio é o canal mais próximo para o recebimento de notícias.

Entendemos que analisar o papel do rádio e sua relação com as línguas nacionais torna-se uma agenda futura de pesquisa. Outro elemento que não tivemos condições de explorar aqui neste trabalho são línguas nacionais faladas em Angola que ultrapassam o território angolano. As fronteiras instituídas no contexto colonial não separavam os falantes dessas línguas. Esse é um tema a ser explorado em futuras pesquisas.

Mesmo não tendo política ativas que regem as LN, foram produzidos ou escritos dicionários, gramáticas, ensaios de dicionários e gramáticas em Kimbundu, Umbundo e Kikongo – foram as três únicas Línguas na qual achamos esses documentos cujo objetivo é de auxiliar no aprendizado das mesmas e suas referências constam na seção abaixo.

Salientamos que mesmo tendo conseguido recolher algumas informações passadas ao longo do nosso trabalho, infelizmente não tivemos sucesso no acesso a pauta de controle da TPA sobre os índices feitos desde o momento da implementação do primeiro programa de LN até os dias de hoje e de quantos programas exatamente são passados na TPA em LN.

Concluimos que a implementação das LN, não apenas na TPA, mas em outros dispositivos comunicacionais foram e são de extrema importância e fazem grande diferença, pois não apenas valorizam a cultura bem como a identidade de um povo, uma vez que um povo sem língua é um povo sem identidade

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Hemingway de. **O Carnaval Angolano e a Construção da Identidade Nacional**. Redenção: UNILAB, 2014.
- ANGOLA. Constituição da República de Angola. 2010. Disponível em: [https://governo.gov.ao/fotos/frontend\\_1/editor2/constituicao\\_da\\_republica\\_de\\_angola.pdf](https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf). Acesso em: 01 dez. 2022.
- ANGOLA. **Decreto nº 77**, de 1921, aprovado por José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Altocomissário do Governo da Província de Angola, publicado em Boletim Oficial da Província de Angola nº 50, I Série, de 9 de dezembro de 1921. Promulga a proibição das igrejas Católica e Protestante de ensinar as línguas indígenas nas escolas missionárias para africanos.
- ANGOLA. **Gramática cokwe - Boubacar Diarra**. Secretária de Estado da Cultura, Instituto de Línguas Nacionais, 1990.
- ANGOLA. **Gramática cokwe - Boubacar Diarra**. Secretária de Estado da Cultura, Instituto de Línguas Nacionais, 1989.
- ANGOLA. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola de 2014**. Luanda: INE – Divisão de Reprografia, 2016.
- ANJOS, Rafael Sanzio. **Territorios das Comunidades Remanescentes de antigos quilombos no Brasil – primeira configuração**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.
- BAPTISTA, Livia Márcia Tiba Rádis. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n.44, p. 01-163, out.-dez., 2019.
- BARCELONA. **Declaração universal dos direitos linguísticos**. 1996.
- BENEDICT, Ruth. “A ciência dos costumes”; “A diversidade de culturas”; “A integração da cultura”. **Padrões de Cultura**.
- BENTLEY, William Holman. **Gramática Kikongo, 1855 to 1905 Baptist Missionary Society Congo**.
- CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução: Maurício Santana Dias. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.
- CHATELAIN, Heli. **Gramática elementar do Kimbundu ou Língua de Angola**, Genebra, 1888-89.



CHICUMBA, Mateus Segunda. A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas. **IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES: Cabo dos Trabalhos**, 2013.

CIPRIANO, Patrício Batsíkama Mampuya. **Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola**. Porto: Universidade Fernando Pessoa Porto, 2015.

COBE, Francisco Narciso. **Dicionário Kikongo**. Coleção Mayamba. Luanda, 2010.

CONGRESSO INTERNACIONAL PRESERVAR E FORTALECER A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PANDEMIA, 2020, Belo Horizonte. **Mesa 2: Democracia e Estado Plurinacional**. Belo Horizonte: Ppgd Puc Minas, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=plO8i0oc4Tc&t=1433s&ab\\_channel=PPGDPUCMINAS](https://www.youtube.com/watch?v=plO8i0oc4Tc&t=1433s&ab_channel=PPGDPUCMINAS). Acesso em: 01 dez. 2022.

DA MATTA, J. D. Cordeiro (Coord.). **Ensaio de dicionário kimbundu-português**. Lisboa, 1893.

DALBY, D. Mapa linguístico da África. KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

ESPAÑA. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona: junho, 1996.

FONSECA, Dagoberto José. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria política-cultural de americanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan./jun). 1988b, p. 69-82.

GRILO, António Manuel de Matos. **A geopolítica de Angola dinâmicas de afirmação num quadro regional**. Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

KUNZIKA, Emanuel. **Dicionário de provérbios Kikongo**. Luanda: Editorial Nzila Ida, 2008.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **O estado plurinacional e o direito internacional moderno**. Curitiba: Juruá, 2012.

MARTINS, L. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 63–81, 2003. DOI: 10.5902/2176148511881. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em: 5 nov. 2022.

MARZANO, Andrea. Nossa dança, nossos pais, nossos filhos. Apontamentos para uma história social do carnaval luandense. **Revista TEL**, Irati, v. 7, n.2, p. 67-88, jul./dez. 2016.

MASEMBO, Mfumukanda M. **Dictionnaire de poche français-kikongo. Kia suku dia m'vuatu kifualansa-kikongo.**

Mateus, Ismael. **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana. Os media em Angola.** Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/introducao.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MEDEIROS, Marília Salles Falci. A construção teórica dos conceitos de socialização e identidade.

MIGUEL, Afonso João. **Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no Português Oral de Luanda.** Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Linguística, na especialidade de Sociolinguística. Universidade de Lisboa, 2019

MINGAS, Amélia Arlete. **A contribuição das línguas nacionais na alfabetização/promoção da mulher. Ministério da Educação e Cultura.** Instituto de Línguas Nacionais, 2001.

MINGAS, Amélia Arlete. **Línguas e culturas em Angola.** Bahia, 2012.

MINGAS, Amélia Arlete. O pretuguês, o português em/de angola: "é o problema que estamos com ele". Njinga & Sepé: **Revista Internacional de Culturas**, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v:1, n° 1, p.25-37, jan./jun. 2021.

NASCIMENTO, José Pereira do. **Gramática do Umbundu ou Língua de Benguela.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

NERCOLINI, Marildo; ENNE, Ana Lucia. Narrativas de memória e territórios inventados: a configuração das identidades e dos lugares como processos culturais. **Revista Mídia e Cotidiano.** Niterói: UFF, número 8, março 2016.

O COLONIALISMO LINGÜÍSTICO. 2021. (11 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2zEI5UXQqGE>. Acesso em: 01 dez. 2022.

OHHT, Ernesto. **O conceito de estado plurinacional na Bolívia: origens e desenvolvimento de um novo modelo de estado.** Orientador Raul Burgos. Santa Catarina, 2017.

OLIVEIRA, Heloísa Tramontim de. A relação das línguas com a construção do Estado-nação angolano, p. 219 -240. **Kadila: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola**. São Paulo: Blucher, 2016.

PACHECO, Luís. COSTA, Paulo. TAVARES, Fernando Oliveira. **História económico-social de Angola:do período pré-colonial à independência**. 2018, CEPESE.

PÉREZ, Nilda Haydeé Rizo. **A protecção do património imaterial angolano. Um valor no centro da gestão extensionista da universidade**. Luanda: Universidade Óscar Ribas, Grupo Pitabel. Disponível em: <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/24-NPerez-A-protecao-do-patrominio-inaterial-angolano.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. CECEÑA, Ana Esther. (org.) **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular/CLASCO, 2008.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

QUINTERO, Pablo. Colonialismo interno, Neocolonialismo, Colonialidade do Poder: Contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina. **31º Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. p. 1-12.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAPALO, Armando. **Cokwe considerada a língua de unidade**. 2022. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/cokwe-considerada-a-lingua-de-unidade/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SCHERER, A. E. A constituição de sentido nas fronteiras do eu: memória da língua e a língua da memória. **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 119–130, 2003. DOI: 10.5902/2176148511887. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11887>. Acesso em: 5 nov. 2022.

SILVA, Jefferson Olivatto. Aprendizagens comunitárias africanas de longa duração e em larga escala segundo a expansão banta. **Relegens Thréskeia – Estudos e pesquisa em religião**. V. 05 – nº 1, 2016.

SONGA, Eufrásia; DIAS, Luciene de Oliveira. Jornalismo e Identidades: Línguas Nacionais na Televisão Pública de Angola e o Exercício da Cidadania. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**.

TREVISOL, G. Martins; BARROS, De Alessandra. Verticalidade ou horizontalidade da informação: Estudo de caso do programa “Estúdio Santa Catarina da RBS”. **Vozes e Diálogo**. Itajaí, v. 11, n.2, jul./dez, 2012.

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO. **Curso de língua e literatura**. 20--?. Disponível em: <https://uan.ao/curso/linguas-e-literaturas-africanas/>. Acesso: 14 nov. 2022.

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. Universidade Aberta., Lisboa: Palácio Ceia, 2002.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. **A Língua Portuguesa em Angola: Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização**. Tese para obtenção do Grau de Doutor em Letras (3º ciclo de estudos), Covilhã, Agosto de 2011.

## ANEXO 1

### ENTREVISTA 1

#### SR. ALBANO (KIMBUNDO) – ZAP

***Pedir para contar a trajetória de aprendizado.***

*R: Sou de origem kimbundo, da família N'Gonga Dingola da tribo dos descendentes de N'gola Kiluanje. Onde nascemos as famílias são identificadas pelas tribos, ao ir a uma determinada aldeia já tem direito a casa, fazenda... a primeira língua materna foi o Kimbundu, as minhas primeiras palavras foram em kimbundu e depois de ter crescido quando entrei para a escola foi onde comecei a aprender a língua portuguesa e foi um aprendizado fácil, a comunicação na escola era em português, mas o kimbundu era a língua que mais falávamos ao acordar até adormecer, por isso em kimbundo não tenho problema.*

*Apenas de que na minha área é bilíngue, porque existem pessoas que falam kimbundu e outras Kikongo, mas as pessoas dominam as duas línguas, mas sou mais Kimbundo e tive um aprendizado sem problema e para avançar fui para a formação superior fui para ciências de educação para a licenciatura, reforcei com a estudos em linguística Bantu e fui investigando o kimbundu, especializei-me em ciência que estuda as línguas africanas, mestrado em linguística aplicada, mas nunca deixei a investigação das línguas bantus de Angola, onde sou especialista. Tenho um programa de rádio, dou aula de Kimbundu via rádio na Universidade independente de Angola e sou professor para área de kimbundu e línguas inglesas, estou a fazer o meu doutorado em linguística aplicada, mas nunca esquecendo do kimbundu e kikongo pois já está no sangue e foi assim que muitos começaram a se interessar pelas línguas nacionais e nós em Angola somos como se fossemos pioneiros do incentivo ao aprendizado para as línguas maternas.*

***Quem o incentivou ou foi seu maior impulsionador na aprendizagem?***

*R: é de origem, agora estamos a rimar ou melhor estamos a melhorar como por exemplo escrever de uma forma organizada os pontos nos Is e os traços nos T's, anteriormente só falávamos não escrevíamos a todo tempo, mas agora estamos*

*vinculados com a prática escrever as formas dos sons os alfabetos o que há uma diferença entre o alfabeto das línguas latinas e das línguas bantus de Angola entre os sons, as articulações, as combinações das vogais e das consoantes não soa como o Português.*

*Exemplo: Não tem as letras C, Q e R. Caçule-kakule e não se admite a duplicação da letra S.*

***Com quanto anos começou a aprender***

***R:*** *Desde a nascença.*

***Como foi o processo de recrutamento?***

***R:*** *Foi prático, precisava falar, escrever. Tomei conhecimento pelo mercado, ciclo e pelo mercado ser escasso e pelo programa de rádio em que sou professor surgiram telefonemas perguntando se é possível aparecer na Zap e arrancar com o noticiário em Línguas Nacionais se gostaria de dar o contributo. Eu aceitei, mas que a qualquer momento talvez já não esteja disponível agora nesse momento e porque estamos sem aulas então tinha como começar e gostaram do projeto... a partir daí viram que era a pessoa ideal por já ser formado na área.*

***Sofreu algum preconceito no meio escolar ou social por falar a língua***

***R:*** *Sim, não se escapa. Geralmente pessoas que falam línguas bantus são vistos como indivíduos que não têm aceitação no meio, sem cultura, sem interesse, mas encaramos seriamente e vimos que é conforme a bíblia diz “aqueles que não entendem a palavra de Deus não sabem o dizem” então vimos que é fruto da ignorância não conhecer a nossa própria língua em detrimento da língua do colonialista. Fomos continuando, o professor de kimbundu e de kikongo eram desvalorizados, mas não desistimos e tinha vezes que quem visse o programa pedia para trocar o canal por outro, não interessava por ser kimbundu, até agora na Zap nota-se a falta de interesse dos jovens, quando o programa está no ar ninguém presta atenção e poucos perguntam o significado de uma ou duas palavras e isso é uma das consequências da falta de políticas linguísticas.*

**Como são definidas as pautas das línguas para o dia a dia.**

**R:** Não. Vem a língua portuguesa e depois traduzimos em línguas nacionais, ou seja, o mesmo que é passado em português será passado em línguas nacionais

**Tem alguma referência de músicas, livros das línguas no aprendizado**

**R:** Muitos. Cantores: Bangão, António Paulino, Kalabeto, Mito Gaspar e muitos outros. Mas nem todos têm a variante do Kimbundu e uns mal cantam o kimbundu e não aconselho muito e é melhor os mais velhos

**O umbundo tem outras sub-línguas e quais são**

**R:** Mas tem a questão das variantes. Numa zona vais encontrar Bangalas, Dundo, Kaolo... variantes ou sublingual, a variante padrão é Uambaca que vamos encontrar geograficamente e não vamos encontrar um povo dirigido como tal: parte de kalandula, camabatela, samba cagil. Lucala e cacuso, o resto também são variantes, mas não a padrão como os diversas variantes da língua portuguesa

**Que importância teve o Kimbundo na luta pela independência do país**

**R:** Tem grande importância qualquer língua materna é fator de identidade cultural, ao virar a cara à Luta quem não falar a sua língua quem não tem língua não tem identidade, isso é cultura, então a Língua kimbundu tem grande importância na luta pela independência nacional. Primeiro é que o colono quando ouvia desconfiava que todo o indivíduo estivesse a falar mal contra eles ou que estivesse a planificar algo contra, é por isso que logo de primeira baniu que muitos angolanos falassem a língua materna pelo conceito do colonialismo e caso falassem tinha que ser presos. A importância é que era a única forma de comunicação e manter unidos em prol a luta armada. Exemplo era a escrita de uma carta em português, era fácil de descodificar, as canções eram cantadas em línguas nacionais de uma forma denotativa e também conotativa para que o colonizador não pudesse compreender. Então em algumas canções são cantadas em kimbundu com algumas partes em português para embelezar e também porque as partes chaves dessas mesmas canções eles não entendiam. Ainda que prendessem a pessoa só falava kimbundu e dessa forma não tinham como exigí-lo porque não sabia o português e às vezes fingia para poder escapar. Tenho um livro pronto, "Importância das línguas nacionais na luta contra o colonialismo em Angola", brevemente será publicado.

***E como vê essa questão da implementação das línguas nacionais nos canais televisivos e não só***

*R: Vem em um bom momento, principalmente agora em que o mundo está a atravessar uma fase difícil com a pandemia e a comunicação não flui para todos e alguns dos nossos dirigentes usam termos técnicos que não chega a população com a mensagem codificada, para que o nosso avô que está na aldeia e tenha a TV ligada entenda o que se passa no mundo.*

*O governo tem que criar políticas linguísticas, porque a não criação dessas políticas os jovens não terão necessidade de aprender língua pois não tem onde levá-lo e cria o desinteresse, o contrário de outras línguas uma vez que têm uma abertura maior no mundo e oportunidade melhores*

***A quanto tempo está como jornalista linguístico na zap.***

*R: Sou professor radiofônico. Tenho mais de 7 anos. Entramos em contato com a universidade da baía para a formação de professores ou estudantes brasileiros na área da linguística bantu, mas com a queda do governo Dilma o projeto não foi pra frente. Mas o programa na Zap começou desde dia 25 de maio, dia de África oficialmente. Houve a necessidade da Zap ter as línguas nacionais, agora são 2 kimbundu e Umbundu, está-se a ver a implementação das outras línguas está a depender da área de produção disponibilizar tempo.*

***Quais são as suas maiores dificuldades como jornalista linguístico***

*R: Infelizmente as línguas bantus não possuem grafia própria, existe pouca literatura na área. Alguns termos foram mudando em Português que em Kimbundu não tem.*

***Fala-nos um pouco do e a sua cultura Kimbundu.***

*R: Tem uma cultura vasta. Um exemplo disso é pedir a permissão para casar, ou seja, receber autorização dos seus pais... A mulher quando não é confertada na cultura kimbundu não tem o mesmo valor da outra que foi, de facto precisasse que as pessoas respeitem essa cultura. Dizem que quando a pessoa entrega a filha de uma forma brutal, da forma que entregou é da mesma forma que voltar porque não negociou com ninguém. Anteriormente vinham bater à porta trazendo um taco (tabaco*



*tradicional) talvez um litro de caporoto ou marruvo para bater a porta e depois combinasse o dia do Alembamento ou alambamento, pediram um valor simbólico que é dividido entre os tios da parte materna e paterna, mas tudo acaba ser gasto no pedido, se a tradição não correr, quer dizer que não é bem vinda na comunidade onde vive. Depois disso, quando houver doença em casa quem deve assumir é a arte materna tem que vir resolver os problemas de saúde, porque o poder é matrilinear e não parte linear.*

### ***Como tem sido a aceitação e recepção da língua pelos angolanos***

*R: A uma nova abertura, todo mundo gostou e continuam gostando, pedem que aumente o tempo de programação da equipe, uma credibilidade tremenda a implementação das línguas nacionais na Zap.*

## **ENTREVISTA 2**

### **SR. MATOS (UMBUNDO) – ZAP**

#### ***Pedir para contar a trajetória de aprendizado.***

*R: É de nascença, nasci na província do Bié, cresci no Lobito e sai da casa dos meus pais em 1985 fui pra tropa e não falava Umbundo acabei supostamente esquecendo, falava mais Kimbundu com os colegas Kiokos. Mas houve uma necessidade na rádio da Igreja (Tokuista) certo dia na província do Huambo obrigaram-me a falar umbundo e eu disse que não sabia falar umbundo aí disseram-me que poderia interpretar, mas milagrosamente com alguns erros ainda passamos em alguns pontos e fui aperfeiçoando, e o pastor que era o diretor para a informação comecei a gaguejar no início e fui melhorando e hoje estou aqui o meu programa tem muita audiência na língua umbundo e estou me virando.*

*Sou versátil e gosto de fazer tudo e quando faço algo de coração, fiz o curso médio de gestão empresarial, estou a fazer o curso superior em Arquitetura e urbanismo, nada a ver com o que eu faço e faço com gosto e não tive nenhum contato com o aprendizado da língua, tenho apenas alguns livros, gramática e quando uma*

*palavra está pesada, volto aos livros para verificar. Eu ensinava umbundo pelos conhecimentos que tinha e comecei a dar aula.*

***Quem o incentivou ou foi seu maior impulsionador na aprendizagem?***

*R: Vem da família. Em 1985 me perdi porque fui pra tropa, mas em 2017 enquadrei-me não só na fala como na escrita, leitura e apresentação ao vivo até hoje já a 3 anos pra cá*

***Como foi o processo de recrutamento?***

*R: Surgiu um convite para fazer o teste para zap. A zap não fazia, mas acharam que agora devem diversificar os programas, porque falasse muito dos resgates dos valores e então acho que foi por esse motivo que os inspirou em criar primeiro as duas línguas Umbundo e Kimbundo por serem as línguas mais faladas a nível de Angola. Um irmão meu da igreja falou comigo que ia passar o meu contato porque o meu programa da Igreja é muito bem falado a nível de Luanda e da igreja e o Bispo João Afonso Nunes também gosta do teu programa, mesmo não entendendo mas gosta, a maneira como apresento, a maneira como abordo os meus convidados, a maneira como seleciono o hinos por isso as pessoas mesmo não falando a língua entram e simpatizam com o programa, então passou o meu contato a Zap, e eles disseram-me que querem inovar colocando as línguas nacionais e eu me dispus, fiz os teste durante uns 20 ou 30 dias a acharam que estou ato e estou lá a apresentar.*

***Sofreu algum preconceito no meio escolar ou social por falar a língua?***

*R: A língua umbundo é falada por muita gente, mas muitos não aceitam falar, nunca tive preconceito em falar umbundo e qualquer tipo de língua. Antigamente sofriamos bullying, diziam ser língua dos atrasados, mas eu nunca me revii isso, falo a minha normalmente e consigo responder.*

***Tem alguma referência de músicas, livros das línguas no aprendizado?***

*R: Dicionários. Tem músicos como: Justino Handanga, gosto muito das músicas dele, não só conta o dia a dia das pessoas como também tem parábolas e provérbios bonitos. Na literatura recebi uma gramática via whatsapp vinda de um pastor de Benguela Celestino Cangela que tem me ajudado muito com o dicionário que tenho.*

***Que importância teve o umbundo na luta pela independência do país***

*R: Grande importância, apesar que a luta pela libertação começa no Norte e no centro de Angola mas ainda assim tem uma grande importância, porque houve muitos quadros vindo do sul e não só, vimos que a maioria da força militar era proveniente do sul, porque o sul não tinha cultura de mandar seus filhos para o exterior do país então nos entregamos para combater. Eu aos 18 anos fui para tropa, fui tirado de uma escola, mas muitos iam voluntariamente em prol a esfera da pátria, então nós vemos que outros países já tinham visão e mandavam os filhos para o exterior e voltaram.*

***E como vê essa questão da implementação das línguas nacionais nos canais televisivos e não só***

*R: Uma coisa fantástica. Após a libertação da África continuamos com aquele pensamento do colonialismo pois eles fizeram-nos perder a identidade cultural. Todos os países africanos que foram libertos do colonialismo não conseguiram enquadrar-se automaticamente, foi preciso implementar as línguas para se reencontrar, no caso de Angola ficamos atrasados quase 40 anos para pensarmos em nos reencontrar. Nessa altura se os órgãos televisivos, principalmente televisivos pensam introdução das línguas nacionais nas escolas, tv e rádios estão a pensar super bem porque vamos rebuscar as nossas culturas, ancestrais para podermos nos enquadrar naquilo que somos nós mesmo, porque continuar com aquilo que herdamos, o português que é nossa língua veicular “um povo só é povo quando sabe respeitar a sua cultura” estou empenhado para dar o meu melhor para transmitir com verdade a língua e tenho a do dicionário, tanto mais que a palavra que não consigo vou buscar o dicionário para passar com verdade para que a pessoa que esteja a ouvir ou a que sabe lhe faça lembrar.*

***A quanto tempo está como jornalista linguístico na Zap?***

*R: Agosto de 2017, zap 4 de Maio (2 meses)*

***Quais são as suas maiores dificuldades como jornalista linguístico***

*R: não encontro muitas para enumerar, porque não se tem concorrência fazemos as coisas conforme tu sabes fazer, mas confio em mim faço tudo de coração, mesmo quando aconselho alguém dou-lhe conselhos originais que lhe valham a pena.*

*Falo sem calão e não encontro dificuldades e a cada dia procuro melhorar com os mais velhos, quando ligo para eles falamos mais em umbundo, quando vou visitar a mão em benguela falamos mais em umbundo e para perder o medo de falar.*

***Fala-nos um pouco da sua cultura Kimbundu.***

*R: em termos da cultura, eu saí da casa dos meus avós em 1974 e fui para cidade onde a cultura já é diferente, mas aquilo que eu aprendi nos meus avós, tinham uma cultura de jango, lá contavam muitas histórias e hoje essas histórias enquadram na nossa realidade e os mais velhos. Como proceder perante um mais velho e ao mais velho não se passa pela frente e sim por trás e nunca se deve dar a mão. Aprendi e bebi muito dos meus avós, mas quando viemos para o litoral quase tudo perdeu-se. Mas que joga a língua umbundo se é que resgatar mesmo esse valor automaticamente vamos voltar aos nossos ancestrais isso porque eu ao ensinar a língua tenho que dizer “o meu avô quando tivesse a falar essa palavra fazia esse gesto” porque a linguagem vai com o gesto, o gesto tem que casar. Então culturalmente metemos aquilo que é característico a área como a área dos palhaços, o comer com a mão, em comunhão e nesse meio só se fala umbundo, aí tá a influência de valorizar a língua e transmiti-la.*

***Como tem sido a aceitação e recepção da língua pelos angolanos***

*R: Ninguém faz comentários, há dias conversando com o professor de uma formação na rádio e disse-lhe que o trabalho que estou a fazer ninguém diz nada, será que tá tudo bem? Sim porque as pessoas não sabem falar umbundo, não têm como te corrigir. Ele disse contínua ou melhorar, se ninguém fez nada é porque está bom, um ano depois comecei a receber elogios dos líderes da igreja e da família que dizia que estão na rádio estamos a gostar, você aprendeu o umbundo onde você não falava. Deus pôs na minha boca, agora estou a falar, diziam corrige aí e aqui.*

***Como são definidas as pautas das línguas para o dia a dia***

*R: Recebo as notícias em português e eu passo para umbundo, leio, faço gravações e edito. Recebemos extraídas em semanários dos jornais e dão-nos para traduzir, criar títulos e apresentar. A pauta é criada lá mesmo e o editor cria limites e nós só gravamos e no fim verificamos se o áudio confere com as imagens e aí*

*entramos para a apresentação. É dada a pauta das notícias em português e só é traduzida.*

***Como é a educação da língua nos filhos.***

***R:*** *A minha primeira filha fala umbundo, mas a portuguesa a língua. A caçula que aprender, ouve o pai na rádio, mas não entende. Dou aula na rádio, todas as sextas-feiras, tem 15 minutos de ensino da língua e se tiver oportunidade de dar um escalão maior não tem problema nenhum.*

**ANEXO 2****MÚSICA 1****Paulo Flores e Yuri da Cunha****Título: Njila ia Dikanga<sup>13</sup>****Lançamento: 2021**

Kiki ia tundo monami mamã me disse  
Nde ié o kuiji o mundo mona ndenge  
No giro do mundo tudo é a mesma poeira  
Mas kujimbe o kumatundo, kujimbe o jinjila ketue  
Nde ié no njila ia Nzambi uanda kuku jutala  
Kujimbe ió djina dietu kujimbe kuvutuka  
Gira mundo gira poeira, mamã disse  
Mas não esquece a dor da terra  
Não esquece de voltar  
Quando eu voltei  
No beco do meu Rocha onde a malta pausava  
O frio do Cacimbo que furava camisola já rasgada  
Quando eu voltei  
Os kambas lá da vila de mim ninguém se lembrava  
Muitos mudaram de vida  
Mudaram até os sonhos que a gente sonhava  
Quando eu voltei  
Casa já não é casa  
Lelu já não é mais  
Riqueza já não é café  
Marido pode ser mulher  
Conterra já não é conterra  
Chão já não é terra  
Fome já não é guerra

---

<sup>13</sup> Disponível em: Fonte: <https://www.musixmatch.com/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

Quando eu voltei  
Kamba já não te avisa  
O carro agora é o biva  
Miséria já paga IVA  
Kiki ia tundo mamã  
Ngo diambela  
Ndé ié ua kuiji o mundo monamie  
Gira mundo, gira poeira mona ndenge  
Mas kujimbe o kumatundo  
Kujimbe o jinjila ketue  
Ndé ié no njila ia Nzambi uanda kuku jutala  
Kujimbe ió djina dietu kujimbe kuvutuka  
Gira mundo, gira poeira  
Mas não esquece a dor da terra  
Só não esquece de voltar (le, le, le)  
Quando eu voltei  
Na sombra da Mulemba vavô já não estava  
Nem o campo do trumuno da bola de trapo que a gente jogava  
Mas eu voltei  
A kongá e a dikanza no Semba já não se usava  
Só ficou o desgosto, sal no rosto do riso que chorava  
Mas eu voltei  
Casa já não é casa  
Lelu já não é massa  
Riqueza já não é café  
Marido pode ser mulher  
Conterra já não é conterra  
Chão já não é terra  
Fome já não é guerra  
Kamba já não te avisa  
O carro agora é o biva  
Miséria já paga IVA  
A terra de Tetalando (Ai, a terra)  
Da gente que viu cantando (Nossa terra)

Da gente que chora que sabe e sente (Ai, a terra)  
 Ai a terra, yaya que sente, que chora, que chora a gente (A terra que chora)  
 Eu te amo tanto meu irmão (A terra que aguarda o amor, eh)  
 A terra que espera Moxico (Eu te amo tanto meu irmão)  
 Mas eu voltei  
 Casa já não é casa  
 Lelu já não é massa  
 Riqueza já não é café  
 Marido pode ser mulher  
 Conterra já não é conterra  
 Chão já não é terra  
 Fome já não é guerra  
 Eh ya eh  
 Mas eu voltei  
 Kamba já não te avisa  
 O carro agora é o biva  
 Miséria já paga IVA  
 Njila ia dikanga dia mamã (Oh njila ia dikanga dia mamã)  
 Njila ia dikanga xiami, oh mamã (Eh)  
 Aiué le, le, le, le (Mamã me disse eh)  
 Aiué le, le, le, le (Mwangolé)

## MÚSICA 2

**Vaya Con Dios**

**Título: Ilia<sup>14</sup>**

**Lançamento: 2004**

Gone is the man  
 Who loved his land  
 More than day

---

<sup>14</sup> Disponível em: Fonte: <https://www.musixmatch.com/>. Acesso em: 01 dez. 2022.



If his heart had to leave  
 His soul was to stay  
 Hear them calling  
 From the mountains  
 Calling from the plains  
 Hear the wind  
 Through the leaves  
 Singing lonely refrains  
 Banza banza banza banza ixiámi  
 Ixiámi muá ngola  
 Ngolo banza Ngolo banza oh kima  
 Uá nguivila ngo mueniomo  
 Ni ji pangue já kuteka  
 Kuilatata uá mudié zé-zé  
 Mukonda diá nzó  
 Iliá Iliá  
 Iliá uai-é  
 Uai-é- uai-é  
 Iliá uai-é  
 Kalunga ngumba uá mambata  
 Iliá uai-é  
 Uai-é- uai-é  
 Iliá uai-é  
 Kalunga ngumba uá mambata  
 Uai-é- uai-é  
 Uai-é- uai-é  
 Pray for the man  
 Who left his land  
 Aching for better days  
 A man whos heart s  
 Bound to bleed  
 For the ones who remain  
 Uá nguivila ngo mueniomo  
 A mu tele oh ndo

Muloji mala kua muxima  
 Kua mu jia  
 Muene u diene  
 Mu ixié iá muxima kifussa  
 Iliá Iliá  
 Iliá uai-é  
 Uai-é- uai-é  
 Iliá uai-é  
 Kalunga ngumba uá mambata  
 Iliá uai-é  
 Uai-é- uai-é  
 Iliá uai-é  
 Kalunga ngumba uá mambata  
 Uai-é- uai-é  
 Uai-é- uai-é  
 Iliá Iliá Iliá  
 The land is calling out your name  
 Iliá Iliá Iliá  
 Hear them calling out your name  
 Iliá  
 Uai-é, uai-é  
 Uai-é uai-é

### MÚSICA 3

**Waldemar Bastos**

**Título: Muxima<sup>15</sup>**

**Lançamento: 1998**

Se uamgambé uamga uami

Gaungui beke muá santana

---

<sup>15</sup> Disponível em: Fonte: <https://www.lettras.mus.br/waldemar-bastos/muxima/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

Se uamgambé uamga uami  
Gaungui beke muá santana  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Lagi ni lagi kazókaua  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Lagi ni lagi kazókaua  
Muxima ue ue, muxima ue ue, muxima  
Muxima ue ue, muxima ue ue, muxima  
Se uamgambé uamga uami  
Gaungui beke muá santana  
Se dizes que eu sou feiticeiro  
Leva-me, então, à Nossa Senhora  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Lagi ni lagi kazókaua  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Kuato dilagi mugibê  
Lagi ni lagi kazókaua  
Muxima ue ue, muxima ue ue, muxima  
Muxima ue ue, muxima ue ue, muxima  
Muxima ue ue, muxima ue ue, muxima  
Muxima ue ue, muxima ue ue, muxima

## MÚSICA 4

**SSP feat Bruna Tatiana e Dodó Miranda**

**Título: Deus<sup>16</sup>**

**Lançamento: 1998**

(Coro)

[Bruna Tatiana]

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

.

[1-Estrofe]

[Khudy]

Ham ham

Aqui me tens, oh meu criador

Em nome dos homens, eu vós venho dar o meu louvor

Neste mundo tão cruel que vivemos nós

Onde o pecado pouco a pouco toma conta de nós

“Selvaticamente” massacraram os índios em Judeus

Escravizaram os Africanos, tudo em nome de Deus

Usaram falsas profecias para dominar

O que na bíblia estava escrito, acabaram por mudar yha

Eu sei que a vida, um dia vai mudar

O duro momento que andamos na dor um dia irá acabar

E quando o dia de chegar, muitos vão pagar

---

<sup>16</sup> Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=pfbid02AAahdPqymx4eVBg11dNGzPuZN92N1xgNaiePpQYLyV1CWr1cV38sY9WLZ31bt6Lfl&id=1061203107241375&mibextid=qC1gEa](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02AAahdPqymx4eVBg11dNGzPuZN92N1xgNaiePpQYLyV1CWr1cV38sY9WLZ31bt6Lfl&id=1061203107241375&mibextid=qC1gEa). Acesso em: 01 dez. 2022.

Pelas maldades e ofensas que fizeram cá, yha yha

.

(Coro)

[Bruna Tatiana]

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

.

[2-Estrofe]

[Big Nelo]

Peço perdão por todos erros que eu cometi

Verdades que omiti e não me arrependi

Peço perdão por todos aqueles que ofendem-me

Que na maldade ou na inocência ferem e julgam-me

Protege-me, tira o pecado de mim

E não permitas que eu faça, o que fez Caim

Eis me aqui, lamentando a minha dor

Porque apesar dos meus pecados, és o meu Senhor

.

(Coro)

[Bruna Tatiana]

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

[3-Estrofe]

[Jeff Brown]

À Suku yangue enju lombili

Ndi popele ko ali yatcho kayipwi vali

eteke l'eteke vafa omano mülo vo luali

Kaliye ame nduku pula Suku toke pi?

Txia! Ndu Ku sivaya olo neke viosi

Neño lu teke, lu tanha, lo mële, ke kumbi oh ko ñolosi

kilü ou posi, Ove umosi, Ove wapanga tchosi

Kalie ame nduku sivaya lo longolo posi

Txia! Ndi sokolola va kwetu vafa

A kandu vyavo kava kwete lacimwe tcho kulya

Pwayĩ nhe tu linga a Suku yangue? tukale tchiwa!

Ndi kwata ku tima me konda tchivala tchosi tu pita

Txia!

.

(Coro-final)

[Bruna Tatiana & Dodó Miranda]

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!

Óh! meu Senhor

Meu salvador

A ti eu peço

Vem me salvar!  
Óh! meu Senhor  
Meu salvador  
A ti eu peço  
Vem me salvar!  
Óh! meu Senhor  
Meu salvador  
A ti eu peço  
Vem me salvar!  
Óh! meu Senhor  
Meu salvador  
A ti eu peço  
Vem me salvar!  
Óh! meu Senhor  
Meu salvador  
A ti eu peço  
Vem me salvar!